



XII ENCONTRO RURAL REPORT

*Ruralidade(s) e Ambiente
na Longa Duração*

UÉVORA | CASA CORDOVIL (SALAS 125 E 128)
30-31 OUTUBRO 2024

LIVRO DE RESUMOS

DOI: <https://doi.org/10.60469/y7p8-cg08>

ORGANIZAÇÃO



Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais
CICS.NOVA.Uévora



APOIOS



Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Comissão Organizadora:

André Carmo (CICS. NOVA. UÉ)

André Coelho (CIDEHUS- UÉ)

António Ribeiro Telles da Costa (UNLisboa)

Diana Henriques (CIDEHUS- UÉ)

João Barrulas (CICS. NOVA. UÉ)

José Luís Barbosa (CHSC- Universidade de Coimbra)

Maria Ana Bernardo (CIDEHUS- UÉ)

Pietro Viscomi (CIDEHUS- UÉ)

Comissão Científica:

Margarida Sobral Neto | Presidente da Comissão Científica (Presidente da Rede de História Rural em Português; Professora Jubilada da Universidade de Coimbra)

Ana Cardoso de Matos (CIDEHUS- UÉ)

António Valério Maduro (CHSC. Universidade de Coimbra)

Carlos Manuel Faisca (CEI20- Universidade de Coimbra)

Cristina Joanaz de Melo (IHC- UNLisboa)

Dulce Freire (CEI20- Universidade de Coimbra)

Francisco Parejo Moruno (Universidad de Extremadura)

Helder Adegar Fonseca (Departamento de História- UÉ)

Ignacio Garcia Pereda (CIUHCT-ULisboa)

Inês Amorim (CITCEM- Universidade do Porto)

Isabel Ramos (CICS. NOVA. UÉ)

José Muñoz-Rojas (MED-UÉ)

Juan Pan-Montojo (Universidad Autónoma de Madrid)

Mafalda Soares da Cunha (CIDEHUS- UÉ)

Márcia Maria Menendez Motta (Universidade Federal Fluminense)

Marcos Olímpio (CICS. NOVA. UÉ)

Sheila Palomares Alarcón (CIDEHUS-UÉ; Universidad de Jaén)

Tatiana Mestre (CICS. NOVA. UÉ)

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Índice

Enquadramentos institucionais da agricultura: o caso da enfiteuse	11
A cultura da vinha e a produção do vinho no distrito de Leiria, continuidades e transformações.....	13
Conflitos ambientais, transformação dos agroecossistemas e sustentabilidade na longa duração (s. XVII-XXI). Uma abordagem a partir do contexto galego	14
Desarrollo y expansión de híbridos de maíz en la Península Ibérica. Investigación agraria e innovación biológica en la primera mitad del siglo XX	15
Entre a rega dos campos e a produção de energia elétrica: as barragens do Alentejo....	17
O espaço rural do concelho de Évora – passado, presente e futuro: contributos do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora	19
A gestão de recursos hídricos na propriedade fundiária: o caso da comunidade de Argoncilhe no século XVIII	21
Fecundidade e status socioeconómico no longo prazo: a população do concelho de Fafe, 1700-1900.....	23
Indicadores de Desenvolvimento Social (IDS) no Espaço Agrário Goiano e Agricultura Familiar.....	24
Carlos Gomes/RS e as Fronteiras da Resistência: Terra, Poder e UHE Machadinho	26
Estratégias de desenvolvimento rural e participação comunitária: abordagem transfronteiriça.....	28
Os impactos socioeconómicos e ambientais da agricultura de soja no Norte de Mato Grosso.....	30
A Agricultura Familiar em Áreas de Domínio da União na Região Intermediária de Rio Verde.....	32
O teatro português e os desafios da ruralidade	34
Album seriado - uma experiência de extensão rural em Angola	36
A capacitação de mediadores culturais em territórios rurais: uma estratégia para a inclusão	38
Rota do Mármore: transformar lugares da indústria viva em turismo cultural	40
Guia do Património Industrial de Tavira	41
Diferenciação de classes nas sociedades camponesas contemporâneas: uma revisão bibliográfica.....	42
Dificuldades do modelo agrário português durante a segunda metade do século XX ...	43
O abastecimento de carnes a Lisboa e o debate na RACAP no século XX.....	44

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Dez ideias de acção rural de Joaquim Vieira da Natividade que se mantém.....	45
Os veículos de tração animal no contexto rural português. Usos e formas nas práticas agrícolas.....	47
A cobrança de rendas senhoriais na Universidade de Coimbra: análise aos contratos de empraçamento e arrendamento (1772-1835).....	51
Crédito e Produção Agrícola: os censos consignativos em Braga (1695-1705).....	52
Instituições assistenciais em meio rural em Portugal no século XIX: o caso do Alto Alentejo	53
Moinho Tropical: terra e conflito na sociedade das seringueiras (séculos XIX e XX) ..	57
A ilegitimação da propriedade privada e o sistema do colonato do café na região serrana fluminense: 1872 a 1987	58
Reforma Agrária x Propriedade da Terra: o debate político nos anos de 1960	59
O trabalho análogo ao escravo e a propriedade no Brasil contemporâneo.....	60
ECOFREEDOM: Ecologia e Escravidão de Cacheu ao Sado.....	61
Ação feminina, património e desigualdades: assimetrias entre elites e gentes comuns no Antigo Regime.....	66
As águas da rainha: escalas, direitos e propriedades em Portugal no século XIX	67
Trabalho(s), espaço(s) e tempo(s): assimetrias de género na Galiza rural durante a crise do fin-de-siecle (1880-1940)	68
Mulleres na defesa da terra. Unha lectura do conflito agrario das Encrobas (1976-1977) en clave política e de xénero.....	69
As trabalhadoras rurais entre o Estado Novo e a Revolução: um estudo de caso do concelho de Odemira	70
Reflexões sobre a Condição Feminina no Oeste Rural Português na Transição do Século XIX/ XX	71
O 25 de Abril no Alentejo rural. Memórias da participação das mulheres nas dinâmicas de transformação da sociedade	73
Nuevas perspectivas de las políticas forestales para la construcción naval en Lisboa desde los Estudios Agroforestales y de Análisis del Discurso (siglos XIV-XVII)	77
A economia das trocas linguísticas nos Registos Paroquiais de Terras.....	78
Mapeamento do Registro Paroquial de Terras de Nossa Senhora das Neves e Santa Rita (1854-1857)	79
Terra de quem? Medir a desigualdade da propriedade fundiária no Algarve	80
A cultura tradicional agrária no Brasil: da escravidão aos dias atuais.....	81

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Carnes e couros do sertão: empreendimentos familiares e circulação de saberes na formação da propriedade pecuarista no Brasil setecentista	84
Ecos das <i>memórias</i> : agricultura e natureza no alto reformismo luso-brasileiro (1780-1830).....	85
O arcaico e o moderno: circulação de ideias e as comparações entre a agricultura brasileira e a de outros países no século XIX.....	86
Uma visão panorâmica sobre os processos que tramitaram na segunda seção da Diretoria da Agricultura entre 1873-1889	87
Fontes geoespaciais para a recreação da paisagem ‘antiga’: contributos cartográficos .	88
Os “balões” de vinho portugueses: história de uma patente norte-americana.....	89
É uma praga! Os javalis e as florestas, uma aproximação a um desequilíbrio ambiental	90
«O mais terrível inimigo»: notas para uma história das políticas de fogos e florestas no Estado Novo	92
O fogo e os incêndios nas serras de Monchique e de Lapa e Nave:Acelerações e dissonâncias temporais	94
La restauración de la naturaleza a través de la agricultura. Un nuevo reto	96
D. Rodrigo de Souza Coutinho e o fazendeiro nos sertões fluminenses	100
Usos da terra e propriedade na ocupação e colonização dos Sertões do Vale do Paraíba do Sul (séc XVII-XIX)	101
Tauá: conflitos fundiários e invenções demarcatórias (SÉCULOS XVIII-XIX)	102
Um sertão para o Brasil: mapas e o processo de produção do território nacional no interior do país (1800-1875).....	103
O “Império dos cabras” e o Alto Sertão: a (des)definição do território do Império do Brasil	104
Ruralidade(s), Patrimônio e Turismo em Ambientes de Cerrado no Brasil: territórios, ameaças e perspectivas	105
A re(existência) das mulheres na chapada dos veadeiros: desafios da pressão do agronegócio sob a região	107
O Turismo residencial em Nova Veneza: os condomínios de Chácara como refúgio e encontro com a ambiência italiana em Goiás	108
Ruralidades no cerrado e sua relação com o turismo religioso (Goiás/Brasil)	109
Potencialidades do turismo rural/gastronômico no cotidiano fragmentado de Pirenópolis /Go	110

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

A Música Fado em Destinos do Agronegócio do Cerrado (Brasil): estudo permeado pelos conteúdos de ruralidades e a gastronomia	111
A vinha e o vinho na longa duração: uma perspetiva agregadora da biologia, história e arqueologia.	113
História da vinha e do vinho em Portugal: problemáticas e dinâmicas de investigação	116
Genómica da videira e o papel da biodiversidade Ibérica na domesticação da espécie	117
Introdução do cultivo da vinha na Península Ibérica: dados arqueobotânicos de Portugal no contexto mediterrânico	119
Tendências de especialização produtiva na Região Demarcada dos Vinhos Verdes em meados do século XX	120
Agricultura e novas sementes na Península Ibérica desde o século XVI: debates, fontes e desafios	121
Sementes cultivadas na Península Ibérica: uma ferramenta digital para potenciar a análise do passado	123
Produção, circulação e usos de leguminosas em Portugal: uma perspetiva de longa duração.....	124
O Centeio.....	125
Circulação de sementes e as funções das mulheres: processo de construção das fontes históricas.....	126
Ailson da Silva Fernandes	128
Alan Dutra Cardoso	128
Alba Díaz Geada.....	128
Alberto González Remuiñán	128
Alexandre da Mata Faquim	129
Alexandre Macedo João	129
Alexandre Ramos	129
Ana Cardoso de Matos	130
Ana Isabel Coelho Silva	130
Ana Isabel Reis	130
Ana Isabel Ribeiro	131
Ana Sara Cortez Irfi	131
Andrea Rivas Fiel	131
Andreia Fidalgo	132

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Antonio Candeias Martins	132
Antonio Gamero-Ruiz	132
António R. Telles Costa.....	133
António Valério Maduro	133
Armando Quintas.....	133
Aryanne Cristinne de Paula Alencar.....	134
Bernardo de Souza.....	134
Carlos Filipe	134
Carlos Manuel Faisca	135
Conceição Rego.....	135
Danilo Pereira Barbosa.....	135
David Augusto Amorim.....	136
David Fontán Bestilleiro.....	136
Desirêe Francielle Galvão	136
Diana Henriques	137
Divina Aparecida Leonel Lunas	137
Dulce Freire	137
Durval Dourado Neto	138
Emilia Moreno Sánchez.....	138
Eva Gamero- Ruiz	138
Fábio Roberto Krzysczak	138
Fernando Mouta.....	139
Francivaldo Alves Nunes.....	139
Frederico Ágoas.....	140
Herlander Azevedo	140
Iana Cândido Cunha	140
Inês Gomes	141
Janes Socorro da Luz	141
Jean Carlos Vieira Santos	141
Jesiel Souza Silva	141
Joana Pereira Ramos.....	142
Joana Sousa	142

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

João Horta Marques.....	142
João Pedro Tereso	143
Jorge Miguel Soares	143
José Alberto Ferreira.....	144
José Humberto da Rocha	144
José Luís dos Santos Barbosa.....	144
José Miguel Ferreira	145
Kátia Favilla	145
Koldo Trapaga Monchet	145
Leonor Salguinho Ferreira.....	146
Lucía Alvaredo	146
Manuela Oliveira	147
Márcia Maria Menendes Motta	147
Marcio Antônio Both da Silva.....	147
Marcos Olímpio Santos	147
Marcus Dezemone	148
Margarida Sobral Neto	148
Maria Ana Bernardo	149
Maria da Saudade Baltazar	149
Maria de Lourdes Alves dos Santos	149
María Fernández Blanco.....	150
Maria Inês Faria.....	150
Marina Monteiro Machado.....	150
Marta Nunes Silva	151
Mary Anne Vieira Silva	151
Milena D'ayala Valva	151
Milene Anjos	152
Mônica Ribeiro de Oliveira	152
Nívia Pombo	152
Pedro Abel Vieira Junior.....	153
Pedro Parga Rodrigues	153
Rafael Laguardia.....	153

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Rafaelle Gonçalves dos Santos Pessôa.....	153
Reynaldo de Oliveira Pessôa	154
Roque Sanfíz Arias	154
Roseli Martins Tristão Maciel	154
Sara Freitas	154
Sandra Domingues Gomes	155
Sarita Mota	155
Sheila Palomares Alarcón.....	156
Silvia Ferreira Marques Salustiano	156
Sofia Pina.....	156
Sofia Teives Henriques	157
Suzana Magalhães de Almeida.....	157
Tânia Márcia de Freitas	157
Thiago Alves Dias.....	157
Thiago Souza dos Reis	158
Vera Lúcia Gonçalves Ferreira	158
Vitor Gustavo Ribeiro de Matos.....	158
Vitória Schettini.....	158

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Resumos

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Enquadramentos institucionais da agricultura: o caso da enfiteuse

Margarida Sobral Neto

marnet95@gmail.com

CHSC- Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra

As instituições constituem-se como um dos objetos de reflexão, análise e de elaboração teórica e metodológica, das ciências sociais, desde os anos 70 – em particular da economia, sociologia e ciência política. Este debate sobre as instituições assume a designação de Novo Institucionalismo (NI) e alicerça-se no pressuposto “Institutions matter”. O reconhecimento da relevância, na sociedade contemporânea, de um novo debate sobre as instituições afere-se pela atribuição de 4 prémios NOBEL a cientistas sociais, a maioria economistas, que se distinguiram, ou foram distinguidos, pela produção de conhecimento neste campo (Ronald Coase, 1991, Douglas North, 1993, Oliver Williamson, e Elinor Ostrom 2009).

O campo de investigação e de produção teórica e metodológica denominado como Novo Institucionalismo abriga perspetivas plurais e muito diversas que traduzem, por um lado, na complexidade do objeto de análise, e por outro, na dificuldade em encontrar uma conceptualização que permita uma comunicação eficaz entre as diversas ciências sociais.

A História agrária é um campo que está a ser revisitado por influência das questões ambientais, mas também das novas abordagens institucionais expressas em várias, nomeadamente nas seguintes: The social embeddedness of property rights) (CONGOST&SANTOS, 2010); Agrarian Change and Imperfect Property Emphyteusis in Europe (16th to 19th centuries); (CONGOST e LUNA, 2018).

O estudo da enfiteuse, numa perspetiva de história jurídica e institucional, é muito relevante para o conhecimento das normas que regularam o acesso à fruição dos recursos naturais por parte de diversos grupos sociais nas perspetivas seguintes: como meio de subsistência para os mais pobres, de fruição de rendimentos nobilitantes para indivíduos que pretendiam ascender socialmente, de financiamento de diversas casas eclesiásticas e aristocráticas, bem como de instituições de ensino (caso da Universidade de Coimbra) e de negócio por parte de contratadores de rendas.

Apesar da importância do conhecimento da enfiteuse para a compreensão da economia e da sociedade portuguesas de Antigo Regime, mas também da época liberal, não existe em Portugal um estudo atualizado de síntese elaborado por historiadores. O tema tem sido objeto de análise sobretudo por juristas que produziram doutrina nas épocas em que o regime jurídico enfiteutico começou a ser alvo de contestação, em finais do século XVIII e no século XIX, destacando-se professores da Faculdade de Direito de Coimbra – Melo Freire – e advogados – Manuel de Almeida e Sousa de Lobão – juristas

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

que tentaram clarificar aspetos da história da enfiteuse bem como de outros contratos agrários que com ela se confundiram ao longo do tempo devido à sua versatilidade.

Já no século XX, destacam-se os estudos do professor da Faculdade de Direito de Coimbra, Mário Júlio de Almeida Costa, autor que defendeu a manutenção do instituto jurídico da enfiteuse no Código Civil de 1966, denominando como “lenda negra” a representação que do contrato foi construída, sobretudo nos finais do século XVIII e no século XIX (COSTA,1971).

Para além da bibliografia jurídica, este texto é construído com base numa já longa experiência de investigação em temas referentes à história da propriedade em Portugal, bem como em conhecimentos adquiridos em monografias dedicadas ao estudo de senhorios eclesiásticos e nobres bem como de outras instituições (municípios e hospitais) que usufruíram de rendas enfiteuticas como formas de financiamento. No que concerne aos aspetos teóricos e comparativos, a nível europeu, seguimos as obras de autores que têm abordado as questões da propriedade nas seguintes perspetivas.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

A cultura da vinha e a produção do vinho no distrito de Leiria, continuidades e transformações

António Valério Maduro

avmaduro@gmail.com

CHSC- Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra

Neste texto pretendemos analisar as continuidades e transformações ocorridas na cultura da vinha e produção do vinho no distrito de Leiria. Embora a abordagem contemple o contexto da longa duração, a centralidade analítica tem como foco prioritário o curso da segunda metade do século XIX, quando a cultura da vinha para sobreviver aos novos e sucessivos cataclismos existenciais que a confrontam é obrigada a adaptar-se e reinventar-se rompendo, em grande medida, com os saberes, práticas e técnicas herdadas do passado.

Principiamos por caracterizar o estado da cultura vinhateira, dando nota das características do povoamento, nomeadamente a localização, as castas dominantes, a densidade por hectare, as operações culturais estruturantes, os custos estimados de exploração, a produtividade média das várzeas e encostas, assim como os métodos de vinificação dominantes, nomeadamente o de bica aberta, as adições com que os vinhos são beneficiados, os critérios e hábitos de consumo das elites e população. Com este propósito, percorremos a tradição e práticas vitivinícolas do período medieval e moderno. Analisamos, de seguida, o impacto dos fungos e pragas que assaltam a vinha durante a segunda metade de oitocentos, assim como a capacidade e a tenacidade demonstradas por sábios, agrónomos e lavradores para superar estes obstáculos e desafios. Tratamos as transformações ocorridas na cultura da vinha a partir deste contexto de crise, nomeadamente com a racionalização da exploração vinhateira e custos inerentes com o replantio, aplicação de tratamentos e adubos, incremento da utilização alfaia mecânicas de apoio nas grandes explorações, fatores combinados que, embora exijam um investimento considerável para os lavradores, repercutem-se no sucesso produtivo e assim asseguram a expansão irreprimível da cultura. Abordamos, igualmente, a modificação dos métodos de vinificação, relevando a adoção dos vinhos tintos de curtimenta, em detrimento dos ancestrais vermelhos e palhetes.

Palavras-chave: Cultura da Vinha, Métodos de Vinificação, Produção, Consumo, Distrito de Leiria

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Conflitos ambientais, transformação dos agroecossistemas e sustentabilidade na longa duração (s. XVII-XXI). Uma abordagem a partir do contexto galego

David Fontán Bestilleiro

davidfontan.bestilleiro@usc.es

Universidade de Santiago de Compostela

Os conflitos ambientais têm sido uma constante no funcionamento das comunidades rurais nos mais diversos regimes metabólicos, desempenhando um papel fundamental na configuração metabólica e nas suas transformações ao longo do tempo. Mas o que é que motivou historicamente esses conflitos? Como é que a comunidade se configurou e evoluiu, em diferentes contextos? Que papel desempenharam as assimetrias nesses processos?

Através de uma abordagem a nível micro e na longa duração (s. XVII – s. XXI), neste trabalho propomos uma análise das dinâmicas de conflituosidade social nas freguesias de Laiño e Dodro (Galiza), especificamente no que respeita aos conflitos ambientais em relação com os baldios e a gestão coletiva dos recursos. Convém notar que os Montes Veciñais en Man Común, nome que recebe na Galiza a figura jurídica que regula os espaços equiparáveis aos baldios portugueses, estendem-se hoje até 22% do território. Na área que nos ocupa mesmo superam o 40%, o que indica a relevância desta aproximação histórica também para a análise de problemáticas recentes.

No desenvolvimento da comunicação pretendemos analisar o papel do conflito como motor da transformação das paisagens e dos agroecossistemas, bem como a sua relação com a sustentabilidade numa perspetiva ampla —ecológica, económica e social—. A heterogeneidade das comunidades, a propriedade da terra e os níveis de desigualdade existentes são alguns dos assuntos que se encontram no centro das nossas atenções.

Do ponto de vista metodológico, os estudos sobre os Comuns, a Ecologia Política e o Metabolismo Agrário fornecem-nos um quadro teórico e concetual sobre o qual construímos a nossa proposta. O trabalho sistemático com diversas fontes, desde documentação judicial ou cadastral até cartografia, fotografia aérea e mesmo entrevistas, permitir-nos-á cruzar informações e tirar conclusões complexas sobre as principais tendências da conflituosidade ambiental nos últimos séculos. Aliás, o foco da investigação oferece-nos uma leitura útil para compreendermos melhor os retos ambientais que estas comunidades enfrentam na atualidade.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Desarrollo y expansión de híbridos de maíz en la Península Ibérica. Investigación agraria e innovación biológica en la primera mitad del siglo XX

Alberto González Remuiñán

alberto.g.remuinan@uc.pt

Centro de Estudos Interdisciplinares- Universidade de Coimbra

Roque Sanfiz Arias

roque.sanfiz.arias@usc.es

Histagra-CISPAC Universidade de Santiago de Compostela

El maíz (*Zea mays* L.) ha sido y continúa siendo un cultivo importante en varias zonas de la Península Ibérica desde su llegada a finales del siglo XV procedente de América. Especialmente desde el siglo XVII en adelante, cuando su expansión y éxito alcanzaron niveles extraordinarios entre los ríos Mondego y Bidasoa. En estas áreas, el maíz llegó a desplazar a otros cereales asentados secularmente en los sistemas agrícolas.

En el siglo XX, la aplicación de una serie de postulados genéticos –destacando el redescubrimiento de las leyes de Mendel o la teoría de las líneas puras de Johanssen– permitió la obtención en masa de híbridos y dobles híbridos de maíz de forma controlada. Se desencadenó un importante incremento productivo en los rendimientos del cereal por la vía de la selección de caracteres morfológicos de interés y gracias al principio natural de la heterosis –vigor híbrido que potencia los caracteres beneficiosos de los progenitores en un cruzamiento. Sus múltiples aprovechamientos agronómicos dispararon el interés en su cultivo.

En esta comunicación analizaremos el desarrollo general y las implicaciones de este proceso de innovación biológica en el contexto de la agricultura atlántica ibérica bajo regímenes políticos distintos a lo largo siglo XX. Nuestra investigación aprovecha la literatura existente sobre cambio tecnológico y la extensa literatura en historia agraria producida durante esta centuria. Además, realizamos una búsqueda en archivos de instituciones públicas de investigación y en fondos privados de algunos de los técnicos que hicieron posible el desarrollo de estos avances.

La puesta en marcha de los maíces híbridos solamente resultaba viable con la participación de organizaciones científicas –públicas y privadas– capaces de operar a medio plazo, dada la dificultad para obtener y comercializar las nuevas semillas híbridas. Con el objetivo de conseguir el máximo rendimiento por unidad de superficie, algunos de los centros ibéricos en los que se desarrollaron estos experimentos se conformaron como pioneros en el campo de la mejora del maíz híbrido incluso a nivel mundial. En

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

determinados momentos fue necesaria la retroalimentación de los agricultores para seguir progresando en sus ensayos, lo que favoreció que muchas de las variedades obtenidas alcanzaran un considerable éxito en la península por encima de las fronteras nacionales. Aunque algunos de estos desarrollos científicos pioneros se interrumpieron como consecuencia de los distintos avatares políticos que experimentaron los estados ibéricos, los trabajos se recuperaron con posterioridad con nuevas líneas de investigación y nuevos objetivos. Durante todo el período, la conexión y los intercambios científicos entre centros de España y Portugal fue crucial, por lo que también reciben atención en esta comunicación.

Palavras-chave: Maíz, Innovación biológica, Hibridación, Península Ibérica

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Entre a rega dos campos e a produção de energia elétrica: as barragens do Alentejo

Ana Cardoso de Matos

amatos@uevora.pt

CIDEHUS – Universidade de Évora

Alexandre Ramos

aramos@uevora.pt

CIDEHUS – Universidade de Évora

Na década de 1930, começaram a ser construídas no Alentejo barragens que tinham como objetivo o aproveitamento agrícola e hidroelétrico, como foi o caso da Barragem de Pego do Altar (Salazar até 1974) e da Barragem do Vale do Gaio (Trigo de Morais até 1974).

O Plano de Rega do Alentejo, esboçado em 1957, contemplou 170.000 hectares dos quais 160.000 hectares dependentes de grandes aproveitamentos a executar pelos Estado, entre barragens, canais e linhas de transporte de energias para bombagem das águas. Estavam neste caso a Barragem do rio Mira, a Barragem do Roxo, a barragem do Caia.

As obras deste plano só começaram a ser executadas a partir de 1959 no âmbito do II Plano de Fomento (1959-1964). As verbas disponibilizadas pelo Estado possibilitaram a adjudicação de algumas obras da primeira fase, entre elas a barragem do Rio Mira.

Também no âmbito deste do Plano de Rega as barragens criaram condições propícias à implantação de centrais hidroelétricas, permitindo a produção de energia que permitisse bombear e conduzir a água para a rega. Assim, as barragens, independentemente da sua dimensão e complexidade, foram sempre um elemento essencial à rega do Alentejo ao mesmo tempo que produziam eletricidade.

Dado que a construção das barragens e de todo o sistema de regadio era uma obra complexa, eles foram regularmente filmados tiveram como objetivos principais a propaganda, a publicidade e o ensino. Estes filmes, salvo raras exceções, foram financiados por entidades públicas e privadas e revelam vários aspetos ligados com a construção das barragens, a rega e a produção e utilização da eletricidade no âmbito da rega do Alentejo.

Assim, nesta comunicação pretendemos analisar: o processo histórico da construção de algumas das barragens do Alentejo que conjugaram a vertente da rega com

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

a da produção de eletricidade; os vários dos filmes sobre estas barragens e a rega no Alentejo.

Palavras-chave: Recursos hídricos; Rega; Alentejo; Planos de Fomento; Documentarismo

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

O espaço rural do concelho de Évora – passado, presente e futuro: contributos do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora

Maria da Saudade Baltazar

baltazar@uevora.pt

Depart. de Sociologia, CICS.NOVA, UÉvora

Marcos Olímpio Santos

mosanto@uevora.pt

CICS.NOVA

Desde os anos 50 do século XX que o espaço rural do Alentejo, e mais especificamente o espaço rural do concelho de Évora, têm vindo a conhecer transformações significativas, nomeadamente o êxodo populacional e a alteração da base económica que até então assentava essencialmente na agricultura de sequeiro e na pecuária extensiva.

Daí para cá ocorreram alterações estruturais e estruturantes no contexto global, europeu e nacional. A restauração da democracia em Portugal, o incremento da globalização, a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia em 1986, entre outros fatores, colocaram o espaço rural perante muitos desafios e algumas oportunidades.

As mudanças sobrevindas têm suscitado o interesse de estudiosos e dos poderes públicos, que para fins diversificados têm procurado conhecer o que se tem mantido e o que se tem modificado nesse espaço rural.

Na sequência do exposto, a comunicação elaborada pelos autores tem por objetivos: i) apresentar essencialmente os resultados de trabalhos realizados, ou acompanhados, por docentes do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora e por investigadores do CICS.NOVA.UÉvora sobre o espaço rural do concelho de Évora, trabalhos empreendidos na sua quase totalidade nos anos 90 do século passado e inícios do século XXI, ii) questionar esses resultados à luz da leitura empírica efetuada na atualidade e, iii) apresentar perspectivas e cenários no horizonte 2031 (data em que espera decorra o próximo Recenseamento da População e da Habitação).

Para consecução dos objetivos traçados, será realizada uma pesquisa bibliográfica (com incidência em textos de natureza científica), complementada com uma pesquisa documental (que abrange textos de opinião e afins, divulgados geralmente em publicações de grande tiragem e/ou emitidas com frequência).

Espera-se assim alcançar os seguintes resultados: i) apresentar a caracterização do espaço rural do concelho de Évora no passado em que verificou o início da transformação por que tem passado, ii) expor algumas das características que o retratam atualmente, iii) relevar as perspectivas e cenários para o espaço rural em causa no horizonte 2031, nomeadamente na dimensão populacional e, iv) enunciar as questões que colocadas pela leitura dos resultados e avançar futuras pistas de investigação.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Palavras-chave: espaço rural, Évora, cenários prospetivos

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

A gestão de recursos hídricos na propriedade fundiária: o caso da comunidade de Argoncilhe no século XVIII

David Augusto Amorim

daugustosamorim@gmail.com

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

O principal objetivo desta proposta de trabalho é desenvolver um caso de estudo centrado na comunidade de Argoncilhe, na segunda metade do século XVIII, e através dele compreender e comparar os mecanismos de gestão da propriedade (útil e eminente), com especial foco na gestão dos recursos hídricos, a uma escala nacional, na época moderna.

Esta comunidade situa-se entre os espaços de influência da cidade do Porto e da cidade de Aveiro, marcada por um imbricado ordenamento territorial. No século XVIII, Argoncilhe integrava o Real Isento do Mosteiro de São Salvador de Grijó, instituição que detinha jurisdição eclesiástica e direitos de propriedade sobre a comunidade. A situação particular de isenção face ao poder episcopal da Diocese do Porto, que se concretiza na isenção de pagamento do dízimo, marcará as políticas agrárias da instituição. A esta se acrescentam outras entidades senhoriais que detinham propriedades fundiárias em Argoncilhe, casos do Mosteiro de São Pedro de Pedroso e do Mosteiro da Madre de Deus de Monchique. Através da análise de contratos de emprazamento realizados pelas três instituições sobre terras em Argoncilhe, procura-se observar estratégias de posse de propriedade e de rendimentos fundiários, através de indicadores como os direitos de propriedade, caracterizando assimetrias ou simetrias socioeconómicas, assim como práticas agrárias. Além da dimensão institucional, a abordagem centra-se no reconhecimento do conjunto de indivíduos que compõem a cadeia de intermediários que estrutura o sistema de acesso aos bens e rendimentos fundiários.

A metodologia utilizada assenta na criação de uma base de dados para o levantamento dos dados presentes nos contratos de emprazamento, que permitem interpretar várias dimensões: a duração do contrato e as principais disposições, os intervenientes, os seus direitos e as rendas e tributos associados. A isto se acrescenta a caracterização das propriedades contratualizadas, pela sua dimensão e composição, atentando nas formas de organização do património fundiário e na subsistência (ou não) do termo «casal», cujo significado se procurará avaliar. Da análise e cruzamento da informação contida nos contratos de emprazamento com outras fontes de informação pretende-se, ainda, encontrar indicadores ambientais, com é o caso dos recursos hídricos.

A exploração das informações recolhidas permitirá testar a observação de um conjunto de questões associadas à gestão da água. Desde as práticas de distribuição da água, através da repartição coletiva, até às práticas agrícolas de aproveitamento e controlo

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

deste recurso. Em que medida as formas de uso das águas são fruto dos condicionalismos dos contratos de emprazamento? Ou estes condicionalismos surgem por força das formas de uso dos recursos naturais, neste caso das águas? Congregando os diferentes elementos referidos, espera-se contribuir para um melhor conhecimento da sociedade rural do século XVIII, através do caso de estudo da comunidade de Argoncilhe, observatório de múltiplas dimensões da ruralidade e das suas relações com a realidade ambiental.

Palavras-chave: Argoncilhe (Portugal), Comunidades, Propriedade Fundiária, Recursos Hídricos, Senhorios

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Fecundidade e status socioeconómico no longo prazo: a população do concelho de Fafe, 1700-1900

Milene Anjos

milene_feriange@hotmail.com

CITCEM- Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória da
Universidade do Porto

O declínio da população mundial previsível para os próximos anos contrasta com a explosão demográfica registada ao longo dos últimos séculos. Portugal, está atualmente em declínio natural, com uma das menores taxas de fecundidade do mundo, com menos de uma criança e meia por mulher (1,43 filhos em 2022). Porém, até meados do século XX, a situação era muito diferente: cada mulher tinha em média quatro ou mais filhos no decurso da sua vida fértil. Com base no estudo de microdados obtidos pela reconstituição biográfica de 200.000 indivíduos e de cerca de 64.000 famílias, o presente trabalho tem como objetivo o estudo da fecundidade e o impacto do status socioeconómico na dimensão das famílias do concelho de Fafe, entre 1700 e 1900. Pretende-se responder às perguntas: Teve o status socioeconómico influência nas taxas de fecundidade? Quais diferenciais de classe determinaram a evolução da população do concelho de Fafe? Quais famílias apresentaram maior dimensão num momento de pré-transição demográfica?

Palavras-Chave: Fecundidade; Status socioeconómico; Pré-transição da fecundidade; Dados longitudinais; Concelho de Fafe; Portugal.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Indicadores de Desenvolvimento Social (IDS) no Espaço Agrário Goiano e Agricultura Familiar

Jesiel Souza Silva
jesiel.souza@ifgoiano.edu.br
Instituto Federal Goiano

Tânia Márcia de Freitas
tania.marcia@ifgoiano.edu.br
Instituto Federal Goiano

Sílvia Marques Salustiano
silvia.ferreira@ifgoiano.edu.br
Instituto Federal Goiano

Danilo Pereira Barbosa
danilo.barbosa@ifgoiano.edu.br

Pedro Abel Vieira Junior
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Durval Dourado Neto

O modelo atual de desenvolvimento do espaço rural brasileiro tem grandes desafios a serem enfrentados. Um destes desafios é enfrentar a dicotomia entre a produção agropecuária e a proteção ambiental. O desenvolvimento rural sustentável mostra que é possível existir um diálogo frente a solução desta dicotomia, já que ele busca incentivar o uso adequado e eficiente da terra e dos recursos naturais nas áreas de predominância tanto da agricultura familiar quanto das áreas de produção agropecuária patronal. Nesta perspectiva, este estudo objetiva compreender a aplicação do Índice de Desenvolvimento Social (IDS) nos municípios goianos a partir das 5 mesorregiões do estado. Com 246 municípios, o estado de Goiás tem se destacado na produção agropecuária, sendo a porção Sul do estado a principal região produtora e exportadora de produtos agrícolas do estado, favorecida pelo clima, relevo caracterizado por baixa declividade na sua grande parte, uso intenso de tecnologia no campo, dentre outras características que têm feito da região um líder no cultivo de soja, milho, algodão e sorgo, e na produção de carne bovina e aves, contribuindo significativamente para a economia e balança comercial do país, além de contribuir para a geração de empregos. A pesquisa foi fundamentada em coleta de dados em fontes secundárias, como o Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o banco de dados do IBGE Cidades. O Índice de Desenvolvimento Social (IDS) no espaço rural foi definido a partir das seguintes variáveis: condição do produtor em relação à terra, escolaridade do produtor, estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar, associação do produtor e renda no meio rural. Resultados

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

mostram, porém, que todas as mesorregiões goianas ficaram abaixo de 0,4 no IDS no espaço rural. Esse indicador cumpre um papel fundamental no setor agropecuário, fornecendo uma avaliação abrangente do desenvolvimento social, que é crucial para informar políticas públicas e práticas agrícolas sustentáveis. Importante destacar que a agricultura familiar é uma importante variável social neste indicador na busca pelo bem-estar dos sujeitos das comunidades rurais e contribuindo para o crescimento sustentável do setor agropecuário goiano.

Palavras-Chaves: desenvolvimento Rural; produção agropecuária; espaço rural

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Carlos Gomes/RS e as Fronteiras da Resistência: Terra, Poder e UHE Machadinho

Fábio Roberto Krzyszczak

fabio-ambiental@hotmail.com

Universidade Federal da Fronteira Sul (PPGH/UFSS/Chapecó – Santa
Catarina/Brasil)

Humberto José da Rocha

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFSS/Chapecó – Santa Catarina/Brasil)

A construção da Usina Hidrelétrica Machadinho (UHE Machadinho), localizada na bacia hidrográfica do Rio Uruguai, entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina no Brasil, que iniciou seu funcionamento em 2002, é considerada um marco tanto em termos de engenharia mecânica e civil quanto de políticas públicas e econômicas. Essa Usina Hidrelétrica remete no imaginário coletivo à ideia de modernização e progresso, com produção de energia limpa e geração de empregos. Concomitantemente a esse pensamento de modernização e progresso, muitos proprietários de terras rurais ribeirinhas ao empreendimento eram contrários à construção dela, em especial os moradores da atual cidade de Carlos Gomes, que possuía na época da construção da usina sua população formada majoritariamente por agricultores descendentes de poloneses. O projeto básico para o citado aproveitamento foi aprovado em julho de 1986, contudo, as obras ficaram paralisadas por um período de seis anos, por uma forte resistência de aproximadamente 800 moradores de Carlos Gomes, em que a sua área urbana e vasta extensão territorial rural desapareceriam completamente com a construção da UHE. As obras foram reiniciadas em 1995 com uma realocação do eixo da UHE para montante distante sete quilômetros do eixo inicial, não atingindo mais a cidade de Carlos Gomes e o seu perímetro rural. Entre as estratégias para não ocorrer as desapropriações das terras localizadas neste município, foram organizadas grandes medidas de resistência como a Romaria de Itá (SC) que reuniu cerca de 5000 pessoas; a de Vila Áurea (RS), na época município de Gaurama que reuniu cerca de 1500 atingidos; a de Carlos Gomes, na época município de Viadutos, que reuniu 3000 atingidos e, em especial, neste trabalho verificaremos a estratégia de aquisição por um grupo de pessoas de Carlos Gomes a compra das propriedades rurais nas quais iria ser construída as instalações da usina (turbinas, casas de máquinas), o qual inviabilizou que essas propriedades fossem declaradas áreas de utilidade pública e as próprias negociações para aquisição das mesmas pelo empreendimento hidrelétrico. Por conseguinte, a hidrelétrica foi inaugurada em fevereiro de 2002, mas os trabalhos em defesa das terras não foram em

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

vão. Apesar da realização da construção da usina, foi necessário realizar ajustes no projeto para evitar a desapropriação das propriedades localizadas em Carlos Gomes. Essa modificação no plano original, caso inédito nas barragens da bacia do Rio Uruguai, possibilitou que os agricultores, cujas terras estavam ameaçadas, permanecessem em suas propriedades e continuassem com suas atividades agrícolas, preservando assim não apenas seus meios de subsistência, mas também as relações socioambientais estabelecidas ao longo de gerações. Essa saga em Carlos Gomes/RS exemplifica a resistência enfrentada pelas comunidades locais diante das transformações impostas pelos projetos de grande porte, como a Usina Hidrelétrica Machadinho. A luta pela preservação das terras, do poder local e das relações sociais e ambientais evidencia as fronteiras da resistência que ecoam além das margens físicas, revelando uma batalha constante entre interesses econômicos e a manutenção da identidade e dos modos de vida das populações rurais. Para esta pesquisa utilizou-se como fontes atas do Movimento Atingido por Barragens, processos judiciais de desapropriação e entrevistas.

Palavras chave: Usina hidrelétrica. Desapropriação. Terras rurais. Resistência. Impactos socioambientais.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Estratégias de desenvolvimento rural e participação comunitária: abordagem transfronteiriça

António Candeias Martins

ajcmarsa@gmail.com

Investigador do Centro de Investigación en Pensamiento Contemporáneo e Innovación para el Desarrollo Social (COIDESO)/ Universidad de Huelva, Espanha/ Laboratório de Inovação em Desenvolvimento Regional e Empreendedorismo (LIDERE) (Instituto Politécnico de Beja, Portugal)

Maria Inês Faria

CIEQV/ Instituto Politécnico de Beja, Portugal

Emilia Moreno Sánchez

Universidad de Huelva, Espanha

Os territórios de baixa densidade correspondem a áreas não só de baixa densidade demográfica, mas também de baixa densidade relacional, com o nível reduzido de interações quer entre pessoas quer entre instituições. Isso implica ainda uma frágil rede de estruturas que promovam a participação nos processos de decisão que envolvem o futuro dos territórios, com fraca valorização da capacidade de intervenção das comunidades pelo trabalho em rede.

A compreensão das variáveis para intervenção num determinado território não pode ser confundida nem com uma leitura simplista e demasiado abstrata da realidade nem com uma visão *one fits-all*, que preconiza soluções estandardizadas para tipos de territórios idênticos. E este constitui o grande desafio do trabalho em territórios de baixa densidade, que deve refletir sobre o foco da iniciativa de terreno, na audácia da exceção e na criação de medidas adequadas, particulares.

A preconização de soluções de governação integrada, focadas no desenvolvimento rural participado e negociado a vários níveis, poderá constituir uma resposta útil e eficiente para combater as vulnerabilidades/ ameaças e, ao mesmo tempo, estimular as potencialidades/ oportunidades em territórios de baixa densidade, sobretudo pela territorialização das políticas setoriais, pela coordenação de políticas com mecanismos multinível, e medidas intersectoriais de base territorial, formuladas a partir de mecanismos locais.

É importante aferir como as estratégias de incremento de processos participativos de diagnóstico e construção de planos de ação, contribuem a capacitação e empoderamento e para a criação de estruturas de governança que promovam a implementação e acrescentem valor ao território, incluindo as estratégias negociadas de desenvolvimento rural.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

A abordagem é realizada a partir de metodologias qualitativas e naturalistas, sendo a estratégia utilizada o estudo de caso de quatro unidades territoriais transfronteiriças na Andaluzia Ocidental (Espanha) e no Baixo Alentejo (Portugal). Entre as técnicas utilizadas estão entrevistas em profundidade, observação narrativa e participante, cadernos de campo e revisão de documentos e análise de conteúdo.

Para além de contribuir para o aprofundamento do conhecimento dos processos de envolvimento comunitário e capacitação para a ação, tendo como base o planeamento estratégico setorial, é importante considerar que as estratégias vão para além dos mecanismos de resiliência, abraçando mais as práticas de regeneração e antifragilidade social e territorial.

Com este trabalho obtém-se informação como são os processos participativos de diagnóstico e construção de planos de ação que podem contribuir para a capacitação real e a criação de estruturas de governança que aportem valor ao território.

Palavras-Chave: participação, governança, territórios de baixa densidade, antifragilidade, regeneração

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Os impactos socioeconómicos e ambientais da agricultura de soja no Norte de Mato Grosso

Desirêe Francielle Galvão
up201400388@up.pt
Universidade do Porto, Faculdade de Economia

Sofia Teives Henriques
shenriques@fep.up.pt
Universidade do Porto, Faculdade de Economia, CEFUP

O artigo examina a transformação do norte do estado de Mato Grosso, Brasil, de uma paisagem dominada por florestas a um polo mundial de produção de soja. A região, situada no sul da Amazônia Legal Brasileira, passou por uma rápida expansão de áreas agrícolas nas últimas décadas, impulsionada por projetos de colonização promovidos pelo governo brasileiro nos anos 1970. A construção da rodovia BR-163 possibilitou o acesso à região, acelerando a conversão de florestas em campos de soja. O objetivo principal do estudo é compreender os impactos sociais, económicos e ambientais da produção de soja na região, bem como avaliar soluções propostas por stakeholders para minimizar os efeitos adversos. O estudo utiliza abordagens qualitativas, como entrevistas com associações de produtores, sociedade civil e governo, e quantitativas, incluindo análise de dados estatísticos sobre a produção agrícola local. Os resultados revelam que a expansão da sojicultura trouxe benefícios económicos significativos à região, incluindo aumento do Produto Interno Bruto (PIB) regional e melhorias nos padrões de vida, nutrição e remuneração. O município de Sorriso, por exemplo, tornou-se um dos maiores produtores de soja do mundo, responsável por 1,5% da produção nacional e gerando cerca de € 1 mil milhões em 2022. No entanto, a expansão da produção de soja também resultou em impactos ambientais adversos, como desmatamento, fragmentação de vegetação nativa e alterações nos ciclos de energia e água na bacia amazônica. Além disso, foi observada uma relação significativa entre a expansão da sojicultura e o aumento de doenças respiratórias e leucemia em crianças. A rápida mudança na paisagem também gerou conflitos entre proprietários de terras e comunidades indígenas e ribeirinhas, além de práticas de grilagem. Para lidar com esses desafios, medidas de mitigação foram adotadas. A Moratória da Soja, implementada em 2008, mostrou resultados positivos na redução do desmatamento. Práticas agrícolas de baixo carbono e tecnologias avançadas foram promovidas pelos sojicultores para reduzir os impactos ambientais. No entanto, persistem questões relacionadas à aplicação dessas medidas. O estudo cobre o período de 1999 a 2023, período durante o qual foram coletados dados municipais de produção agrícola. Os resultados oferecem uma visão abrangente dos efeitos da sojicultura na região, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias sustentáveis que busquem o

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

equilíbrio entre crescimento econômico e conservação dos ecossistemas locais. As conclusões do estudo ressaltam a necessidade de uma abordagem equilibrada para a produção de soja, considerando os benefícios econômicos junto com os impactos ambientais e sociais. A pesquisa destaca a importância de políticas eficazes e a colaboração entre governo, produtores e sociedade civil para promover práticas agrícolas mais sustentáveis na região.

Palavras-chave: Efeitos da sojicultura; Mato Grosso; Mitigação; Adaptação; Impactos socioeconômicos e ambientais.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

A Agricultura Familiar em Áreas de Domínio da União na Região Intermediária de Rio Verde

Jesiel Souza Silva
jesiel.souza@ifgoiano.edu.br
Instituto Federal Goiano

Tânia Márcia de Freitas
tania.marcia@ifgoiano.edu.br
Instituto Federal Goiano

Sílvia Marques Salustiano
silvia.ferreira@ifgoiano.edu.br
Instituto Federal Goiano

Para entender a dinâmica da agricultura familiar goiana, é necessário o aprofundamento da análise atenta das mudanças que ocorreram no território goiano nas últimas décadas. São visíveis as mudanças ocorridas neste território após a modernização agropecuária, que modificaram a estrutura social e econômica, o modo de vida, a produção e reprodução das comunidades rurais, sobretudo das populações compostas por agricultores familiares. Muitas vezes sem acesso às políticas de crédito subsidiado, serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pública e de qualidade e à própria terra para moradia e produção, eles se deslocam em busca de novos espaços de produção. Assim, o objetivo desta investigação é entender o processo de ocupação das Áreas de Domínio da União às margens das rodovias federais nos municípios que compõem a Região Imediata de Rio Verde, no estado de Goiás. A opção metodológica foi pela utilização do estudo de caso, pautado em uma abordagem qualitativa a partir da coleta de dados em fontes secundárias e também em fontes primárias de coleta de dados, através de entrevistas e observações nas Unidades de Produção Familiar às margens das rodovias. Foi possível constatar a presença de várias famílias agricultoras ocupando às margens das rodovias neste território. Estas famílias utilizam estes pequenos retalhos de terra para moradia e também para trabalho na produção agropecuária. É importante destacar que estes trechos, além de serem ocupados pela agricultura familiar marginalizada para o policultivo, são ocupados também pela grande produção que por diversas vezes faz destas áreas uma extensão de suas propriedades. Entre os produtos mais cultivados pelos pequenos produtores familiares estão os alimentos como hortaliças, mandioca, milho, feijão, pimenta, quiabo, banana e uma variedade de legumes, frutas e verduras. Esta produção, mesmo pequena, cumpre um papel essencial na segurança alimentar das famílias de vários agricultores familiares. É comum encontrar nestas Unidades de Produção Familiar a criação pecuária, sobretudo voltada para a subsistência das famílias.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Palavras-Chaves: subsistência; agricultura familiar; policultivo

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

O teatro português e os desafios da ruralidade

José Alberto Ferreira

jaf@uevora.pt

CHAIA - Universidade de Évora

Sabe-se bem, desde a reinvenção do teatro no Renascimento italiano, que a cultura teatral é sobretudo uma cultura urbana, centrada em temas e problemas urbanos e carecendo de meios técnicos e humanos implantados na cidade. Na sua génese, o teatro parece não usar o rural senão para fazer rir a cidade, como a larga tradição de personagens vilanescas e rústicas confirma.

Porém, verifica-se facilmente que a criação teatral portuguesa teve, da segunda metade do século XIX em diante, uma razoável presença nos territórios rurais. Desde logo porque se assistiu, nesse período de tempo, a um crescimento da construção de edifícios teatrais, preparados para a recepção das companhias sedeadas em contexto urbano (Lisboa/Porto), maioritariamente da capital, que levavam os seus espectáculos teatrais e musicais, em *tournées* regulares pelo interior do país, pela província. Uma marca material significativa dessa circulação e das suas lógicas empresariais, são as placas que comemoram as datas em que famosas estrelas do firmamento teatral nacional pisavam o palco de um desses teatros, deixando um rasto de estrelato e de memorabilia do *star system*. Paralelamente, há no mesmo período de tempo, uma significativa actividade de carácter amador. Estes grupos eram coadjuvados na sua acção por edições populares de textos dramáticos (como as da *Bibliotheca Theatral do Povo* ou as colecções de *Theatro Cómico* ou de *Theatro Escolhido*, ambas *próprias para amadores e para Teatros particulares*), assim como por alguns manuais de teatro amador, promovendo a representação de um repertório dominado pelo cómico e por textos apresentados como exemplares, nalguns casos por textos de autores consagrados da dramaturgia portuguesa (como João da Câmara, por exemplo).

Durante o Estado Novo, os grupos amadores e a circulação de companhias em *tournées* empresariais foram as grandes vias da presença do teatro nos contextos rurais. A aventura do *Teatro do Povo*, de Francisco Ribeiro (1936-1940), integra, em rigor, essa mesma lógica, apenas mitigando os interesses empresariais envolvidos.

A permanência deste modelo assimétrico durante um tão extenso período de tempo explica-se desde logo pelo contexto histórico-político nacional, entre as últimas décadas da monarquia e a instauração da ditadura do Estado Novo. Será preciso esperar pela Revolução de 1974 e pelo movimento da descentralização cultural, iniciado em Évora em 1975, para assistir à transformação dessas formas de circulação teatral em contexto rural em modalidades de política cultural para os territórios, em desafios de criação, programação e mediação que procuravam inscrever a cultura teatral e as suas formas artísticas na ruralidade portuguesa, para a formar e transformar.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Palavras-chave: Colecções populares de teatro; Teatro do Povo; Descentralização cultural; Políticas culturais; Políticas do cómico

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Album seriado - uma experiência de extensão rural em Angola

Alexandre Ramos

aramos@uevora.pt

CIDEHUS- Universidade de Évora

O projeto Extensão Rural em Angola é uma das várias experiências coletiva na filmografia colonial portuguesa. O segmento dedicado a este projeto no documentário a cores Africarama (1973), começa com a apresentação de uma das principais atividades do sertão angolano: a criação de gado “semelhante ao Texas”. De acordo com a voz em off, existem 3.000 de cabeças de gado em Angola e 90% é propriedade de africanos. Mediante este exemplo, subtilmente o narrador sugere que também na agricultura a população africana é, e será, igualmente preponderante para o sucesso de Angola.

O projeto Extensão Rural em Angola é apresentado como “uma revolução pacífica” que tem por objetivo integrar aqueles que ficaram para trás no processo de desenvolvimento de Angola, i.e., os pequenos agricultores, na sua maioria africanos. O ideólogo por detrás deste projeto é o alemão Hermann Pössinger, um especialista agrário e sociólogo que convenceu Lisboa a aceitar o seu projeto de recuperação da economia rural.

“A pessoa paternalista encara sempre a situação da outra pessoa como eterna, sem possibilidade de modificação, mas se nós encararmos esta situação como uma situação sem a mínima possibilidade de ser modificada então somos paternalistas”, assim discursa Pössinger para os técnicos do projeto da extensão rural que o circundam. A voz em off revela que o projeto pretende lançar 15 equipas no terreno. Os técnicos, na sua maioria jovens adultos, trabalharão “na mata” e contactarão diretamente com as pessoas. Segue-se a recorrente cena utilizada na maioria das vezes que o projeto da Extensão Rural foi retratado nos documentários coloniais portugueses: os jeeps verdes Land Rover perfilados em coluna até ao momento em que se distribuírem por diferentes aldeias.

Na cena seguinte, o Doutor Santana, um africano, explica o programa “A atividade no Planalto Central de Angola é uma revolução que tenta na medida (...) modificar as estruturas dos grupos humanos. A extensão rural encorajou constantes diálogos com as populações”. Noutra imagem, em língua local, um membro da equipa “Extensão Rural” explica o projeto aos agricultores de uma das aldeias. A voz em off, refere que na teoria este projeto condena o paternalismo e coloca a população agrícola à frente das suas responsabilidades, dando-lhes a oportunidade de organizarem a defesa dos seus interesses económicos e sociais de forma a melhorarem as suas condições de vida e de trabalho. Para alcançarem este objetivo as equipas do projeto da Extensão Rural, organizam sessões

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

formativas e prestam ajuda e aconselhamento, mas deixam ao critério de cada indivíduo a possibilidade de aceitarem ou não o projeto.

Para demonstrar o livre arbítrio concedido aos agricultores, o realizador Pascal-Angot filmou uma das sessões de esclarecimento, na qual um homem africano de idade avançada e vestido de fato e gravata opina negativamente sobre o projeto, a assistir estão alguns agricultores europeus: “Logo viram que o trabalho que estão a apresentar ao povo não é o que deveria ser porque não estamos satisfeitos com as vendas dos nossos produtos: milho...café, feijão”. Esta opinião negativa sobre o projeto não é a única. Segundo o narrador, os “ultras” (grupos nacionalistas de direita) classificaram esta experiência como de extrema-esquerda e os funcionários públicos consideraram-no um projeto votado ao fracasso. No entanto, o narrador afirma que desde 1966 o projeto se desenvolve com sucesso. Por conseguinte, Lisboa aprovou a extensão do projeto para uma zona do planalto central onde vivem cerca 1,700 pessoas. Seguem-se mais imagens das ações de formação, por exemplo um técnico explica como o milho híbrido produz mais do que o milho normal.

A terminar o segmento sobre o projeto de Extensão Rural é descrito sumariamente o sucesso do projeto: “Hoje na região de Andulo a situação dos agricultores está a melhorar diariamente. A ação de autogoverno dos clubes, a defesa dos preços contra os abusos dos intermediários, a constante melhoria da produção e a eficiente escoamento de produtos para novos mercados estão a obter concretos e positivos resultados de um plano a longo prazo, mas talvez tardio.” Logo depois, em discurso direto e em português Hermann Pössinger, o “ativista anti subdesenvolvimento procura compreensão” assim nomeado pelo narrador profere o seguinte discurso: “É claro que estes pequenos passos que damos por enquanto cá em Angola não podem mostrar resultados já visíveis, mas mostram que este tipo de trabalho está no caminho certo. O que mais necessitamos no momento é a compreensão que permitirá que este trabalho...possa seguir numa paz absoluta”.

Com efeito, o resumo deste segmento do filme *Africarama* é representativo da mensagem que se procurou transmitir sobre o projeto Extensão Rural em Angola, na nossa comunicação analisaremos outros documentários sobre este tema, entre os quais *Álbum seriado* – uma experiência de extensão rural (1969) e *Café veículo de promoção social* (1974). Os objetivos centrais são demonstrar como o projeto Extensão Rural foi retratado nos documentários portugueses e de que forma estes filmes podem servir de fonte complementar ao estudo deste projeto.

Palavras-chave: Extensão Rural; Agricultura; Documentários; Angola; Portugal

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

A capacitação de mediadores culturais em territórios rurais: uma estratégia para a inclusão

Marcos Olímpio Santos

mosanto@uevora.pt

CICS.NOVA

Maria da Saudade Baltazar

baltazar@uevora.pt

Depart. de Sociologia, CICS.NOVA, UÉvora

O Alentejo, desde os anos 50 do século XX, tem sido atingido pelo despovoamento, associado ao duplo envelhecimento populacional e à fraca dinâmica empresarial. Este cenário, típico do chamado “Ciclo Vicioso da Baixa Densidade”, agrava-se, e é consequência, da debilidade económica. Do ponto de vista dos residentes na região, este contexto contribui para estimular, entre outros, sentimentos de abandono e de baixa autoestima. Os agentes públicos e as organizações do 3º sector presentes no terreno têm implementado, individual e conjuntamente, iniciativas que visam combater esses problemas. Entre estas iniciativas revelam-se particularmente pertinentes as de natureza cultural que contribuem para preservar memórias e património tradicional bem como para mobilizar públicos de diversas gerações promovendo melhores níveis de coesão social e inclusão. Neste âmbito, decorreu no Alentejo Central (AC) o Programa Transforma. Este programa foi realizado entre os anos de 2020 e 2023, e teve como finalidade estabelecer uma abordagem diferenciadora na forma como a cultura pode ser geradora de coesão e inclusão social, de crescimento económico, de práticas ambientais sustentáveis, numa lógica de cidadania participativa e de proximidade territorial. Inserido no programa Transforma foi levado a cabo o “Programa de Mediação Cultural do Alentejo Central” (PMCAC), entre 2022 e 2023. O programa, realizado com autarquias e agrupamentos de escolas de municípios do AC, visou promover a conceção de programações culturais diversificadas, participativas e inclusivas, que refletem a diversidade das comunidades estabelecidas no seu território de ação, no intuito de promover o empoderamento dos grupos vulneráveis, a inclusão social e o sentido de pertença. O PMCAC foi concretizado, maioritariamente, em dois eixos principais: o Eixo 1 - *Capacitação dos Agentes Culturais para o desenho de programações culturais inclusivas e participativas* e o Eixo 3 - *Capacitar professores e artistas para o desenvolvimento de pedagogias criativas*. Esta proposta de comunicação visa expor sucintamente a metodologia adotada para implementação do projeto e apresentar resultados obtidos, em particular com a realização de projetos no âmbito do Eixo 1 do PMCAC, os quais tiveram lugar em nove municípios do AC, promovidos pelas autarquias locais. A avaliação dos projetos foi realizada com base em metodologias de natureza

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

qualitativa, utilizando documentos disponibilizados pelas entidades participantes e promotoras como através da aplicação de inquéritos por questionário aos diversos participantes. A generalidade dos participantes considera que os projetos contribuíram para dotar os agentes culturais das competências necessárias para desenvolverem estratégias de programação cultural que correspondam aos interesses e necessidades das comunidades a que se dirigem. Destacam-se também as Lições Aprendidas e Fatores Críticos de Sucesso a considerar em iniciativas similares.

Palavras-chave: mediação cultural, capacitação (de mediadores), inclusão pela cultura; desenvolvimento territorial.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Rota do Mármore: transformar lugares da indústria viva em turismo cultural

Carlos Filipe

carlosfilipe.cechap@gmail.com

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL)/ Centro de Estudos CECHAP

Armando Quintas

aquintas@uevora.pt

CIDEHUS- Universidade de Évora / Centro de Estudos CECHAP

A Rota do Mármore engloba uma oferta de animação turística, partilhando lugares da indústria extrativa, transformadora e de produção de cantaria, do património arquitetónico, paisagístico e urbano, na geografia de Alandroal, Borba, Estremoz e Vila Viçosa. Um projeto de roteiro industrial, que foi iniciado com o desenvolvimento de um estudo académico que depressa evoluiu para um produto turístico profissionalizado, disponibilizando aos visitantes uma experiência autêntica, no universo do recurso do mármore e dos seus diversos patrimónios correlacionados, no âmbito da geologia, da história, da arquitetura, escultura, nas técnicas do saber-fazer, tendo como propósito valorizar os recursos que existem e contribuir para um desenvolvimento e afirmação do património cultural desta sub-região do Alentejo.

A Rota encontra-se integrada na Associação CECHAP, promovendo o território e o seu património, ajudando uma economia circular ao longo do ano, não recebendo, qualquer contributo financeiro da parte dos municípios onde atua nem outras contrapartidas por parte da Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo. A oferta de turismo industrial apoia-se, fundamentalmente, em recursos, espaços ou processos e atividades produtivas que não foram arquitetadas para serem ofertas ou atrativos turísticos, mas cujo valor patrimonial, têm ganho interesse para alguns públicos e mercados turísticos. O valor do património industrial emerge do meio onde se insere, através da organização da sua paisagem que se revela como ícone, mas também nas relações que estabelece com o espaço e a memória, de certa forma, testemunha a autenticidade do lugar, atraindo a atenção dos turistas, para a singularidade da experiência vivida.

Procuramos com a presente proposta de comunicação: dar a conhecer as oportunidades e as complexidades, que se colocam na gestão de um projeto em fase de crescimento, onde permanentes desafios se colocam no seu funcionamento.

Palavras-chave: Rota do Mármore; oportunidade; complexidades; turismo industrial; transformar lugares.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Guia do Património Industrial de Tavira

Carlos Manuel Faisca

carlos.faisca@uc.pt

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares – CEIS20 – Faculdade de Letras

A importância de Tavira variou bastante ao longo da História, o que se reflete no património cultural existente, especialmente no edificado. Não é de surpreender, portanto, que no concelho exista uma quantidade significativa de edifícios religiosos, civis e militares pré-industriais, a maioria classificada como Imóvel de Interesse Público ou Monumento Nacional. Este património é especialmente notável na Época Moderna, quando Tavira era a principal cidade do Algarve e uma das mais importantes de Portugal. A riqueza deste património provavelmente contribuiu para a menor atenção dada ao património industrial, que inclui fábricas, caminho-de-ferro, mercados, habitações, entre outros.

Neste contexto, há muito que o Município de Tavira tem apoiado diversas publicações centradas no património pré-industrial do concelho, bem como editado guias turísticos sobre a mesma temática. No entanto, o concelho está longe de ser desprovido de manifestações industriais. Para colmatar esta lacuna, no último ano, um conjunto de atividades de investigação e difusão tem sido realizado, incluindo a inserção do património industrial em produtos turísticos. Esta comunicação apresentará o trabalho em curso, que será materializado, entre outros exemplos, num guia turístico focado no Património Industrial do concelho de Tavira editado pelo Museu Municipal, incluindo aquele localizado em áreas rurais.

Palavras-chave: Património Industrial, Turismo Industrial, Museologia, Tavira.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

**Diferenciação de classes nas sociedades camponesas contemporâneas:
uma revisão bibliográfica**

Alba Díaz Geda

alba.diaz@usc.es

Universidade de Santiago de Compostela

Vitor Gustavo Ribeiro de Matos

Universidade de Santiago de Compostela

Nesta comunicação apresentamos os resultados de uma revisão bibliográfica sistemática de estudos, no domínio das ciências sociais e, mais particularmente, da história rural, que se têm centrado na investigação das desigualdades sociais nas sociedades camponesas contemporâneas. O estudo das desigualdades sociais está intimamente ligado aos debates em torno da questão agrária e de como pensar a transição do feudalismo para o capitalismo. Desde aquelas discussões já clássicas, as questões mudaram ou até ficaram à margem. Recentemente, novos períodos de crise do capitalismo convidaram os investigadores a regressar a estas questões, mas num contexto diferente do ponto de vista teórico. Com esta pesquisa, pretendemos caracterizar diferentes fases do estudo das desigualdades sociais, identificar as disciplinas envolvidas neste estudo, explicar as continuidades e mudanças nos objetos de estudo e nas perspectivas teóricas sobre esta problemática. A revisão bibliográfica sistemática propõe-se como uma primeira fase de uma investigação mais ampla dedicada ao estudo das desigualdades sociais e os processos de diferenciação social na sociedade rural galega contemporânea. Esta proposta está vinculada ao eixo do congresso que se propõe investigar a questão das assimetrias, sejam elas territoriais, sociais, económicas, culturais ou políticas, em ambientes rurais e sua relação com outros contextos.

Palavras-chave: Desigualdade social, sociedades camponesas, historia contemporânea

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Dificuldades do modelo agrário português durante a segunda metade do século XX

Lucía Alvaredo

luciavilarinoalvaredo@gmail.com

Universidad Autónoma de Madrid; Universidade de Évora

Desde o segundo quartel do século XX, o modelo produtivo que predominou em Portugal continental foi o industrial. Em algumas das colónias, pelo contrário, optou-se por uma estratégia agrícola, sobretudo em Angola e Moçambique. Este processo encontra-se politicamente ligado à ascensão das forças autoritárias golpistas em 1926, posteriormente legitimadas com o estabelecimento do novo regime do Estado Novo em 1933. Durante este período, em Portugal continental tentou-se desenvolver um planeamento agrícola pouco oportuno baseado nas culturas de sequeiro através da Campanha do Trigo. No entanto, na segunda metade do século XX, a exploração de regadio intensificou-se em algumas das denominadas províncias -colónias- pelo regime. Isso implicou também uma reformulação -tardia- do modelo agrícola no continente, que ficou em segundo plano em relação à linha industrialista que se pretendia estimular.

Os poucos projetos agrícolas desenvolvidos em Portugal continental desde a segunda metade do século XX, já ligados a uma estratégia hídrica, encontram-se no desenho de algumas colónias agrícolas, como a mais conhecida de Pegões (Montijo-Setúbal) ou a mais desconhecida da Gafanha de Ílhavo (Aveiro), entre outras. Além do desenvolvimento de planos hidráulicos desde 1935, que ficaram mais na teoria do que na prática e, em grande medida, adiados para décadas posteriores.

Esta situação de desequilíbrio entre o modelo industrial e o agrícola em Portugal continental durante a segunda metade do século XX colocou numa posição muito destacada ou prioritária a estratégia produtiva agrícola desenvolvida em algumas colónias, que, perante a iminente queda do Império Português em 1974, ficou ainda mais relegada no continente. Embora a tendência histórica dos impérios coloniais durante o século XX tenha sido semelhante: a 3 exploração dos recursos nos territórios dominados, é necessário desentranhar as razões particulares e os seus efeitos. Além disso, nas décadas seguintes, Portugal veria comprometida também a sua aposta industrialista realizada durante o período autoritário anterior do Estado Novo.

Palavras-chave: Estado Novo, modelo agrário, modelo industrial, império, colónias agrícolas

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

O abastecimento de carnes a Lisboa e o debate na RACAP no século XX

António R. Telles Costa
antoniortcosta@hotmail.com
HTC – NOVA FCSH / CFE-UC

A subsistência alimentar da cidade de Lisboa, essencialmente ao nível do trigo e da carne, foi sempre uma preocupação do poder político pelo simples facto da produção nacional ser insuficiente para dar resposta às necessidades do mercado interno, tratando-se de um problema crónico e que se arrastou ao longo dos anos. Neste sentido, no século XX, uma das preocupações levadas constantemente a debate nas sessões da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa foi precisamente a da questão das carnes, nomeadamente o seu abastecimento à capital portuguesa, problema que se prolongou pelo primeiro quartel do século XX.

A divisão entre os agricultores que constituíam a lista de sócios da RACAP relativamente a esta questão era perceptível e extremamente contraditória. Por um lado havia quem defendesse o regime de consumo de carnes por arrematação com tabela de preços para vendedores e compradores, invocando a eminente consequência da colisão entre vendedores, compradores e consumidores, e por outro lado havia quem defendesse a autonomia de compra e venda de carne sem tabela e com número ilimitado de talhos, em prole da liberdade de comércio interno para os criadores de gado. Havia ainda aqueles sócios que consideravam que a RACAP não tinha voto na matéria pelo simples facto de não representar «*as verdadeiras regiões criadoras e engordadoras de gado para talho*», localizadas nos Açores, no Norte e em parte do Centro, onde a existência de sócios era insignificante.

Assim, com esta comunicação pretende-se compreender de que maneira aconteceu o debate e o confronto dentro da RACAP acerca do abastecimento de carnes à cidade de Lisboa, bem como as conclusões desse mesmo debate e o impacto dessas nas decisões dependentes do poder político. A par disso será também possível perceber em que moldes as questões da procura e do consumo influenciaram a discussão e, como consequência, o reajustamento dessa cadeia de valor.

Palavras-chave: Abastecimento; Carnes; Lisboa; RACAP; Séc. XX

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Dez ideias de acção rural de Joaquim Vieira da Natividade que se mantém

João Horta Marques

joao.horta.marques@uevora.pt

MED - Instituto Mediterrâneo para a Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento & CHANGE, Universidade de Évora; CEF – Centro de Estudos Florestais e Laboratório Associado Terra, Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa

Comemoram-se, este ano, 125 anos sobre a data de nascimento do Professor Joaquim Vieira da Natividade (1899 – 1968) e escasseiam trabalhos que salientem esta data e, conseqüentemente, ovacionem o autor. Formado em Engenharia Agronómica e, posteriormente em Engenharia Silvicultura, contribuiu em diferentes áreas da arboricultura, nomeadamente subericultura e fruticultura. Resumiram-se dez ideias que devem alicerçar o rumo destes sistemas rurais portugueses.

Foram consultadas cerca de 100 obras de Joaquim Vieira da Natividade, notas sobre homenagens prestadas e uma bibliografia exaustiva do autor. As dez ideias de acção rural são: 1. Gestão e conservação do solo, mais importante do que a gestão da própria cultura (com ênfase para o aumento do teor de matéria orgânica e mantendo o máximo possível as séries de vegetação para evolução no sentido da Climax, o que implica minimizar o impacto das acções de gestão, conservando o seu bioma); 2. Estudo exaustivo da cultura (técnicas de produção, mercado, genética, exemplares para o fenótipo pretendido); 3. Melhoramento Genético; 4. Estudo das propriedades e da qualidade da cortiça inter e intra-árvores; 5. Importância da extensão rural e partilha do conhecimento académico; 6. Desbastes selectivos (de modo a aumentar a eficiência do sistema de produção); 7. Podar o estritamente necessário; 8. Sistemas Agro-Silvo-Pastoris e Consociações dentro de cada subsistema; 9. Intensificação Sustentável; 10. Alterações climáticas.

À excepção do 4., que é exclusivo do sobreiro, mas que aparece nesta posição, dados o número de trabalhos publicados neste âmbito e a posição da cortiça a nível nacional (em que Portugal produz tanto quanto os restantes países do mundo juntos), todos os pontos são transversais a todas as espécies lenhosas e alguns a todas as culturas agrícolas.

Deste modo e dada a dificuldade verificada em aceder às publicações consultadas, sugere-se a reedição das suas obras, de modo a que possa ser divulgado junto das novas gerações. Pensa-se também ser relevante divulgar junto dos estudantes de licenciaturas, mestrados e doutoramentos na área das Ciências Agrárias este autor, seja através de unidades curriculares exclusivas ao campo da História e Políticas Rurais, seja como introdução de Unidades Curriculares que abordem a Silvicultura, Subericultura, Fruticultura ou Pedologia.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Palavras-chave arboricultura, fertilidade do solo, fruticultura, história, silvicultura

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Os veículos de tração animal no contexto rural português. Usos e formas nas práticas agrícolas

Daniel Cardeira

danielcardeira@gmail.com

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

No decorrer do século XX, a agricultura foi-se progressivamente modernizando, tendo os processos e alfaias tradicionais sido gradualmente substituídos por novas formas de agricultura e de aproveitamento da terra. A utilização de novos equipamentos mecânicos e modernizados, assim como a deserção dos meios rurais a partir dos anos sessenta aceleraram o desuso das tecnologias movidas à força dos animais de trabalho e de tração. A maquinaria agrícola, tratores e carrinhas motorizados executam atualmente o trabalho outrora dos carros e carroças.

Os veículos de tração animal fizeram parte da paisagem durante um longo período, estando o seu uso documentado em contextos de trabalho, de transporte de passageiros e mercadorias. Acrescentamos que os carros também estavam presentes em situações festivas e recreativas, acontecimentos essenciais das sociedades.

A presença constante, no quotidiano, dos carros de bois e de bestas fez com que estes surgissem frequentemente nos registos fotográficos da época que captaram o seu aspeto pitoresco, nos seus contextos de uso. São inúmeros os registos que chegaram até nós de carros a laborar, de norte a sul do país, em atividades agrícolas de suma importância económica como na olivicultura, na triticultura e na vinicultura. Os carros, de carácter tradicional, encontravam-se em todo o território sendo as suas tipologias variadas, adaptando-se não só às condicionantes físicas do território como às suas múltiplas funções. É comum encontrarmos veículos com adaptações específicas à sua atividade como o transporte de água, azeite, vinho...

Através do material iconográfico disponível em arquivos digitais, sobretudo fotografias do século XX, pretendemos enquadrar a utilização dos antigos veículos de tração animal nas atividades agrícolas. Do mesmo modo, questionamos de que forma os veículos se adaptaram aos diferentes trabalhos exercidos no universo agrícola e da sua relação com os modos de ocupação do território.

Palavras-chave: ruralidade, história agrícola, veículos de tração animal, carros de bois, carros de besta

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Sessão 1

Moldando o mundo rural: o impacto das *instituições* na ruralidade portuguesa (séculos XVI a XIX)

José Luís dos Santos Barbosa

jlsb101088@gmail.com

CHSC - Universidade de Coimbra

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Linha Temática 3: A dimensão institucional que abre para tópicos relativos aos direitos de propriedade, às políticas agrárias e ao papel das organizações.

A presente sessão explora a dimensão institucional da história rural portuguesa. A discussão centra-se no impacto das *instituições* (na aceção anglo saxónica mais ampla, de normal, regras, práticas, ideologias, organizações) no mundo rural, nas suas diversas dimensões (económica, social, simbólica...), abrangendo tanto a longa quanto a curta duração e considerando a articulação entre grandes organizações e os indivíduos. Compreender essas dinâmicas é essencial para analisar como as instituições moldam e são moldadas pelo contexto rural, influenciando profundamente o desenvolvimento económico e social das comunidades rurais.

A renovação historiográfica que se deu no pós 25 de Abril permitiu a introdução de novas temáticas e metodologias. Emerge uma nova história económica e social, a história das mentalidades e, mais particularmente, a história rural. Entre os assuntos mais relevantes, a história rural recebeu estudos sobre demografia, economia, agricultura e sociedade (Coelho 1997; Neto 2007).

Mais recentemente, diversas teses, dissertações e artigos incidiram em questões institucionais, como o estudo dos municípios, misericórdias e senhorios. Contudo, a interseção entre os campos de história rural e história institucional ainda se encontra numa fase inicial, sendo necessário continuar com o alargamento de perspetivas e métodos aplicados à história rural.

A história das instituições tem conhecido um crescimento notável na historiografia internacional. Vários estudos privilegiam a análise das instituições na longa duração, onde se destaca a tensão entre a tradição e a mudança que também se relaciona com a história rural, devido às dificuldades em realizar mudanças institucionais significativas (Greif 2006; Magnusson and Ottosson 2009). Este problema é exacerbado pelas particularidades do mundo rural, marcado pelas fragmentações administrativas e jurídicas que traziam complexidade e sobreposição de poderes e conflitos de jurisdições, mas também pela necessidade em se respeitar os direitos adquiridos (Goubert 1973).

A história das instituições tem trazido, igualmente, importantes contributos na área da economia. Historiadores e economistas tem demonstrado o impacto que as instituições têm no crescimento económico e na agricultura (Robinson, Acemoglu, and Johnson 2005; Fogel 2004; Acemoglu and Robinson 2012), em particular questão dos direitos de propriedade, que quando são mal definidos, interferem na alocação eficiente de recursos e diminuem os incentivos à inovação e produtividade (Ostrom 1990; Galiani and Scharfrodsky 2014).

Em suma, a sessão e as comunicações propostas apresentam uma abrangência cronológica, geográfica e, sobretudo, temática bastante alargada (onde constam os

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

direitos de propriedade, a produção agrícola, assistência e o ensino), mas que se encontram no papel que as *instituições* têm em moldar o mundo rural, em particular na dimensão socioeconómica.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

A cobrança de rendas senhoriais na Universidade de Coimbra: análise aos contratos de emprazamento e arrendamento (1772-1835)

José Luís dos Santos Barbosa
jlsb101088@gmail.com
CHSC - Universidade de Coimbra

Ao longo da Época Moderna a Universidade de Coimbra teve uma dupla natureza: por um lado era uma instituição de ensino, produção de conhecimento e formação de quadros para o funcionalismo público; e, por outro, um senhorio. O senhorio da Universidade era extenso e permitia o sustento do ensino, contendo direitos senhoriais (como rações, foros e laudémios), direitos eclesiásticos (como os dízimos) e rendimentos de propriedades urbanas, que geralmente estavam agregados a unidades de cobrança designadas de rendas. A Universidade usufruía também de outras fontes de financiamento como as propinas e as contribuições das comarcas.

O usufruto e cobrança das rendas provenientes do senhorio da Universidade era muito complexa. Havia mais de 100 unidades de renda, cada uma dividida em várias rendas menores e “casais”. Regra geral, a Universidade assinava contratos de emprazamento com os camponeses e lavradores, ficando definidos nos contratos uma série de obrigações, em particular a partilha do produto. Contudo, a dimensão e dispersão do património, aliadas aos recursos humanos reduzidos, dificultavam a cobrança, levando a Universidade optar por um modelo de cobrança por parte de indivíduos privados (rendeiros), que arrecadavam os direitos da Universidade em seu nome (modelo de cobrança indireta), ficando responsáveis por pagar um valor anual em dinheiro.

Partindo das fontes presentes no arquivo da Universidade de Coimbra a presente comunicação pretende contribuir para o campo de história das instituições a partir de dois vetores principais. Em primeiro lugar, analisar os dois tipos de contrato (emprazamento e arrendamento), em particular as suas cláusulas e compreender a sua natureza (contrato de montante fixo, contrato de partilha ou contrato de salário) e as causas para o seu uso. Em segundo lugar, examinar de que forma os dois contratos se complementavam de forma a permitirem à Universidade fazer uma arrecadação eficaz dos seus tributos.

Palavras-chave: Universidade de Coimbra; Senhorio; Rendas; Contratos; Cobrança indireta

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Crédito e Produção Agrícola: os censos consignativos em Braga (1695-1705)

Jorge Miguel Soares
miguel27101998@gmail.com
Universidade do Minho

Em Portugal, o crédito privado tem suscitado inúmeros estudos através de variadas abordagens, permitindo demonstrar a sua ubiquidade no período moderno. No entanto, a historiografia tem-se debruçado sobretudo sobre os empréstimos a curto prazo, negligenciando o crédito privado de longa duração. Em Portugal ainda se sabe relativamente pouco sobre contratos de compra/venda a retro (censos consignativos), em comparação com Espanha onde literatura sobre este instrumento abunda. Por isso, esta comunicação visa apresentar uma faceta da atividade creditícia em Braga, entre os finais do século XVII e os inícios do século XVIII, através deste instrumento distinto dos censos consignativos que representam escrituras de crédito de longo prazo. Como demonstrado por Mário Júlio Costa (1961), o censo consignativo teve origem na região do Minho e enraizou-se no mundo rural e agrícola tornando-se popular como um contrato de crédito onde bens de género eram frequentemente utilizados. A sua principal utilidade, no entanto, foi a sua capacidade de criar transações de crédito que evadiam acusações de usura, ou seja, a cobrança excessiva de juros. Esta capacidade de mascarar a usura levou à necessidade de legislar e regimentar o instrumento produzindo a primeira literatura portuguesa sobre o censo consignativo que também já discutia sobre a sua influência no mundo rural. Consequentemente, o principal foco desta apresentação será explorar esta sua faceta na realidade bracarense. Através destes instrumentos, inseridos em Livros Notariais do Arquivo Distrital de Braga, irá se analisar o uso de vários bens de género como renda, a utilização dos bens de raiz na transação, as taxas de juro envolvidas, as razões e motivações para a utilização do contrato e inferir a relação cidade/campo através dos intervenientes envolvidos. Deste modo, a presente comunicação procurará retomar os contributos de estudos anteriores e produzir nova literatura sobre a atividade creditícia no Antigo Regime, em particular sobre os usos das perpetuidades privadas no Norte de Portugal, entre os séculos XVII e XVIII.

Palavras-Chave: período moderno; crédito privado; crédito agrícola; censos consignativos; géneros.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Instituições assistenciais em meio rural em Portugal no século XIX: o caso do Alto Alentejo

Ana Isabel Coelho Silva

aicps1@sapo.pt

CEIS20; IIIUC- Universidade de Coimbra

Proponho traçar o quadro institucional da assistência social em Portugal no século XIX, no período da Monarquia Constitucional (1834-1910), e no espaço concreto do Alto Alentejo (distrito de Portalegre), com destaque para duas grandes áreas de intervenção, a assistência na infância e a assistência na doença, considerando quer o papel do setor público, quer o do setor privado. O Alto Alentejo caracterizava-se, sob o ponto de vista demográfico, no século XIX como antes e depois, por um povoamento concentrado, uma baixa densidade populacional e uma fraca representatividade em relação ao total nacional de efetivos. À preponderância do setor agrícola e à importância da silvicultura para a economia regional, sem esquecer o relevante papel no negócio corticeiro a nível nacional (vertentes florestal e industrial), correspondiam fortes desigualdades sociais, expressas na distância entre um grupo restrito de latifundiários ou grandes rendeiros e a grande maioria de trabalhadores agrícolas assalariados, eventuais (jornaleiros, ganhões) ou fixos a uma herdade, com difíceis condições de vida e de trabalho; retrato geral compatível com algumas particularidades locais, como a ruralidade do concelho de Avis, onde a posse e o trabalho da terra marcaram a economia e a sociedade até muito recentemente, ou as características urbanas das duas únicas cidades do distrito, Portalegre e Elvas. Analisarei as instituições de assistência social atuantes neste quadro, em particular, no domínio da infância, as relativas ao socorro a expostos, abandonados e desvalidos e os asilos de infância desvalida; e, na área da saúde, os hospitais, pertencentes às misericórdias, e os partidos municipais de saúde, bem como o socorro em situações de doença específicas, sobretudo epidemias. A análise será feita tendo no horizonte, por um lado, o confronto entre a teoria e a prática, ou seja, entre o que estava legislado e regulamentado e as ações efetivas; e, por outro lado, a titularidade pública, privada ou mista da assistência, assinalando as particularidades do caso do Alto Alentejo em relação ao panorama nacional.

Palavras-chave: assistência social; Alto Alentejo; infância desvalida; hospitais; misericórdias.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Sessão 2

O Estado Brasileiro e as dimensões da propriedade no período republicano

Marcus Dezemone

dezemone@gmail.com

Universidade Federal Fluminense; Universidade do Estado do Rio de Janeiro, INCT
Proprietas

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Linha Temática 3: A dimensão institucional que abre para tópicos relativos ao direito de propriedade, às políticas agrárias e ao papel das organizações.

No começo do século XXI, vem ocorrendo nos espaços acadêmicos brasileiros um processo de retomada do interesse pela História Rural. As instituições de ensino superior em diferentes regiões do país têm produzido um conjunto bastante diversificado de trabalhos, abarcando múltiplas temporalidades, com as variadas dimensões sobre a propriedade fundiária no centro de suas preocupações. Tais investigações revelaram diferentes formas de uso e de apropriação do espaço rural e têm ocupado um lugar de destaque na historiografia brasileira, com o fortalecimento de grupos de pesquisa como o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - INCT - Proprietas. Os investigadores vinculados ao INCT têm se esforçado para manter o profícuo e enriquecedor diálogo com os mais recentes debates no exterior, nomeadamente, por meio da participação no Rural Report, desde de seu primeiro encontro.

Como sabido, o Brasil é um país de dimensões continentais, caracterizado pela abundância de recursos naturais e pela diversidade de cultivos alimentares, tanto aqueles produzidos pela agricultura familiar, voltada ao mercado interno, quanto pela agricultura de larga escala, destinada principalmente às exportações para os mercados norte-americanos, europeus e asiáticos. Ao mesmo tempo, o mundo rural brasileiro segue caracterizado pela profunda desigualdade social, que permanece como uma característica de longa duração. Relacionada à desigualdade, encontra-se a concentração fundiária, traço originado no processo de colonização do país, e que não se alterou com sua emancipação política ou com as promessas modernizadoras trazidas pela república.

Assim, o estudo das relações estabelecidas entre o Estado Brasileiro, diferentes atores, e as múltiplas dimensões da propriedade pode contribuir para compreender questões como os limites para a realização da reforma agrária, a permanência da concentração fundiária, a continuidade do trabalho análogo à escravidão, mesmo com a modernização da agricultura.

O objetivo dessa sessão é o de apresentar cinco trabalhos que, em diálogo com a produção recente sobre a história rural, expõem tensões e conflitos, em processos de ocupação territorial e de construção de noções de direitos diante da propriedade. O recorte cronológico se concentra no período republicano, iniciado em fins do século XIX, ainda sob os efeitos diretos da Abolição da escravidão, e se estende até as primeiras décadas do século XXI. O recorte espacial da sessão é diversificado, analisando processos nas terras e nos seringais da região Amazônica, nas fazendas do sudeste cafeeiro, e nos debates nacionais protagonizados pelas elites políticas e intelectuais.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Desse modo, a linha temática de maior aderência às comunicações propostas é a 3. "A dimensão institucional que abre para tópicos relativos ao direito de propriedade, às políticas agrárias e ao papel das organizações". A linha sintetiza discussões que perpassam as comunicações dos investigadores que estão em diferentes momentos de suas carreiras, cujas propostas lançam luz sobre aspectos fundamentais de interesse no século XXI, quando a questão agrária se vincula a debates como soberania alimentar, mudança climática, questão ambiental, condições de existência e de resistência dos povos originários, e até caminhos para ajudar a enfrentar graves problemas nas cidades - como periferização, favelização, inchaço, e imobilidade urbana, que acometem o Brasil e outros países.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

**Moinho Tropical: terra e conflito na sociedade das seringueiras
(séculos XIX e XX)**

Alan Dutra Cardoso

alandutra@id.uff.br

Universidade Federal do Pará

A presente comunicação debate os conflitos relacionados à posse e à propriedade da terra no Amazonas, durante a transição do Império à República brasileira. A partir da análise de processos judiciais e outras fontes documentais, busco elucidar os impactos decorrentes da expansão dos interesses do mercado capitalista para o interior da floresta e sobre seus habitantes tradicionais, notadamente através de querelas físicas ou jurídicas. Em um contexto marcado pela necessidade constante de acumulação de capitais, sintetizada na apropriação das chamadas terras de seringa, diversas estratégias foram utilizadas para sua realização, tanto por pequenos quanto por grandes seringueiros e seringalistas, sendo a principal delas as tentativas de consagrar os chamados direitos de propriedade. Por meio da discussão estabelecida entre o Direito e a Lei, examino as decisões do Poder Judiciário, seu acionamento em face de uma demanda, as interpretações realizadas pelas partes em relação aos temas discutidos e o posicionamento do julgador confirmado nos vereditos. A multiplicidade de situações analisadas, assentadas em um vasto escopo documental, permitiu-me questionar a lógica proprietária que se estabeleceu no país e naquele contexto, estruturalmente fundamentada na apropriação ilegal de terras sem constrangimentos. Esse movimento permite realinhar, do ponto de vista histórico e jurídico, as diversas estratégias de comunidades afetadas por dinâmicas que lhes são alheias, no intuito de defender suas trajetórias e interesses.

Palavras-chave: Conflitos agrários; Propriedade da terra; Amazonas; Seringueiros; Poder Judiciário

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

A ilegitimação da propriedade privada e o sistema do colonato do café na região serrana fluminense: 1872 a 1987

Marcus Dezemone
dezemone@gmail.com
UFF, UERJ e INCT-Proprietas

A historiografia recente tem se debruçado com frequência sobre os processos de construção da legitimidade e da legalidade da propriedade privada em diferentes temporalidades e espacialidades. Em outro sentido, menos comuns, são as investigações em que uma propriedade reconhecida pelo Estado e pelos múltiplos atores não-estatais, pode vir a ser questionada, sofrendo um processo de ilegitimação. A partir da trajetória de construção, alterações e desagregação da relação de colonato na região serrana fluminense, a comunicação pretende discutir como uma propriedade aceita por diferentes gerações de trabalhadores diante de uma mesma família proprietária passou a ser questionada, o que resultou na sua desapropriação parcial para fins de reforma agrária em 1987. As relações estabelecidas entre proprietários, administradores e trabalhadores com composição étnica diversificada - homens livres pobres, descendentes de pessoas escravizadas e imigrantes europeus - passavam pelos vínculos construídos com a terra no sistema de colonato, que organizou a produção e a exploração da mão de obra nas fazendas de café na região sudeste do Brasil, em especial, na região serrada do estado do Rio de Janeiro. A desagregação do sistema de colonato com a substituição dos cafezais pela pecuária extensiva reduziu a demanda por mão de obra, mas também enfraqueceu a autoridade tradicional dos proprietários, o que contribuiu para um processo de luta e de resistência contra as expulsões da terra promovidas pelos fazendeiros da região. Analisar esse processo num recorte temporal ampliado permite acompanhar a construção de noções de direito que se remetem ao escravismo, ao período Vargas e até ao regime militar, e que foram acionadas pelas diferentes gerações.

Palavras-chave: Colonato; propriedade privada; ilegitimação; resistência; região serrana fluminense

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Reforma Agrária x Propriedade da Terra: o debate político nos anos de 1960

Rafaelle Gonçalves dos Santos Pessoa
rafaellesantos19@hotmail.com
SME-RJ; UERJ

Na década de 1960 a reforma agrária se encontra no centro dos debates empreendidos por diferentes atores políticos, individuais e coletivos no Brasil, tais como os partidos, os movimentos sociais, a Igreja Católica, o governo, os parlamentares etc. Nessa ambiência, parte da classe política, com apoio de amplos setores da sociedade, chega à conclusão de que o latifúndio seria um impeditivo para o desenvolvimento social e nacional, residindo nesta questão o cerne da querela política como um todo. A pesquisa objetiva analisar os debates políticos empreendidos no Senado Federal e Congresso Nacional a respeito da proposta de reforma agrária e a propriedade da terra, no período de 1960 a 1964, no contexto que antecedeu o Golpe. Em resumo, há, de um lado, um forte movimento pela reforma agrária e pela alteração constitucional; por outro lado, há forte resistência às mudanças, apoiando-se na ideia consagrada da propriedade da terra como elemento intocável. Há também setores com propostas fora das polarizações. A metodologia utilizada ancora-se nas análises a respeito da propriedade privada com uma perspectiva múltipla, facetada e produto da construção humana, como expõe Rosa Congost, Márcia Motta e Paollo Grossi. Dessa análise é possível traçar o panorama histórico do período, bem como os alicerces discursivos e políticos que impediram a realização de uma mudança na estrutura fundiária no país.

Palavras-chave: Debate Político, Direitos de Propriedades, Latifúndio, Propriedades, Reforma Agrária.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

O trabalho análogo ao escravo e a propriedade no Brasil contemporâneo

Reynaldo de Oliveira Pessoa
naldo-rey30@hotmail.com
SME-RJ; UERJ

O modelo de propriedade reinante se constitui como uma mentalidade construída na longa duração, o que se choca diretamente com a função social que as sociedades democráticas buscaram implementar. Em que pese o esforço de muitos atores sociais, verificamos uma relação tensa entre a noção de propriedade da terra e do Trabalho Decente (nos termos da OIT, Organização Internacional do Trabalho). Nesse quadro de referências, a presente comunicação objetiva tecer uma reflexão sobre o trabalho em condições análogas a de escravo no Brasil contemporâneo. A escrita se lastreia na obra de grandes pesquisadores, referências no tema, os quais já empreenderam robusta e recente produção bibliográfica. O exame de tal tema justifica-se pela sua relevância acadêmica e social, sobretudo a partir do incremento do neoliberalismo e da crise de representação que abala a democracia no tempo presente, maximizada pela precarização do trabalho. Nas linhas que seguem, serão apresentados os argumentos e hipóteses explicativas sobre o tema do seguinte modo: 1. “Aspectos socio-históricos”, no qual será traçada uma breve contextualização dos aspectos sociais e estruturais da escravidão e a especificidade da escravidão de novo tipo, com foco no ambiente rural brasileiro a partir da década de 1970; 2. “Aspectos jurídico-políticos”, no qual se fará uma linha evolutiva da legislação, bem como a centralidade da política em sua faceta social e estatal para a resolução do problema, tomando por base discursos políticos e casos exemplares e 3. “Conclusões gerais e apresentação da temática ao grande público”, na qual tratará dos desafios e problemas encontrados na apresentação desta temática no ambiente não acadêmico, bem como as possíveis maneiras de facilitar a elucidação do tema a partir da experiência do comunicador quando da confecção de uma Linha do Tempo.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Direito do Trabalho, Função Social da Propriedade, Propriedades, Trabalho Escravo Contemporâneo

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

ECOFREEDOM: Ecologia e Escravidão de Cacheu ao Sado

Dulce Freire
CEIS20-UC

Sandra D. Gomes
UNIARQ-FLUL

Fernando Mouta
UNIARQ-FLUL

O comércio transatlântico de pessoas escravizadas forçou milhares de africanos a serem transportados para Portugal. Reconhece-se que esse influxo precipitou a transformação de várias facetas da vida no Reino, mas ainda são pouco conhecidos os impactos regionais e as dinâmicas socioeconómicas associadas à escravidão. O que pode ser discernido sobre os processos sociais que geraram e sustentaram a escravidão em Portugal e quais foram os seus resultados mais tangíveis? Os vestígios das suas influências desapareceram ou é concebível identificá-los na paisagem e no ambiente cultural, especialmente no Alentejo? Como podemos abordar o estudo desses fenómenos e que conclusões podem ser tiradas atualmente?

O projeto ECOFREEDOM – “Ecologias da Liberdade: Materialidades da Escravidão e Pós-emancipação no Mundo Atlântico”, visa discutir estas questões e levantar outras, tentando compreender os impactos sociais e ambientais da escravidão e do colonialismo em duas regiões do mundo Atlântico: o vale do Sado e a região de Cacheu, hoje parte da Guiné-Bissau. Através do exame das materialidades nestas regiões, procuram-se sinais da escravidão e dos seus legados, tentando localizar as fronteiras entre as ecologias da escravidão e da liberdade. Esta investigação está ancorada na arqueologia, adotando uma abordagem interdisciplinar que contempla a análise integrada de fontes escritas com as arqueociências, (incluindo zooarqueologia, geoarqueologia, arqueobotânica e paleoecologia com recurso à palinologia).

Apesar de ainda não se conhecerem testemunhos diretos deixados pelos indivíduos escravizados, a sua presença no Alentejo tem sido identificada através de vários vestígios. Entre outros, contam-se padrões de assentamento, produtos alimentares, técnicas agrícolas ou composição genética da população local. Estudos de geoarqueologia e palinologia, utilizando sedimentos retirados das margens dos rios Cacheu e Sado, revelaram-se importantes contributos para compreender a evolução da paisagem e do ambiente ao longo do tempo, ajudando a distinguir o impacto das atividades humanas, nomeadamente práticas agrícolas, desmatagem e usos do fogo. Estes dados permitem colocar novas questões sobre o impacto ambiental do deslocamento forçado de pessoas de regiões de embarque, como Cacheu, e para onde foram levados, como o vale do Sado. Assim, para aprofundar o conhecimento sobre esse passado ainda silenciado, desenvolveu-se uma abordagem multidisciplinar que permite colocar os dados

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

proporcionados por outras fontes históricas (como materiais arqueológicos e textos) num contexto paleoambiental mais amplo. Comparar até que ponto as atividades humanas afetaram a dinâmica dos ecossistemas em Cacheu e no Sado pode ajudar a identificar os vestígios da intervenção das populações escravizadas.

A partir da análise dos dados preliminares obtidos no âmbito do projeto ECOFREEDOM, esta comunicação visa contribuir para discutir duas questões centrais. Uma de carácter metodológico, está relacionada com as possibilidades explicativas oferecidas por abordagens interdisciplinares. Outra remete para a pertinência de reunir dados de diferentes origens para construir evidências empíricas robustas sobre o passado, resgatando protagonistas, experiências e conhecimentos que têm estado esquecidos. Tais informações são importantes num mundo em rápida transformação, em que questões sobre o impacto das práticas ancestrais num contexto de mudanças climáticas e ambientais drásticas tem potencial de promover uma reflexão sobre as relações entre a humanidade e outros seres vivos.

Palavras-chave: Ecologia; Escravidão; Interdisciplinaridade; Cacheu; Sado

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Sessão 3

**Mulheres em assimetria: três séculos de história rural no feminino
(XVIII, XIX, XX)**

Andrea Rivas Fiel
Histagra; CISPAC-USC

Leonor Salguinho Ferreira
salguinhoferreira@fe.uc.pt
Universidade de Coimbra

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Linha Temática 4: A questão das assimetrias, sejam elas territoriais, sociais, económicas, culturais ou políticas, em quadros de ruralidade e da sua relação com outros contextos

A proposta de sessão Mulheres em assimetria: três séculos de história rural no feminino (XVIII, XIX, XX) pretende dinamizar estudos sobre as mulheres do universo rural num período alargado, que engloba a Época Moderna e a Época Contemporânea, e uma geografia que se estende do norte da Galiza ao sul português.

Na Época Moderna, como afirmou Ofelia Rey Castelao, o âmbito rural, justamente onde as mulheres participavam mais ativamente na economia, é menos documentado e, por isso, menos estudado comparativamente ao âmbito urbano. Na ruralidade, as mulheres trabalhavam a terra e procuravam formas de sobre ela ter alguma medida de poder, de modo a, tanto quanto possível, assegurar a sua subsistência. Pertencentes ou não à elite das suas localidades, a vida das mulheres da ruralidade era ditada pelo acesso à terra e as possibilidades de exploração da mesma, temática analisada, na presente sessão, numa perspetiva local, mas também numa perspetiva senhorial. Assim, numa primeira sessão dedicada ao período moderno, procura-se evidenciar as diferenças patrimoniais vigentes entre mulheres de diferentes grupos de uma mesma localidade; na segunda, expõem-se problemáticas da administração senhorial de um concelho rural doado por D. Maria I a sua nora, D. Carlota Joaquina.

A partir da Época Contemporânea, ocorreram grandes transformações sociais e económicas, e existe mais documentação que o atesta. Apesar disso, referir as mulheres camponesas, a sua relação com as comunidades rurais ou o trabalho que realizaram, ou seja, entendê-las como agentes ativos e decisivos, continua a ser um desafio historiográfico (embora, e convém não esquecer, cada vez menos). Araceli Freire Cedeira, historiadora galega, afirmava que falar de campesinato, e ainda mais conjugado no feminino, é falar de "gente sem história".

Teresa M^a Ortega López fala de "abandono historiográfico" das mulheres rurais. Na terceira sessão que apresentamos, procuramos atenuar esse esquecimento, analisando o trabalho feminino camponês na região da Galiza, num contexto de mudanças (mas também de permanências), como a segunda revolução industrial e a crise do fin-de-siècle, antes do regime de Franco (1880-1940). A investigadora de Lugo, Ana Cabana, descreve a situação das mulheres na agricultura na agenda de investigação como "luxo secundário no filme da vida". As sessões quatro e cinco mostram-nos como as mulheres foram, de facto, agentes ativos e decisivos na cena pública em momentos de transição política, tanto em Espanha, como em Portugal. Por um lado, o conflito ambiental e social em As Encrobas (Galiza) teve as mulheres como defensoras da comunidade e, por outro, como o quotidiano das mulheres do concelho de Odemira poderia mudar se participassem (ou não) na Reforma Agrária após o 25 de Abril.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Desta forma, pretende a sessão que se propõe analisar vivências femininas distintas em natureza, geografia e cronologia, evidenciando a importância dos trabalhos relacionados com a histórias das mulheres da ruralidade que as apresentem não como agentes passivos, mas como elementos ativos das suas comunidades e nas conjunturas que viveram.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Ação feminina, património e desigualdades: assimetrias entre elites e gentes comuns no Antigo Regime

Leonor Salguinho Ferreira
salguinhoferreira@fe.uc.pt
Universidade de Coimbra – ReSEED

Numa mesma localidade rural, vários são os grupos sociais presentes e ativos, delimitados por diferenciais religiosos, políticos, legais, económicos e sociais. Esta é uma realidade que se aplica à população feminina destas comunidades, distanciando-se, por exemplo, as mulheres da elite das mulheres pertencentes à gente comum, visto que além da vantagem social de que usufruíam, as senhoras viviam, usualmente, num contexto económico mais proveitoso do que a maioria das mulheres de setecentos.

As diferenças entre estes dois grupos, as senhoras e as mulheres ditas comuns, ou seja, mulheres que trabalhavam perpétua e incessantemente para sobreviver, são patentes nas escrituras notariais que outorgavam, informando-nos das suas transações patrimoniais e creditícias. Desta forma, foram analisadas escrituras lavradas no Cartório Notarial de Ançã no período entre 1750 e 1800, cujas outorgantes fossem mulheres autónomas. Procura-se estudar a presença feminina neste tipo de documentação e comparar o rasto notarial deixado pelas senhoras e pelas mulheres comuns da ruralidade portuguesa da segunda metade de setecentos.

A análise de documentação desta natureza permite conhecer os comportamentos das mulheres de maiores e menores capacidades financeiras e económicas relativamente à administração do seu património. A presente comunicação visa reconhecer não só a generalidade dos casos, mas também destacar as situações excecionais em que mulheres da elite passavam por momentos de pauperização e mulheres comuns se destacavam pela perícia administrativa.

Desta forma, intenta-se demonstrar as diferenças patrimoniais e económicas entre estes tipos de mulheres, evidenciando a importância de reconhecer a heterogeneidade feminina da ruralidade moderna portuguesa.

Palavras-chave: Women's agency, Gestão patrimonial, História das mulheres, Economia rural.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

As águas da rainha: escalas, direitos e propriedades em Portugal no século XIX

Márcia Maria Menendez Motta
menendesmotta9@gmail.com
Universidade Federal Fluminense

Entre os anos de 1801 a 1806, numa conjuntura particularmente complexa para o Império Português, Carlota Joaquina decidira abrir um livro de Tombo para demarcar suas terras, em Ançã, uma pequena vila que tinha em 1801 cerca de 1.197 habitações, contendo ali 2.079 homens e 2.193 mulheres, num total de 4.272 pessoas. Em um extenso relatório de mapeamento das terras doadas por sua sogra, a Rainha D. Maria I, no ano de 1799, Carlota Joaquina e seus representantes legais objetivaram definir quais eram os seus inquilinos, os valores de foros devidos e a extensão de cada parcela de terras aforadas.

Qualquer que tenha sido o motivo para a abertura do processo de tombamento, o fato é que ele objetiva dar a conhecer os direitos reais de Carlota sobre umas terras que tinha recebido em doação. A meu ver, a decisão de esquadrihar seu território não parece um pormenor. Ela decididamente queria dar a conhecer o que efetivamente havia recebido e não somou esforços para que o processo fosse realizado. Na leitura dessa vasta documentação, um tema se torna emblemático das disputas sobre as escalas de direitos de propriedade: o acesso à água.

Ao somar esforços para a compreensão acerca da gestão coletiva e privada do acesso aos recursos hídricos, a presente comunicação parte da história emblemática da Carlota Joaquina para investigar quais eram as condições políticas e legais que referendaram ou não o direito da Rainha Consorte àqueles recursos, em que sentido os moradores da pequena vila – em especial aqueles que usufruíam do controle dos moinhos – aceitaram ou não a imposição das normas legais então vigentes. Como desdobramento, a comunicação também apresenta quais eram naquele contexto de intensas transformações, as discussões jurídicas sobre a utilização da água. Para fazer jus à tarefa, a comunicação também analisa a legislação sobre o controle dos rios, o domínio das águas e as fontes públicas, tendo por base a obra do principal juriconsulto do período, Manoel de Almeida e Sousa de Lobão, autor entre outros do Tratado Prático e Compendiário das Águas, obra decisiva para a compreensão do direito sobre as águas no Império Português do oitocentos.

Palavras-chave: propriedade, posse, conflito de terra, Carlota Joaquina

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Trabalho(s), espaço(s) e tempo(s): assimetrias de género na Galiza rural durante a crise do fin-de-siecle (1880-1940)

Andrea Rivas Fiel

Histagra/CISPAC- Universidade de Santiago de Compostela

"A história da agricultura tem sido escrita no masculino, mas é, em grande medida, uma história no feminino". Esta é a frase de abertura do último livro colaborativo (2024), escrito pelas historiadoras Ana Cabana e M.^a Teresa Ortega, que utilizo para iniciar a argumentação deste artigo. O tema que apresento é o do trabalho feminino e camponês na Galiza rural contemporânea, desde a crise do fin-de-siècle até ao período pré-franquista (1880-1940). Indo por partes e centrando-me no concreto, é necessário, em primeiro lugar, abordá-lo a partir de uma crítica historiográfica e histórica. Embora a categoria de género seja já mais do que um lugar-comum na investigação atual, há ainda muito trabalho a fazer: entre as assimetrias, a assimetria espacial foi também um fator determinante para relegar o mundo rural da investigação sobre o género.

A chave interpretativa assumida é a perspetiva de género, a partir da qual estudar as ações e atividades realizadas, os espaços percorridos e/ou ocupados pelas camponesas, e ver qual foi a sua influência no conjunto social, económico e cultural num período de mudança e resistência. Contribuir para que as mulheres estejam presentes no estudo da história agrária, assim como destacar os elementos materiais característicos do trabalho realizado por elas. E tentar localizar e explicar a construção e aplicação do sistema de privilégio/discriminação de género na sociedade rural galega do período pré-Franco.

Para o efeito destas questões que propomos, procuramos respostas para além das tradicionais e canónicas, onde constatamos que o trabalho realizado por elas não está quantificado nem documentado oficialmente. Por isso, é imperativo recorrer a alternativas, com as quais se possa escrever a história a partir de novas perspetivas e com novos paradigmas. Como fontes históricas, a documentação quantitativa oficial (registos municipais e recenseamentos estatísticos) será contrastada com informação qualitativa de vários tipos de fontes (jornalísticas, produções literárias, fontes visuais e memória oral).

Palavras-chave - História de género, trabalho feminino, mundo rural, divisão sexual

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Mulleres na defensa da terra. Unha lectura do conflito agrario das Encrobas (1976-1977) en clave política e de xénero

Maria Fernández

maria.fernandez.blanco0@rai.usc.es

Histagra; CISPAC

O tema principal desta comunicación é a análise dos discursos de xénero que sobre a participación feminina no conflito agrario das Encrobas construíron as organizacións políticas e sindicais do nacionalismo galego durante a transición cara a democracia. Deste xeito, tomaremos como exemplos o partido nacionalista Unión do Pobo Galego e o seu sindicato agrario Comisións Labregas por ser organizacións cun destacado protagonismo neste conflito. Así pois, As Encrobas trátase da loita emblemática contra a mina a ceo aberto que dende 1975 o franquismo pugnou por instalar nesta parroquia do concello de Cerceda e no cal a participación feminina foi clave. Por mor disto, cómpre non só analizar o protagonismo feminino nestes conflitos senón tamén os diferentes discursos de xénero que sobre estas labregas e a conflitividade social no agro xeraron os partidos e sindicatos que neste participaron. As fontes consultadas para este traballo son os voceiros Terra e Tempo da Unión do Pobo galego dispoñible no arquivo dixital de dito partido, e Fouce de Comisións Labregas consultado no arquivo deste sindicato. Tamén, consultamos a prensa diaria da época no arquivo Galiciana, así como, os recursos fotográficos, bibliográficos e audiovisuais dispoñibles no Álbum de Galicia do Consello da Cultura Galega. Cómpre destacar o documental dirixido por Xosé Bocixa As Encrobas. A ceo aberto no que se recollen testemuñas dos e das veciñas de As Encrobas. En conclusión, o obxectivo principal é determinar cales foron os estereotipos de xénero que se mobilizaron dende as organizacións políticas e sindicais, e xustificar o motivo desta mobilización que está na base dos discursos de xénero respecto da labrega. Nesta mesma liña, é interesante analizar o tratamento respecto da participación feminina nas Encrobas que se fai dende a prensa periódica da época, a cal aporta a visión que sobre a mesma tiñan os medios de comunicación.

Palavras-chave: Conflitos agrarios, transición cara a democracia, protagonismo feminino, discursos de xénero, As Encrobas

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

As trabalhadoras rurais entre o Estado Novo e a Revolução: um estudo de caso do concelho de Odemira

Joana Pereira Ramos
uc48734@uc.pt
Universidade de Coimbra

A história caracteriza-se por avanços e recuos no que diz respeito à conquista dos direitos das mulheres. Consideradas como seres inferiores e frágeis, tanto fisicamente como intelectualmente, as mulheres tenderam a ocupar uma posição secundária na sociedade. Os regimes de cariz fascizante que se ergueram na Europa vieram aprofundar estas discriminações e limitar as liberdades individuais e coletivas das mulheres. O regime fascista do Estado Novo em muito se assemelha aos restantes regimes fascistas europeus e a sua posição para com a mulher segue também idênticas linhas ideológicas. Dentro da política de espírito, em grande medida influenciada pela Igreja Católica, de forma a impor a moral e bons costumes na sociedade portuguesa, a mulher foi um dos principais objetos propagandísticos, tendo como objetivo a sua canonização como exemplo comportamental numa sociedade vincadamente patriarcal.

Contudo, a situação socioeconómica em que se encontravam as famílias rurais, levava as mulheres alentejanas (e não só) a enveredar por um percurso diferente daquele idealizado pelo regime. Entre o trabalho, o cuidar dos filhos e cuidar do lar, a mulher multiplicava-se nestas diversas funções e o descanso era reduzido. Em relação ao trabalho no campo, existiam vários fatores de discriminação para com as mulheres, como por exemplo salários inferiores para trabalho igual e diferentes regimes de trabalho, maioritariamente eventuais ao invés de permanentes.

Em 1974 chegou a Revolução e com ela a Reforma Agrária. Alguns contextos rurais foram-se alterando. Impera a questão: será que estas mudanças num país rumo à democracia tiveram influência no dia a dia destas mulheres? Através desta comunicação proponho discutir esta problemática, entre a continuidade e rotura do quotidiano das trabalhadoras rurais (quer tenham ou não participado na Reforma Agrária) após o 25 de abril no concelho de Odemira.

Palavras-chave: Trabalhadoras rurais; Revolução; Odemira; Continuidades; Roturas

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Reflexões sobre a Condição Feminina no Oeste Rural Português na Transição do Século XIX/ XX

Sofia Pina

sofia.opina@gmail.com

Universidade Nova de Lisboa / HTC

O período histórico em análise é marcado por significativas mudanças sociais, políticas e económicas em Portugal. No final do século XIX e início do século XX, o país atravessou um período de transição caracterizado pela evolução das estruturas sociais, a reforma das instituições políticas e o desenvolvimento económico, influenciado por tendências modernizadoras e industrializadoras.

Durante este período, o cenário rural no oeste português, especificamente no concelho da Lourinhã, era predominantemente agrícola. A região caracterizava-se por pequenas propriedades familiares, onde a agricultura de subsistência desempenhava um papel crucial na economia local. As práticas agrícolas tradicionais, a vida comunitária e a importância das redes familiares eram traços distintivos desta área rural.

Ao investigar a condição feminina durante o século XIX em contextos rurais, é essencial abordar diversas experiências das mulheres que habitavam nestas áreas. Sem me restringir apenas às mulheres envolvidas nas atividades agrícolas ou rurais convencionais, é necessário reconhecer a presença das mulheres de diferentes estatutos sociais neste ambiente. Cada uma delas enfrentava desafios e oportunidades específicos, moldados por uma conjugação de factores económicos, legais, sociais, culturais e políticos. Uma análise abrangente da condição feminina requer uma compreensão holística e sensível das diversas realidades vivenciadas pelas mulheres em ambientes rurais nas suas diversas posições sociais. Através desta análise pretende-se observar o papel crucial desempenhado pela educação na transformação da vida destas mulheres, neste contexto sociogeográfico deste período, a abertura de escolas em meios rurais e a expansão do acesso à educação básica que proporcionaram às mulheres residentes oportunidades de adquirir conhecimento e competências, ampliando suas perspectivas e competências. Para isso, é fundamental reconhecer os desafios enfrentados pelas mulheres destes contextos rurais na educação, incluindo as barreiras socioeconómicas, culturais e de género.

Ao refletir sobre a importância de compreender a condição feminina no meio rural português do século XIX destaca-se a necessidade de reconhecer o papel significativo das mulheres neste contexto histórico, já que ao analisarmos as restrições sociais, económicas e educacionais enfrentadas pelas mulheres em ambiente rural podemos melhor compreender as dinâmicas de poder, as desigualdades de género e os desafios que

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

enfrentavam no seu quotidiano. E é esta reflexão que nos permitirá valorizar as contribuições das mulheres para a subsistência das comunidades rurais, no trabalho agrícola e/ou piscatório, doméstico e de assistência. Refletir sobre a condição feminina no meio rural do século XIX/XX português sublinha ainda necessidade de reconhecer o papel significativo das mulheres neste contexto histórico.

É crucial reiterar o compromisso com a preservação da história das mulheres em contextos rurais e a promoção da igualdade de género em Portugal. Este compromisso não só enriquece a nossa compreensão do passado, mas também ilumina questões contemporâneas de justiça e equidade de género. Ao reconhecer e valorizar as contribuições das mulheres que viviam em ambientes rurais ao longo da história, damos passos importantes em direção a uma sociedade mais inclusiva e igualitária para todos.

Palavras-chave: História das Mulheres, História Rural, História Local, Oeste português contemporâneo, Lourinhã

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

O 25 de Abril no Alentejo rural. Memórias da participação das mulheres nas dinâmicas de transformação da sociedade

Maria Ana Bernardo

mab@uevora.pt

CIDEHUS-Universidade de Évora

Diana Henriques

dianamfhenriques@gmail.com

CIDEHUS-Universidade de Évora

Manuela Oliveira

manela.oliveira.47@gmail.com

CIDEHUS-Universidade de Évora

O projeto Vozes Plurais: mulheres em perspetiva. O 25 de abril no Alentejo desenvolve-se no âmbito do CIDEHUS.UÉvora. Pretende-se, com ele, construir um repositório de narrativas de mulheres, residentes nas regiões rurais do Alentejo, sobre a sua participação no processo de mudança e sobre a influência, numa perspetiva mais holística, que esse mesmo processo histórico teve nas suas vidas.

No âmbito do projeto recolhem-se memórias sobre o envolvimento de mulheres, adolescentes ou já adultas em 1974, em ações específicas de natureza cívica e política que se abriram com a mudança de regime. Entrevistamos, igualmente, outras mulheres cuja participação na vida pública, e sobretudo política, foi menos pronunciada. Os testemunhos destas mulheres ‘comuns’ dão voz a um grupo tendencialmente ainda mais esquecido quando se procuram captar as dinâmicas de participação das mulheres no espaço público. Mas estas mesmas mulheres, precisamente por serem coevas da mudança, também terão sido tocadas por ela. E, sobretudo, têm uma perspetiva sobre como a sua vida também terá mudado, ou não, por causa do que aconteceu no país.

O projeto em curso apresenta-se, assim, como uma escuta e um resgate ao silêncio.

A recolha da informação efetua-se através de entrevistas semiestruturadas e mediante trabalho de campo em diversas vilas e aldeias do Alentejo. Incide, como se referiu, sobre experiências pessoais e da vida privada, sobre aspetos profissionais e sobre práticas de participação cívica e política de mulheres que atualmente estão numa fase avançada da sua vida.

Com base no acervo de entrevistas recolhidas, nossa proposta de comunicação pretende avançar com perspetivas analíticas e questionamentos, sobre o tema da

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

(in)visibilidade e /ou (in)visibilização do papel das mulheres na transformação da sociedade portuguesa após o 25 de Abril de 1974.

Palavras-chave: 25 de Abril, Alentejo, participação feminina, sociedade portuguesa

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Sessão 4

**Abordagens, Métodos e a Aplicação das Humanidades Digitais na
História Agrária**

Mônica Ribeiro de Oliveira

monicaufjf@gmail.com

UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora)

Sarita Mota

sarita.mota@iscte-iul.pt

CIES- ISCTE

Vitória Schettini

vfschettini@yahoo.com.br

Universo; Universidade Salgado de Oliveira

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Linha Temática 5: A inovação e complexidade no plano metodológico, nomeadamente no que diz respeito ao uso do quantitativo, à relevância dos recursos digitais, ou à busca da interdisciplinaridade.

Esta sessão integra metodologias quantitativas e qualitativas para compreender as complexas interações entre indivíduos e grupos sociais no mundo rural ibero-americano ao longo do tempo. Combina-se análises tradicionais, como estatísticas e análises de dados, de conteúdo e textuais, com metodologias das Humanidades Digitais aplicadas à história agrária. Nesse sentido, as comunicações enfatizam a importância da interdisciplinaridade na pesquisa histórica para entender as dinâmicas de mudança e continuidade nas sociedades agrárias. Inicialmente, focando-se no estudo das revoltas camponesas e da gestão dos recursos naturais pelas monarquias ibéricas na época moderna, avança-se para estudos de casos concretos que ilustram a relação entre o poder central e as comunidades locais na construção da cultura agrária ibero-americana. Utilizam-se fontes tradicionais e técnicas informacionais, como Sistemas de Informações Geográficas (SIG) e o Índice de Gini, para mapear territórios, relacionando padrões espaciais com características físicas como relevo, clima e disponibilidade de recursos. O uso combinado do SIG e do Índice de Gini proporciona uma ferramenta poderosa para visualizar, quantificar e analisar desigualdades e assimetrias territoriais na mobilidade e acesso à terra. A georreferenciação também permite mapear a distribuição espacial das revoltas, revelando conexões regionais e influências socioeconômicas, e identificar padrões de resistência. Ferramentas da Linguística Histórica também são úteis para analisar os aspetos simbólicos e discursivos das práticas sociais, nomeadamente o controlo estatal e a organização dos trabalhadores rurais. No conjunto, as abordagens partem de perguntas relevantes para a construção de respostas locais, que redimensionam questões gerais, oferecendo enfoques antes negligenciados. Desta forma, percebe-se um diálogo com uma análise processual generativa, considerando distintos corpos documentais em diferentes contextos, com o objetivo de responder a amplas questões sobre concentração de terras, exploração fundiária com base na destruição de recursos naturais, exclusão dos trabalhadores dos direitos essenciais à liberdade e dignidade, e movimentos históricos de contestação social.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Nuevas perspectivas de las políticas forestales para la construcción naval en Lisboa desde los Estudios Agroforestales y de Análisis del Discurso (siglos XIV-XVII)

Koldo Trapaga Monchet

Koldo.trapaga@urjc.es

Universidad Rey Juan Carlos

Desde aproximadamente la década de 1950, especialistas de las humanidades (historia, arqueología), ciencias sociales (geografía), y ciencias naturales (ecología) han reproducido la narrativa de que la construcción y reparación naval para la expansión marítima imperial provocó una deforestación del reino de Portugal. Un análisis cuidadoso de las fuentes de estos autores destacan dos elementos en común: 1) la abundancia de legislación proteccionista emanada por la Corona como una evidencia de una degradación ecológica; 2) la existencia de un comercio internacional de importación de madera para la construcción naval es una prueba fehaciente de la falta de maderas en el reino de Portugal por la destrucción de las masas forestales. Sin embargo, los autores no se ponen de acuerdo a la hora de indicar los plazos e intensidad de esta deforestación. Mientras resulta altamente complejo realizar una historia cuantitativa a partir de las fuentes documentales disponibles, sí que es posible aportar luz sobre las políticas forestales aprobadas por la Corona de Portugal para la construcción naval en Lisboa entre los siglos XV y XVII. En primer lugar, este trabajo aborda en un proceso de larga duración las políticas forestales emanadas por la Corona desde los estudios de análisis del discurso para analizar la evolución del discurso empleado por la Corona para justificar las políticas adoptadas para caza y la construcción naval entre los siglos XIV y XVII. En segundo lugar, esta ponencia revisita la documentación histórica a través de los estudios agroforestales para aportar nueva luz sobre las políticas forestales adoptadas por la Corona para los *Quercus suber*, *Pinus pinea* y *Pinus pinaster*, que constituyeron las tres principales especies arbóreas empleadas por la Corona para la construcción naval en Lisboa. Esta aproximación también va a permitir profundizar en las relaciones entre las comunidades locales y la Corona a la hora de utilizar los recursos agro-silvo-pastoriles.

Palavras-chave: Políticas Forestales; Construcción Naval; Estudios Agroforestales; Análisis del Discurso

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

A economia das trocas linguísticas nos Registros Paroquiais de Terras

Sarita Mota

sarita.mota@iscte-iul.pt

CIES-Iscte – Centro de Investigações e Estudos de Sociologia

O Registro Paroquial de Terras é um registro eclesial que se presta a diversos usos no campo da história social e econômica do mundo rural, e na demografia histórica. Pesquisadores geralmente confrontam esses registros com outras espécies documentais semelhantes (testamentos, inventários post-mortem, mapas populacionais, escrituras públicas de compra e venda, de créditos e hipotecas etc.), para reconstituir diferentes sistemas agrários. Esses estudos se concentram nas relações socioeconômicas, analisando os mecanismos de poder, dominação, hierarquia e expropriação. Apesar de sua estrutura textual rígida e sintética, o Registro Paroquial de Terras não só preserva informações sobre formalidade linguística, mas também fornece dados sobre leis, medidas de áreas, valores, formas de aquisição de propriedade, além de refletir o vocabulário político-social das comunidades rurais nas disputas pelo direito à terra. No entanto, esses registros ainda não foram estudados como um gênero textual que expressa discursos sobre mudanças nas políticas de posse e propriedade da terra, e desigualdades sociais. Considerando que o universo social é um sistema de trocas simbólicas, este trabalho busca integrar metodologias da Linguística Histórica, da Análise do Discurso e da História Social para realizar uma análise abrangente e multidimensional desses registros.

Palavras-chave: Legislação Agrária; Direitos territoriais; Gêneros Textuais; Linguística Histórica; Análise do Discurso

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

**Mapeamento do Registro Paroquial de Terras de Nossa Senhora das
Neves e Santa Rita (1854-1857)**

Rafael Laguardia

rafaellaguardia1@gmail.com

Universidade Salgado de Oliveira

Vitória Schettini

vfschettini@yahoo.com.br

Universidade Salgado de Oliveira

A pesquisa em questão se propõe a investigar os módulos rurais na freguesia de Nossa Senhora das Neves e Santa Rita durante o período compreendido entre 1854 e 1857. Para tal empreendimento, uma variedade de fontes é utilizada, destacando-se os Registros Paroquiais de Terras como principal fonte de dados, complementados por registros adicionais, como o Almanak Laemmert e os livros de batismos, entre outros documentos e bibliografia complementares. A metodologia adotada integra uma análise histórica com técnicas de georreferenciamento no âmbito da história espacial, visando não apenas mapear, mas também compreender a distribuição geográfica, as desigualdades e assimetrias territoriais e as principais características dos módulos rurais, estabelecendo conexões entre esses aspectos e os espaços físicos onde estavam inseridos. Os resultados obtidos por meio desta abordagem interdisciplinar revelam padrões distintos de ocupação e uso da terra, proporcionando o entendimento da estrutura fundiária da região em estudo. Dessa forma, o estudo lança luz sobre o perfil agrário da comunidade e sua estrutura socioeconômica daquele mundo rural do século XIX.

Palavras-chave: Módulos Rurais; Registros Paroquiais; Georreferenciamento; História Regional; História de Macaé

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Terra de quem? Medir a desigualdade da propriedade fundiária no Algarve

Andreia Fidalgo

andreialopesfidalgo@gmail.com

Universidade do Algarve

Partindo do princípio basilar de que numa economia pré-industrial a propriedade fundiária é o alicerce primordial dos rendimentos e, por isso, também, o principal fator de desigualdade, neste paper toma-se como ponto de partida a seguinte questão: como medir a desigualdade de rendimentos associando-a à propriedade fundiária? Tomaremos como caso de estudo a região do Algarve, cuja economia, nos finais do Antigo Regime, tinha uma forte base agrária e onde os diagnósticos efetuados durante o período pombalino identificaram uma propriedade fundiária muito concentrada nas mãos de uma elite local. Caso de estudo este que, por via das suas particularidades, torna pertinente encontrar uma resposta metodológica abrangente à questão da desigualdade de rendimentos. Para tal, procuraremos demonstrar a utilidade do cálculo do coeficiente de Gini, indicador que permite medir a desigualdade na distribuição do rendimento num determinado grupo e que se traduz em valores que variam entre o 0 e o 1 – o 0 corresponderia ao uma distribuição igualitária do rendimento por todos os indivíduos de um mesmo grupo, isto é, todos os indivíduos auferem precisamente o mesmo rendimento; o 1, pelo oposto, representa o expoente máximo de desigualdade, em que todo o rendimento de um determinado grupo estaria concentrado num único indivíduo. As fontes documentais na base deste cálculo são os livros de lançamento e cobrança da décima. Este imposto permite recolher dados com uma grande abrangência, na medida em que recaía sobre todo o rendimento, sem exceção, e perpassava toda a sociedade, pois todos os indivíduos, desde as classes privilegiadas da nobreza e do clero às mais pobres, eram igualmente taxados. Assim, através do cálculo do coeficiente de Gini e com recurso aos dados recolhidos a partir dos livros de décimas, procuraremos traçar a evolução da desigualdade de rendimentos na região algarvia, associando-a à desigual distribuição da propriedade fundiária.

Palavras-chaves: Propriedade Fundiária; Rendimentos; Desigualdade; Coeficiente de Gini

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

A cultura tradicional agrária no Brasil: da escravidão aos dias atuais

Mônica Ribeiro de Oliveira

monicaufjf@gmail.com

UFJF- Universidade Federal de Juiz de Fora

Na última década, dados oficiais indicam que mais de 19 mil pessoas foram resgatadas em situação de trabalho escravo no Brasil e o estado de Minas Gerais, Sudeste do Brasil, foi aquele que mais registrou indivíduos resgatados. Roceiros, agregados, ajudantes, camaradas, boias frias, caseiros, trabalhadores de toda sorte, dentre outros subempregados do campo, vivendo à margem dos direitos fundamentais, submetidos a trabalhos forçados ou a jornadas exaustivas, sujeitos a condições degradantes de trabalho e a restrição de locomoção. Estes fatos nos chamam a atenção sobre as origens de nossa tradicional cultura agrária, nos esclarecem sobre a importância do estudo das nossas raízes históricas: patriarcalismo e forte herança escravista. Minas, como maior província escravista às vésperas da abolição, mantém a maior concentração demográfica de população negra, sendo caracterizada, em grande parte de suas regiões, por um processo de modernização capitalista que não alcançou o campo. Não temos a pretensão de perpassar por todo esse vasto período histórico de exclusão, no entanto, nos concentramos nas origens da formação das comunidades de cor livres e pobres desde o século XVIII, sua formação comunitária, função da família, alternativas de mobilidade e estratégias de sobrevivência diante das elites proprietárias. Aprofundar a reflexão sobre nossas raízes agrárias é fundamental para o desenho de políticas públicas de intervenção, defesa dos direitos humanos e formação de uma sociedade mais sustentável. Nosso foco nesta apresentação, será sobre indivíduos e grupos livres, com vínculos mais recentes ou remotos com a escravidão, como também os indígenas, absorvidos pelas comunidades locais, dificilmente identificáveis nas fontes oficiais. Vamos nos ater à história dos mundos relacionais, vistos a partir da história das comunidades agrárias e suas alternativas de mobilidade social, as possibilidades de acesso à terra e da agência familiar. Metodologicamente, utilizaremos fontes tradicionais, articuladas a técnicas informacionais como os SIG Históricos.

Palavras-chaves: Comunidades Agrárias; Libertos da Escravidão; Escravidão Contemporânea.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Sessão 5

Propriedade e Circulação de saberes no Brasil

Francivaldo Alves Nunes

francivaldonunes@yahoo.com.br

Universidade Federal do Pará

Alan Dutra Cardoso

alandutra@id.uff.br

Universidade Federal do Pará

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Linha Temática 3: A dimensão institucional que abre para tópicos relativos aos direitos de propriedade, às políticas agrárias e ao papel das organizações.

As múltiplas dimensões da propriedade e da circulação de saberes no Brasil dos séculos XVIII e XIX ganham relevância nesta sessão, ao tratar das experiências de produção e consumo na construção de sociedades mercantis, no trânsito de ideias que marcam o processo de formação das novas nações e constituição do que se legitimava como conhecimento científico, ou ainda, no processo de institucionalização das políticas públicas em torno da posse e ocupação da terra. Para isso serão apresentadas comunicações que inicialmente procuram traçar uma história do consumo da carne de gado e da utilização do couro no Brasil e em Portugal, por meio da trajetória de alguns indivíduos portugueses e seus descendentes nascidos no Brasil, que formaram uma sólida sociedade mercantil, o que pressupõe demonstrar as estratégias utilizadas, pelos mesmos para aquisição de terras em diversas capitanias. Em outro momento, o rico trânsito, que é também de ideias entre ilustrados de Portugal e do Brasil, inscritos no circuito de elaboração das memórias e publicações de livros voltados para a chamada economia rural, serão analisados como estratégicos na formação de discursos poderosos sobre o papel da agricultura e da natureza, reforçando a defesa da propriedade privada e da escravização de africanos. Ainda sobre a circulação de ideias, serão analisados artigos publicados em periódico para verificar que as ideias e projetos voltados a melhorar a agricultura, a partir de sua aproximação com os conhecimentos científicos, circulavam no Brasil, assim como para demonstrar que, pelo menos em termos dos debates e diálogos com a produção internacional na área da ciência e da agricultura, o Brasil estava longe de ser uma nação atrasada. Do ponto de vista das instituições, os discursos de cientificidade acompanhavam as concepções patriarcais de propriedade implícitas nos relatórios ministeriais e pareceres de diretorias que serão analisados para demonstrar que as solicitações de postergação da data limite para medir e demarcar terras são estratégias de posseiros e proprietários para manter o domínio sobre as áreas ocupadas. No caso, dos litígios de terras, as estratégias de legitimação, concepções e práticas de propriedade serão analisadas como ações que expressam noções de direito pautadas na defesa do acesso à terra e que vão mobilizar tanto o repertório empírico de práticas costumeiras de apossamento, quanto o recurso à formalização jurídica que está sendo construída e reconstruída. e que constituem importantes registros dos conflitos em torno da terra e de uso da justiça para legitimar ou negar a ocupação de áreas de florestas.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Carnes e couros do sertão: empreendimentos familiares e circulação de saberes na formação da propriedade pecuarista no Brasil setecentista

Thiago Alves Dias
thiago.dias@upe.br
Universidade de Pernambuco

A história dos produtos, das mercadorias ou das *commodities* tem ganho expressivo destaque na historiografia atual em função de que seus aportes teóricos e metodológicos incorporam, conjuntamente, pelo menos três aspectos primordiais: as análises sobre a produção (meios produtivos, unidades de produção e força do trabalho); as análises sobre a circulação (preços, fluxos e redes mercantis) e a produção de saberes (técnicas, tecnologias e circulação de conhecimentos). Neste sentido, os métodos da História Econômica e Social são inovados por meio de estudos que se conectam à História Ambiental, à História das Ciências, à História da Cultura Material, à História da Propriedade, à História da Família, entre outras abordagens, domínios e dimensões da cultura histórica. Partindo desse pressuposto, esta comunicação visa traçar uma história do consumo da carne de gado e da utilização do couro no Brasil e em Portugal no século XVIII, por meio da trajetória de alguns indivíduos portugueses e seus descendentes nascidos no Brasil, que formaram uma sólida sociedade mercantil. Para tanto, demonstraremos as estratégias utilizadas pelos mesmos para aquisição de terras em diversas capitanias, tendo iniciado seu patrimônio com plantéis e fazendas de gado na Ribeira do Jaguaribe, capitania do Ceará. Esses indivíduos envolveram-se primeiro nos negócios de abastecimento da carne em Recife e Olinda, para somente então disporem da primeira fábrica de curtir couros estabelecida na América portuguesa. Empregando o conceito de escalas mercantis, analisamos os negócios em uma perspectiva continental/regional atentando para o processo produtivo e a estrutura do mercado da carne; na escala atlântica, em relação a sua comercialização e transporte nas frotas portuguesas, bem como o emprego de mão de obra africana e, por fim, na escala global, na perspectiva de reexportação dos couros dos sertões do Brasil via Portugal para outras partes do mundo. A proposta é redimensionar a relevância dos setores produtivos e de circulação da carne bovino no abastecimento interno e do couro no mercado de exportação, problematizando as práticas comerciais modernas e a economia mundo a partir dos sertões do Brasil.

Palavras-chave: Sertão; Terras; Fazendas; Pecuária; Escalas mercantis.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Ecossistemas das *memórias*: agricultura e natureza no alto reformismo luso-brasileiro (1780-1830)

Nívia Pombo

nviapombo@gmail.com

UERJ- Universidade Estadual Rio de Janeiro

A crise ambiental global tornou-se um assunto inescapável nos debates da esfera pública e da agenda política dos governos mundiais. Afastados de um modelo de História Ambiental consolidado nos anos de 1970, os historiadores estão cada vez mais sensíveis ao tema, percorrendo caminhos interdisciplinares e menos convencionais para refletir sobre os impactos do que Jason Moore denominou de “economia-mundo”. Tal conceito implica pensarmos no papel do capitalismo como um sistema de exploração que envolve não só o campo da economia, mas algo que molda a “teia da vida”, isto é, um sistema de exploração contínuo de recursos naturais. A proposta desta comunicação é colocar em exame um momento específico dessa história o qual, conforme mencionamos no título, denominamos de alto reformismo ilustrado: o período de produção e de reverberação do conteúdo das chamadas memórias econômico-científicas, logo após a criação da Academia das Ciências de Lisboa, até 1830, momento de conclusão de uma década de intensos debates sobre os destinos do Brasil. Por meia década, ilustrados de Portugal e do Brasil participaram de um rico trânsito de ideias que, inscritos no circuito de elaboração das memórias e publicações de livros voltados para a chamada economia rural, transformaram-se em discursos poderosos sobre o papel da agricultura e da natureza. Esses dois temas serviram de pilar da nova nação, reforçando a defesa da propriedade privada e da escravização de africanos. Serão analisadas três memórias que acreditamos demonstrar esses argumentos. A comunicação contribuirá tanto para o tema principal do Rural Report – 2024, no sentido de refletirmos a longa duração das ideias; quanto para três aspectos subjacentes: políticas agrárias, direito de propriedade e impacto ambiental.

Palavras-chaves: Colapso ambiental; Reformismo Ilustrado; agricultura; propriedade; memorialismo

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

O arcaico e o moderno: circulação de ideias e as comparações entre a agricultura brasileira e a de outros países no século XIX

Marcio Antônio Both da Silva

mabsilva@uem.br

UEM- Universidade Estadual de Maringá

Esta apresentação tem por objetivo debater a circulação de ideias e algumas das leituras que se faziam sobre a agricultura brasileira no contexto do século XIX. Para tanto, serão analisados artigos publicados no periódico *O Auxiliador da Indústria Nacional* que era vinculado a *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*, uma das instituições mais importantes no período imperial e que tinha como um de seus interesses discutir a agricultura, considerada a principal indústria da nação. Durante sua existência, nas páginas de *O Auxiliador*, foram publicados muitos artigos voltados a tratar do tema da agricultura e de seu melhoramento a partir de experiências realizadas em diferentes nações do mundo. Textos que eram escritos por intelectuais brasileiros, inspirados em cientistas estrangeiros, ou traduzidos a partir de publicações que circulavam em outros países, principalmente em algumas nações europeias, tais como a França e a Alemanha. Nestes artigos é possível verificar que as ideias e projetos voltados a melhorar a agricultura, a partir de sua aproximação com os conhecimentos científicos, circulavam no Brasil. Assim, esta discussão busca trilhar caminhos ainda pouco discutidos na historiografia brasileira sobre a história da ciência e da agricultura. Entre outros aspectos, buscará demonstrar que, pelo menos em termos dos debates e diálogos com a produção internacional na área da ciência e da agricultura, o Brasil estava longe de ser uma nação atrasada. Portanto, pensar na circularidade das ideias, nas suas adequações e leituras locais é importante para conhecer a história do Brasil, principalmente no que diz respeito ao debate sobre a modernidade e o atraso e para questionar o olhar etnocêntrico que historicamente influenciou as leituras sobre o Brasil, suas populações e sua história.

Palavras-chave: Agricultura, Ciência, Melhoramento, Atraso, Modernidade

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Uma visão panorâmica sobre os processos que tramitaram na segunda seção da Diretoria da Agricultura entre 1873-1889

Pedro Parga Rodrigues

pedropargar@gmail.com

UNESP- Universidade Estadual Paulista

Em 1873, o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas brasileiros foi reformado pelo Decreto 5.512 de 31 de dezembro, assumindo a organização que duraria até pelo menos 1889, quando ocorreu a Proclamação da República. Desde esta reestruturação, esta pasta passou a ser fracionada em três diretorias, sendo uma delas responsável pelos assuntos associados com a questão agrícola. Esta repartição, nomeada de Diretoria da Agricultura, foi, por sua vez, subdividida em três sessões. A segunda ficou responsável pela aplicação da Lei de Terras de 1850 e por outras tantas questões relacionadas com a dinâmica agrária oitocentista. Esta seção decidiu sobre: solicitações de adiamento do prazo de medição e demarcação de terras; requisições de compra de terrenos devolutos; bem como acerca de disputas intermunicipais em torno dos direitos de uso de fontes de água e outras querelas fundiárias. Pretendemos abordar panoramicamente os processos de requisição de compra de áreas devolutas, também acerca das demandas por alargamento do lapso temporal dedicado à realização dos procedimentos de medição e demarcação de terras. Ao considerarmos este universo amostral de fontes, pretendemos refletir sobre os valores presumidos nas decisões dos agentes ministeriais da segunda seção da Diretoria da Agricultura. Apresentaremos as concepções patriarcais de propriedade implícitas nos discursos dos relatórios desta pasta, bem como em pareceres sobre os pedidos de postergação da data limite para medir e demarcar terras. Consideraremos também a forma na qual os funcionários da Diretoria da Agricultura lidaram com as diferentes práticas sociais de preencher as texturas abertas da Lei de Terras no julgamento dos pedidos de compra de domínios, assim como aplicaram (ou não) as sanções estabelecidas nesta norma para os posseiros irregulares. Percorrendo este caminho, pensaremos sobre as fontes das decisões destes agentes ministeriais e acerca das apropriações realizadas por esses sujeitos destes materiais utilizados em seus pareceres.

Palavras Chaves: Propriedades; Diretoria da Agricultura; Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas; Brasil Império; Legislações agrárias.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Fontes geoespaciais para a recreação da paisagem ‘antiga’: contributos cartográficos

Bernardo de Souza

bernas.souza@hotmail.com

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

A popularização de ferramentas digitais, como o acesso franco a imagens de satélite por plataformas como Google Earth, têm aproximado do investigador de novas fontes de informação geoespaciais. O espaço rural atual é fruto das mudanças do séc. XX. Por exemplo, as campanhas de reflorestação, o abandono do meio rural e a expansão da mancha urbana são três fatores inerentes a um universo mais lato que afastam a paisagem atual daquela anterior ao ano c.1900. Logo, o que hoje se observa na imagem de satélite não representa o passado. Porém, o espaço atual ainda conserva como ‘fóssil’ marcas de tempos anteriores.

Consideramos que com uma abordagem crítica (e alguns artifícios técnicos) estas fontes de informação permitam a desconstrução do espaço atual e a recreação da paisagem ‘antiga’. Falamos de recreação e não reconstrução, pois reconhecemos a impossibilidade da reconstrução da paisagem pela falta de fontes sistemáticas e a dificuldade do cruzamento entre as mesmas. Sem embargo, a cartografia computadorizada quando informada por mapas antigos, descrições geo-históricas e registos de cadastros pode ‘processar’ o espaço atual, figurado nas imagens geoespaciais, e oferecer possibilidades sobre a paisagem do séc. XIX e XVIII.

Partindo das dificuldades enfrentadas na nossa dissertação de mestrado (Famalicão) e com estudos desenvolvidos na Universidade de Jaén (Serra Morena), procuraremos estabelecer um debate sobre o uso e o emprego do ‘software’ QGIS para que, em etapas futuras de investigação, uma recreação cartográfica (parcial) da paisagem antiga seja possível em diferentes escalas de estudo. Compreendendo as limitações teórico-técnicas a um exercício interdisciplinar, entre a história, a geografia e a ‘informática’, tentaremos conceber e demonstrar alguns eixos de intervenção (baseados na análise remota e o cruzamento de fontes) e resultados preliminares.

Palavras-chave: Cartografia histórica, Análise remota, Humanidades digitais, Mapas antigos, História ambiental.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Os “balões” de vinho portugueses: história de uma patente norte-americana

Sheila Palomares Alarcón

sheila@uevora.pt

Universidad de Jáen / CIDEHUS – Universidade de Évora

Wallace Neff foi o arquiteto que mais casas *airform* construiu no mundo. Registou a sua primeira patente em 1941 e, desde então, iniciou um processo em que continuou a legalizar os sistemas construtivos que tinha inventado noutros países, incluindo Portugal. Foi José de Lemos que se encarregou da patente a partir de 1956 e Portugal foi um dos países em que a patente de W. Neff foi mais bem sucedida a partir de 1955. Testemunho disso são as centenas de tanques *airform* que foram construídos e que ainda hoje são utilizados para armazenar vinho em todo o país. São também conhecidos por "balões".

Este sistema construtivo foi utilizado para a construção das cubas das adegas cooperativas, dada a necessidade da Junta Nacional do Vinho de construir sistemas de armazenamento de rápida execução; foi também utilizada para a construção de tanques em adegas mais pequenas, e para outros usos, como a capela do atual Museu do Vinho de Alcobaça.

Após uma pesquisa exaustiva dos registos de patentes de W. Neff em vários arquivos, um trabalho de campo exaustivo e uma revisão da literatura, este estudo pretende analisar quais as patentes que W. Neff registou em Portugal, se e como foram executadas e se ainda hoje se conservam.

Palavras chave: Vinho, Adegas, Portugal, *Airform buildings*, Patentes

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

É uma praga! Os javalis e as florestas, uma aproximação a um desequilíbrio ambiental

Kátia Favilla

katiacfavilla@edu.ulisboa.pt

ICS-ULisboa

A presente comunicação tem a intenção de debater os resultados iniciais de investigação que está em curso sobre as diversas formas de reconstrução de paisagens em ruínas implementadas por: comunidades locais, órgãos governamentais, e empresas. A investigação em curso tem como ponto de união a “floresta” plantada de eucalipto na Serra do Açor em Portugal, que foi gravemente afetada por um incêndio florestal em 2017 e que possui ações em curso de revitalização e regeneração florestal.

O estudo busca revelar a diversidade de narrativas e soluções encontradas para revitalizar essas paisagens e (re)construir outros mundos possíveis para além da monocultura florestal. Um importante ponto de partida para a construção do estudo é a possibilidade de se pensar na diversidade biológica e social/cultural como aportando conhecimentos significativos de confluência, compartilhamento e simbioses no processo de reconstrução de ruínas.

Durante a investigação ocorreu o encontro com a javali e as questões que sucinta sobre os desequilíbrios ambientais, alterações climáticas e ação humana. Essa comunicação baseia-se em investigação de terreno, documentos oficiais e publicações dos media sobre a questão. Por meio do javali e das questões atuais da sua presença no campo, busco compreender os problemas florestais enfrentados desde o Estado Novo até o momento, especificamente em Arganil, mas de que forma podem ser amplificados para compreensão mais alargada pelo território nacional.

A investigação tem como base teórica três debates conceituais: (i) Antropoceno (Chakabarty, 2009; Clark and Gunaratnam, 2016; Butzer, 2015); (ii) paisagens em ruínas (Tsing, 2019[2016]); (iii) florestas bioculturais ou antropogênicas (Posey, 1999, Erickson e Baleé, 2006; Mann, 2007, Bispo, 2015).

Os pilares da modernidade (que separa natureza de cultura) continuam a sustentar ações dos governos e de corporações econômicas, mesmo que se mostrem contrárias à evidência científica sobre a forma como terra, humanos e extra-humanos integram uma dinâmica sistêmica (cf Latour 2017: 41-74). Grandes corporações econômicas, nomeadamente as que têm investido na floresta industrial em Portugal, entendem a natureza como força ao serviço do capital e do desenvolvimento. Esta visão alterou paisagens de diversas formas. A monocultura é uma dessas alterações que implica uma “simplificação ecológica” (Tsing 2019) contrária à viabilidade de vida humana e extra-

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

humana. Historicamente a monocultura implica expulsão e expropriação de relações multiespécie gerando “paisagens em ruína” (Tsing 2019 [2016]).

A realização de uma pesquisa etnográfica sobre a dinâmica da ruína/ressurgimento justifica a escolha de locais que guardam a história das distintas possibilidades de habitabilidade, de relações entre humanos e extra- humanos (Danowski e Viveiros de Castro, 2014), de pluriverso (La Cadena, 2018), de confluência (Bispo, 2015) e que nesse sentido possam ser concebidas como indigenização do moderno (Sahlins, 1997).

Este estudo insere-se no curso de Doutoramento em Antropologia da Universidade de Lisboa e pretende que o resultado seja também uma componente digital de diálogo, vivência e divulgação das possibilidades de restauração florestal em paisagens impactadas pela monocultura de eucalipto e afetadas por incêndios ou por falta de recursos hídricos, estabelecendo uma possibilidade de diálogo e ampliação dos resultados para além do caso específico na Serra do Açor.

Palavras-chave: Reconversão florestal; eucalipto; javali; comunidade local; paisagens em ruína.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

«O mais terrível inimigo»: notas para uma história das políticas de fogos e florestas no Estado Novo

Frederico Ágoas
fagoas@fcsb.unl.pt
CICS.NOVA

Inês Gomes
igomes@fcsb.unl.pt
IHC FCSH NOVA / IN2PAST

José Miguel Ferreira
jose.mouraferrera1988@gmail.com
IHC FCSH NOVA / IN2PAST

Em 1938, a ditadura portuguesa do Estado Novo pôs em marcha um Plano de Povoamento Florestal que pretendia transformar profundamente a paisagem rural do país, como parte de uma visão corporativa sobre o futuro da nação. Este plano assentava num conjunto de discursos políticos, económicos, científicos e estéticos centrados na ideia de que Portugal devia tornar-se, uma vez mais, num “país florestal”. Sustentando que o território nacional fora, no passado, coberto por florestas, destruídas pelo descuido e ignorância das populações locais, o Plano de Povoamento Florestal propunha que mais de 400.000 hectares de terrenos baldios situados a norte do rio Tejo deveriam ser transformados em matas nacionais. Este processo, com repercussões evidentes ao nível da ecologia e da propriedade, seria um elemento crucial da expansão do poder do estado sobre o território nas décadas centrais do século XX.

O fogo é um tema estruturante, embora frequentemente esquecido, deste processo mais vasto. Recorrendo a discursos transnacionais sobre as paisagens “deterioradas” da bacia do Mediterrâneo, estadistas e silvicultores transformaram o fogo no “mais terrível inimigo” dos projetos de florestação, capaz de destruir “num instante” o que a natureza demorava séculos a criar. Como resultado, foram implementadas medidas cada vez mais restritivas aos usos locais do fogo, contribuindo para uma crescente exclusão das populações locais do que tinham sido anteriormente terrenos comunais. A nova floresta imaginada pelo Plano de Povoamento Florestal seria, neste sentido, uma floresta sem fogo.

Esta comunicação investiga as interligações entre as histórias paralelas dos planos estatais de florestação do território português e da exclusão do fogo da floresta, para analisar a emergência de um consenso político, legislativo e científico em torno do fogo como “inimigo” da floresta. O período em análise estende-se da década de 1930, com o Plano

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

de Povoamento Florestal e os seus antecedentes, à década de 1970, quando o impacto de fogos florestais cada vez mais devastadores levou a um incipiente repensar do papel do fogo na gestão da florestal.

Palavras-chave: Fogo, floresta, política, ciência, Estado Novo

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

O fogo e os incêndios nas serras de Monchique e de Lapa e Nave: Acelerações e dissonâncias temporais

Joana Sousa

joanasousa@ces.uc.pt

CES Universidade de Coimbra

Marta Nunes Silva

martasilva@fesh.unl.pt

IHC - NOVA FCSH / IN2PAST

Incêndios que sobem velozmente as serras, chamas imprevisíveis e ventos fortes que transportam o fogo de uma colina para a outra, são algumas das descrições acerca da aceleração dos incêndios nas serras de Monchique e de Lapa e Nave – dois territórios montanhosos em Portugal que apresentam regimes de fogo distintos. As inquietações sobre as quais lemos e ouvimos falar, e aquelas acerca das quais incide a nossa apresentação, decorrem do levantamento arquivístico e do trabalho empírico conduzido por uma equipa multidisciplinar no âmbito do projeto de investigação FIREUSES - “Paisagens de fogo: Uma história política e ambiental dos grandes incêndios em Portugal (1950-2020)”. No quadro desta investigação que visa historicizar os fogos, ouvimos pessoas que se ocupam da agricultura, silvicultura, pastorícia, supressão de incêndios, entre outras atividades que assentam numa relação com o território. Além da aceleração do próprio fogo, as pessoas que encontrámos falaram-nos também de outras acelerações que com ele se relacionam: a expansão de plantações e o rápido brotar de plantas de certas espécies após o incêndio; o movimento, luzes e sirenes de carros, tanques e helicópteros, as câmaras e drones que documentam as chamas; a produção de relatórios, decretos e contratos para prevenir e suprimir incêndios. Esta dinâmica veloz substituiu os fogos lentos do passado e as paisagens que o fogo ajudou a construir através das roças e queimadas agrícolas, da pastorícia, da destilação e da extração da resina. O fogo saltou de um quadro temporal marcado pelas estações do ano, que permitia a reprodução de modos de controlo do fogo com terra e enxadas, e tem vindo a enraizar-se num imediatismo performativo dependente da água, da maquinaria e da tecnologia digital. Em dissonância com estas acelerações, experiências de lentidão dos programas de compensação de perdas e danos são relatadas pelas pessoas que encontrámos, a prevenção fica por realizar de forma convincente e os traumas permanecem por superar. Ao mesmo tempo, os usos políticos do fogo acabam por agravar os efeitos do novo ritmo dos incêndios florestais e por contribuir para as narrativas acerca de uma economia do fogo que parece fortalecer-se a cada grande incêndio.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Palavras-Chave: fogo, incêndio, acelerações, montanhas, florestas

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

La restauración de la naturaleza a través de la agricultura. Un nuevo reto

Eva Gamero- Ruiz
evagamero1@hotmail.com
Universidade de Sevilha

Antonio Gamero-Ruiz
naturalesdelsierro@hotmail.com
Presidente da cooperativa "Naturales del Sierro"

Chegou finalmente o momento de a União Europeia tomar consciência da importância de uma verdadeira agricultura sustentável (e não apenas do negócio da indústria agroalimentar) para a recuperação da natureza. E fê-lo através de uma norma jurídica, como o regulamento, que tem efeitos directos e cria obrigações gerais para os Estados destinadas a melhorar a biodiversidade das terras agrícolas, através de práticas de regeneração dos solos, como a minimização das tarefas mecânicas. Estas práticas agrícolas são complementadas por obrigações de recuperação dos ecossistemas fluviais e florestais e das populações de polinizadores.

Importa esclarecer que estas medidas não têm por objetivo contornar a utilização das terras agrícolas, mas sim conciliar a utilização das terras agrícolas com o benefício a longo prazo dos ecossistemas agrícolas. Para avaliar o cumprimento destas práticas, a norma estabelece uma série de indicadores, como o índice de borboletas nos prados, as existências de carbono orgânico ou a existência nas terras agrícolas de elementos paisagísticos muito diversificados, como sebes, árvores isoladas, árvores em grupos ou filas, cercas de pedra, pequenas estacas e outros elementos culturais. Estes elementos, para além do seu valor cultural, proporcionam um espaço essencial para animais e plantas selvagens, incluindo polinizadores, evitam a erosão do solo, ajudam a reter a água e apoiam a atenuação das alterações climáticas.

As monoculturas intensivas e a ocupação de uma grande parte das terras rurais com instalações renováveis estão a pôr em perigo o recurso natural solo, pelo que as medidas de regeneração da natureza são essenciais para garantir o futuro da agricultura, tal como a agricultura regenerativa é fundamental para a recuperação dos ecossistemas.

Apesar da importância deste regulamento, a pressão de alguns grupos, nomeadamente dos grupos de agricultores, tem prejudicado os objectivos iniciais, pelo que consideramos muito necessário realizar um trabalho pedagógico para explicar aos agricultores que este tipo de práticas aumenta a produtividade da terra e não prejudica os seus interesses, mas, pelo contrário, é a única forma de garantir o futuro da agricultura.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Palavras-chave: Agricultura regenerativa, servicios ecosistémicos, restauración de ecosistemas, indicadores de biodiversidad, conectividad ecológica.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Sessão 6

Os Sertões e as disputas por propriedades no Império do Brasil

Marina Monteiro Machado

marina.machado@uerj.br

UERJ- Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Ana Sara Cortez Irffi

anacortezirffi@ufc.br

UFC- Universidade Federal do Ceará

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Linha temática 3: A dimensão institucional que abre para tópicos relativos aos direitos de propriedade, às políticas agrárias e ao papel das organizações.

A definição do território concernente à nação brasileira, no processo de independência e constituição do Império do Brasil, foi espaço de embates e tensões sociais. Insurreições, como em 1817 e 1824, e movimentos sociais, no período regencial, sobretudo ocorridos nas chamadas Províncias do Norte, descortinaram – e foram resultado – a disputa em torno do controle e delimitação das propriedades, em especial o interior, chamado de sertão, como pertencente ao estado territorial brasileiro e, portanto, parte do “gigante pela própria natureza”. Tais eventos apontaram para a percepção do Brasil como um território constituído de vários outros territórios, com um sertão vasto e desconhecido, ainda mais distante de seu domínio. Aqui, importa superar uma discussão que restringe a análise de um estado territorial brasileiro forjado na declaração de independência e definido pela carta constitucional de 1824 e da contrapartida ‘regional’ vista na aceitação historiográfica de um território parte – e um espelho - do Império. Ao contrário, pelo menos parte desse espaço é percebido a partir da sua constituição, tensões e formação que fugiam da percepção, e das regras, do poder imperial e da própria organização territorial que se procurou instituir na formação da nação brasileira. A disputa pelo sertão era estabelecida na organização de um projeto de centralização administrativa do Império e de formação de um Estado-nação moderno no Brasil, a partir da expansão da Pátria Independente do litoral para o interior do território. Essas e outras questões envolvendo a propriedade estão no cerne das discussões dessa mesa.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

D. Rodrigo de Souza Coutinho e o fazendeiro nos sertões fluminenses

Marina Monteiro Machado

marina.machado@uerj.br

UFRJ- Universidade do Estado do Rio de Janeiro

A ocupação dos sertões da Capitania do Rio de Janeiro se deu sobre diferentes formas e ritmos ao longo da colonização, um processo continuado mesmo após à independência. Essencialmente litoral até finais do século XVII, quando a descoberta do ouro expande as fronteiras da colonização em direção às minas, o sertão fluminense manteve-se fundamentalmente como rota de passagem.

A expansão territorial esteve atrelada ao desenvolvimento de uma política indigenista, em uma realidade de diálogo entre duas questões: a indígena e das terras. Tomando por exemplo o Aldeamento de Nossa Senhora da Glória de Valença, reconhecemos que esta política tinha o objetivo de apaziguar áreas, garantir o controle sobre a mão de obra e possibilitar a conquista das terras por agentes colonizadores. Pensar tais projetos possibilita compreender os movimentos nas fronteiras e o empenho na apropriação das terras.

Para dar conta da proposta, nos debruçamos sobre a “Memória sobre o melhoramento dos Domínios e Sua Majestade na América”, documento produzido por D. Rodrigo de Souza Coutinho, que circulou entre letrados como um projeto de reformulação dos fundamentos ideológicos da unidade imperial, pautado na dependência econômica para sustentar a coesão entre Brasil e Portugal de 1797. A análise recai ainda sobre as correspondências trocadas entre o fazendeiro e os agentes diretamente envolvidos com a fundação do referido Aldeamento Na passagem para o século XIX.

Palavras-chave: Propriedades, Aldeamentos, Sertões, Fronteira, Conflito de Terra.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Usos da terra e propriedade na ocupação e colonização dos Sertões do Vale do Paraíba do Sul (séc XVII-XIX)

Thiago Souza dos Reis

thiago1888@gmail.com

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ UVA- Universidade Veiga de Almeida

Os sertões formados pela ampla região banhada pelo rio Paraíba do Sul e seus afluentes engloba, hoje, terras que perpassam os estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro e que no passado fizeram parte de uma dinâmica e plural fronteira de expansão de ocupação territorial.

Trata-se de uma região rica em história e que se relaciona intimamente ao processo de constituição do Estado do Brasil a partir de sua experiência local. Nos primórdios deste processo de interiorização da metrópole, e mesmo antes, a mencionada região contava com a atenção dos agentes coloniais que investiram recursos e tempo em seu desenvolvimento, inicialmente enquanto zona de passagem e, posteriormente, como polo do desenvolvimento da agricultura colonial, com grande destaque para as lavouras de café.

A presente proposta pretende, assim, tratar das distintas etapas de ocupação da região, delimitando como escopo à região fluminense desse Vale.

Para tanto, pretendemos discutir os processos de aquisição e transmissão dos direitos sobre a terra e a propriedade agrária, a partir do debate sobre as concessões e pedidos de confirmação de sesmarias, documentos com grande potencial e ainda pouco explorados, pontuando os principais núcleos familiares que se instalaram na região e suas estratégias de manutenção do poder e influência em sua sociedade.

Palavras-Chave: Sertões, Propriedade, Vale do Paraíba, Território, Sesmarias.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Tauá: conflitos fundiários e invenções demarcatórias (SÉCULOS XVIII-XIX)

Márcia Maria Menendes Motta

menendesmotta9@gmail.com

UFC- Universidade Federal do Ceará/ UFF- Universidade Federal Fluminense

A pesquisa aqui proposta visa desnudar os embates sobre os direitos de propriedade na região conhecida como Tauá, localizada no atual Estado do Ceará, a partir de uma perspectiva histórica entre os fins do século XVIII e início do século XIX.

Longe de constituir uma defesa da propriedade absoluta, a investigação aqui anunciada nos permite recuperar as tramas dos conflitos fundiários e os sujeitos sociais em confronto a partir de distintas relações estabelecidas a partir da ocupação territorial e o respectivo controle das águas.

Para tanto, seguimos apoiados em fontes ainda pouco utilizadas, como os documentos de concessão e confirmação de sesmarias e processos judiciais para demonstrar a historicidade dos conflitos pelas terras e pelas águas naquela região, bem como o processo de consolidação do poder dos grandes potentados, em um contexto de intensa luta política no Ceará. A análise desse contexto político, em especial, nos ajudará a compreender como os grandes potentados conseguiram consolidar seu poderio, garantindo, conseqüentemente o controle de vastas extensões de terra e recursos hídricos.

Parte-se aqui do pressuposto que para além das inúmeras contribuições das ciências humanas sobre a crise hídrica e o controle das águas doces, há que se dar luz aos dilemas e propostas nos séculos passados para se compreender como foram constituídas as bases legais que sustentaram determinadas interpretações sobre o uso, controle e gestão das águas em sua relação com a apropriação do território.

A proposta territorializa-se em experiências históricas concretas e pretende, por fim, iluminar as análises futuras sobre as disputas pelo controle das diferentes propriedades em Tauá, iluminando, por conseguinte uma reflexão mais complexa sobre as múltiplas formas de possuir no Brasil.

Palavras-chave: Propriedades, sertões, águas, terras

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Um sertão para o Brasil: mapas e o processo de produção do território nacional no interior do país (1800-1875)

Ana Isabel Reis

belparente@gmail.com

URCA- Universidade Regional do Cariri

O sertão do Brasil, compreendido como parte integrante da nação brasileira, foi um tema central nas cartografias do século XIX, elaboradas por cartógrafos e estudiosos que buscavam definir um território nacional e, por meio dele, criar uma unidade nacional. Este território interior correspondia ao vasto interior do Brasil, tornando-se fundamental que ele refletisse as características de um Estado moderno, com paisagens que pudessem ser facilmente administradas.

O processo de constituição do território do sertão no nordeste brasileiro através da produção de cartografias históricas no século XIX é de grande importância. Essas cartografias não só delineavam terras e rios, mas também criavam uma imagem do sertão como um espaço não hostil, adequado à modernidade. Investigar essas produções cartográficas permite entender os interesses em jogo na época e como o sertão foi projetado dentro da construção da Nação brasileira, que estava em formação no século XIX.

Os mapas criados pelos cartógrafos do século XIX não eram meras representações neutras do espaço geográfico, mas sim instrumentos de poder que ajudavam a moldar a percepção e a gestão do território. Através dessas cartografias, era possível disciplinar e organizar o espaço sertanejo de acordo com os ideais de um Estado moderno, contribuindo para a consolidação da unidade nacional. Dessa forma, o estudo das cartografias históricas revela não só a geografia física do sertão, mas também os valores e objetivos políticos da época.

Assim, o sertão, através dos mapas, foi inserido na narrativa nacional como um território a ser integrado e desenvolvido, refletindo as ambições de um Brasil que buscava modernização e centralização. Compreender essas dinâmicas ajuda a iluminar os processos de construção territorial e nacional no Brasil oitocentista.

Palavras-chave: Propriedade, Mapas, Cartografia, Sertões, cartógrafos

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

O “Império dos cabras” e o Alto Sertão: a (des)definição do território do Império do Brasil

Ana Sara Cortez Irffi

anacortezirffi@ufc.br

UFC- Universidade Federal do Ceará

Uma questão fundamental no debate sobre a propriedade é a disputa em torno da definição do território do Império do Brasil e, conseqüentemente, do seu território. O interior do Brasil, sobretudo, ainda era muito imperfeitamente conhecido pelo Império e precisava, conforme o governo imperial, de controle sobre as populações. Esse controle ocorreria, na estimativa do Império, se o território fosse controlado – ou, dito de outro modo, se a máquina do estado alcançasse os sertões.

Esse espaço, tomado como sinônimo de interior do país, passou a compor as preocupações dos governos imperial e provincial, no contexto de produção da nação brasileira. Considerava-se necessário a essa nação moderna um território, não apenas limites. Assim, era preciso mais que um sertão, era imprescindível que ele se constituísse num Estado territorial, conhecido e manipulável, para que o império brasileiro estivesse cada vez mais centralizado administrativamente.

No entanto, delineou-se durante o século XIX um espaço, o Alto Sertão, sem limites definidos administrativamente, sem controle estatal efetivo e constituído a partir dos camponeses, trabalhadores livres e escravizados e pequenos produtores, chamados cabras. A conformação dessas variáveis, território e população, é de interesse desta comunicação, que propõe uma discussão que pensa até o processo de constituição de um território alheio ao governo imperial e que, de tão grande, não podia medir.

Dessa forma, a pesquisa destaca a complexidade do processo de formação territorial no Brasil, enfatizando que a constituição de um território integrado e centralizado era um desafio monumental para o governo imperial. A diversidade de populações e a vastidão do território do Alto Sertão exemplificam as dificuldades enfrentadas pelo estado na tentativa de impor seu controle e administrar efetivamente essas regiões. O estudo das dinâmicas de poder e da interação entre o governo central e as populações locais oferece uma visão mais aprofundada das forças sociais e políticas em jogo durante o século XIX no Brasil.

Palavras-Chave: Propriedades, Sertão, Cabra, território, Brasil Império.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Sessão 7

**Ruralidade(s), Patrimônio e Turismo em Ambientes de Cerrado no
Brasil: territórios, ameaças e perspectivas**

Jean Carlos Vieira Santos

svcjean@yahoo.com.br

Universidade Estadual de Goiás

Milena D'ayala Valva

milena.valva@ueg.br

Universidade Estadual de Goiás

Divina Aparecida Leonel Lunas

divina.lunas@ueg.br

Universidade Estadual de Goiás

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Linha temática 4: A questão das assimetrias, sejam elas territoriais, sociais, económicas, culturais ou políticas, em quadros de ruralidade e da sua relação com outros contextos.

Os temas relativos ao património e turismo no Cerrado brasileiro, que sublinham o papel dos ambientes rurais na formação da cadeia de valor desses setores fazem a ponte para as questões do consumo e dos impactos ambientais, sociais e culturais. O Cerrado é um dos domínios vegetacionais brasileiros que figura entre as regiões de maior biodiversidade do planeta e que apresenta semelhanças, no contexto ecológico e fisionômico, com as demais savanas do mundo. Um domínio que tem área de 2.039.386 km². Essa formação savânica do interior do Brasil apresenta alto grau de endemismo e é vulnerável à fragmentação de habitats, frente a conversão dos ambientes naturais por atividades antrópicas, o que coloca este território em diferentes frentes de ameaças, pois foi inserido na dinâmica internacional de produção de *commodities* agropecuários, com vultosos investimentos, a partir da segunda metade do século XX. A conversão do Cerrado em áreas agrícolas e pastagens plantadas implica em uma série de questões ambientais, sociais e culturais de influência local, regional e global, como o aumento na emissão de gases de efeito estufa; a perda de solos por erosão; a contaminação e superexploração dos recursos hídricos; a fragmentação de habitats; a perda de biodiversidade, a perda e redução dos atrativos e potencialidades turísticas e o desaparecimento de patrimônios edificados nos espaços rural e urbano. Nesse contexto, ressalta que o turismo e o património edificado cerradense, no contexto nacional, ainda estão à margem, com peso econômico sutil, e, quando posto no contexto da própria economia dos estados que ocupam a área de Cerrado brasileiro, não é capaz de concorrer com as atividades produtivas ligadas à indústria, à agricultura e à pecuária. Sendo assim, percebe-se uma evolução não linear, com avanços e retrocessos próprios do processo histórico e da conjuntura política regional. Dessa forma, essa sessão temática cria espaço para acolhimento de comunicações que possuam um viés crítico acerca da busca de compreender a estreita relação entre os protagonistas dos espaços rurais, o turismo e as cidades patrimônios no Cerrado brasileiro, onde o desconhecimento das potencialidades por parte dos empresários dos diferentes setores económicos e das ações do poder público para a formatação de produtos turísticos, culturais e sociais impedem a constituição e geração de novas oportunidades no mercado de trabalho, ou seja, as potencialidades existem, porém não são devidamente aproveitadas pelo capital privado e o poder público. A falta de sincronia de tais poderes dificulta a formulação de destinos de visitação, cenário observado em muitos municípios do Cerrado. Nesse sentido, objetiva-se explicitar nesta sessão os aspectos essenciais sobre as conexões do turismo e do património com os territórios rurais e conteúdo de ruralidades na região do cerrado.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

A re(existência) das mulheres na chapada dos veadeiros: desafios da pressão do agronegócio sob a região

Aryanne Cristinne de Paula Alencar
aryannecristinne@gmail.com
Universidade Estadual de Goiás (UEG)

Divina Aparecida Leonel Lunas
divina.lunas@ueg.br
Universidade Estadual de Goiás (UEG)

Roseli Martins Tristão Maciel
roselitristaomaciel@gmail.com
Universidade Estadual de Goiás (UEG)

A região da Chapada dos Veadeiros apresenta-se com uma das regiões do Cerrado com maior cobertura de preservação deste bioma em uma grande extensão de terra. Este território nos últimos dez anos foi pressionado pelo avanço do agronegócio em grande escala produtiva e com dotação de infraestrutura para armazenagem e circulação dos produtos. Este estudo apresenta as formas de organização adotadas pelas mulheres da Chapada dos Veadeiros para se manterem e continuarem na sua luta pela vida e pela preservação do bioma. Destaca-se ainda que a região concentra o maior número de quilombos do Estado de Goiás e por isso mesmo sendo significativo na luta pela terra e reconhecimento de direitos deste povo. Nestas comunidades as mulheres são as principais integrantes das famílias que atuam para gerar renda e atuarem em áreas do turismo rural considerado uma das atividades potenciais para geração de emprego e renda para o povo da Chapada dos Veadeiros. A metodologia do estudo foi realizada pela pesquisa de dados secundários de ações e políticas públicas voltada para as mulheres e ainda pela coleta de dados em instituições e órgãos que atuam na região. Os dados indicam que a participação das mulheres da Chapada dos Veadeiros concentra-se nas atividades de turismo e de preservação do bioma com atuação em organizações não governamentais, gerando com isso efeitos positivos na inserção das mulheres no mercado de trabalho. As políticas públicas necessitam considerar a realidade das mulheres que são chefes de família e que atuam em regiões mais isoladas gerando uma metodologia mais eficiente para permitir que as mulheres da Chapada dos Veadeiros acessem estas políticas.

Palavras-chaves: turismo rural, turismo ecológico, preservação, Cerrado.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

O Turismo residencial em Nova Veneza: os condomínios de Chácara como refúgio e encontro com a ambiência italiana em Goiás

Alexandre da Mata Faquim
Universidade Estadual de Goiás

Milena d' Ayala Valva
milena.valva@ueg.br
Universidade Estadual de Goiás

Janes Socorro da Luz
jnluz@hotmail.com
Universidade Estadual de Goiás

Nova Veneza é uma pequena cidade do Estado de Goiás que possui uma identidade híbrida. Configura-se como um pequeno centro urbano com ritmos e hábitos ainda bastante ligados a um passado rural, ao mesmo tempo que faz parte da Região de Desenvolvimento Integrado (RDIG) de Goiânia, a capital do estado, uma metrópole com mais de 1.400.000 habitantes. Toda essa complexidade e ambiguidade convivem também com a influência da presença de imigrantes italianos desde o início do século XX, traço que passou a ser recuperado na década de 2000 com a "invenção" de uma tradição que até então figurava de maneira bastante coadjuvante na vida e no cotidiano da cidade, que conta com pouco mais de 9.000 habitantes. Este trabalho analisa a (re)produção de um modelo de habitação amparado por discursos e novas imagens que prometem uma nova maneira de habitar, mas que, em função da pressão imobiliária e tendências de mercado, têm vendido "paraísos" rururbanos cada vez menores e que se assemelham à realidade urbana de grandes centros. O objetivo é fornecer um panorama dos diferentes condomínios de chácaras já implantados no município, seu apelo em associar à imagem da cultura italiana e a modificação em curso da paisagem rural do município. A metodologia adotada está baseada na catalogação, na produção cartográfica e na análise da toponímia desses condomínios, além da apresentação do discurso de marketing que associa a possibilidade de um turismo residencial. A presença e a proliferação de condomínios de chácaras têm revelado um fenômeno que deve ser melhor explorado, já que está em franco desenvolvimento, intensificado após a pandemia de Covid-19. A tranquilidade, as belezas naturais, a rusticidade e a ambiência italiana são vendidas como valores diferenciados de Nova Veneza, que está tão longe e tão próxima dos problemas metropolitanos.

Palavras-chaves: cidades, condomínios, chácaras, rururbano, turismo residência

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Ruralidades no cerrado e sua relação com o turismo religioso (Goiás/Brasil)

Maria de Lourdes Alves dos Santos
lourdesalves9@gmail.com
Universidade Estadual de Goiás

Iana Cândido Cunha
gastronomiacaldasnovas.iacsa@ueg.br
Universidade Estadual de Goiás

Jean Carlos Vieira Santos
svcjean@yahoo.com.br
Universidade Estadual de Goiás

Este manuscrito possui o objetivo central de compreender as viagens de carro de boi de romeiros de Morrinhos e Vianópolis a Trindade, Goiás, Brasil, com a finalidade de participar na Festa do Divino Pai Eterno. Este é um trabalho de natureza essencialmente qualitativa, com o uso de entrevistas semiestruturadas como instrumentos para coleta dos dados, o levantamento das referências e a análise dos resultados. Na pesquisa bibliográfica, autores como D'Abadia (2014), Marques e Santos (2014) e Enoque e Almeida (2021) foram fundamentais para a construção teórica da investigação. Entende-se, pois, que a relação entre a viagem, os romeiros e a fé fazem parte de um modo de vida rural ainda presente nas comunidades do cerrado. Sob esse viés, a festa de Trindade (GO) se transforma no cotidiano, pois o romeiro que viaja de carros de bois e outros meios de transporte é ser de transformação. O efêmero se conjuga com o constante/estável e juntos ou dissociados promovem um movimento único e complexo. Manifesta-se o movimento dos fluxos em torno de uma essência igualmente turística, o que torna o lugar um importante destino do turismo religioso de Goiás e do interior brasileiro. Entre os atrativos de turismo religioso, elencam-se os conteúdos de ruralidade de Trindade. Nos resultados apresentados, destacam-se as compreensões dos romeiros/carreiros a respeito da própria condição de viagem, bem como o exercício de fé: o pouso no rural e a importância dos carros de bois para o deslocamento coletivo. Os resultados obtidos por meio das entrevistas na presente investigação elucidam que o planejamento e a doação do tempo são fundamentais para a manutenção da viagem de carros de bois, o que simboliza uma manifestação da arte de carrear os bois-guias por mãos hábeis e sonoridade que fazem os animais seguirem o percurso.

Palavras-chave: Coletividade; Meio Rural; Romeiros; Pousos; Bois-guias

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Potencialidades do turismo rural/gastronômico no cotidiano fragmentado de Pirenópolis /Go

Mary Anne Vieira Silva
mary.silva@ueg.br
Universidade Estadual de Goiás (UEG)

Ailson da Silva Fernandes
ailsonfernandes@uft.edu.br
Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Vera Lúcia Gonçalves Ferreira
verabastosisabely@gmail.com
Universidade Estadual de Goiás (UEG)

No mundo globalizado surgem diversas contradições na compreensão dos deslocamentos das pessoas que estão efetivamente envolvidas com o turismo. Esta atividade, considerada um campo científico interdisciplinar e produtivo, revela-se sob várias formas e apresenta diversas assimetrias em relação ao uso do território. No setor do turismo, observamos uma transformação dos espaços que antes eram predominantemente rurais em locais onde se adotam estilos de vida distintos; nota-se um processo gradual de ajustes e alterações com o intuito de criar um local focado no comércio para potencializar a promoção e distribuição do chamado produto turístico. Em Goiás, os modos rurais impulsionam o desenvolvimento deste setor produtivo através das atividades rurais vinculadas às diferentes assimetrias territoriais, sociais, econômicas, culturais ou políticas existentes a partir de cenários rurais que estão interligados com outros contextos histórico-ambientais e/ou culturais. Neste artigo o local de estudo será a cidade de Pirenópolis, situada em Goiás, faz parte de uma rede diversificada de serviços e produtos que contribuem para o desenvolvimento do turismo. Entre as suas características mais importantes estão as opções de lazer alternativo e contacto com a natureza, festas tanto religiosas como seculares. Neste contexto o objetivo do estudo é compreender as potencialidades do turismo rural vinculado a gastronomia e sua relação com a vida no campo. A metodologia é baseada na descrição dos dados e informações caracterizando os segmentos do turismo rural e os serviços vinculados a esta atividade. Os dados indicam que nos arredores urbanos da cidade, pequenos quintais e propriedades médias adaptam-se para proporcionar uma experiência autêntica de viver e comer em ambiente rural. O paladar de Pirenópolis já reflete paisagens deliciosas, trazendo à memória os sabores, aromas e texturas dos seus doces, biscoitos e empadão – que são expressões cultura/ís singulares.

Palavras-Chave: Pirenópolis; Turismo Rural; Cerrado; Gastronomia; Lazer Alternativo.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

A Música Fado em Destinos do Agronegócio do Cerrado (Brasil): estudo permeado pelos conteúdos de ruralidades e a gastronomia

Suzana Magalhães de Almeida
suzymagaa@yahoo.com.br

Universidade Estadual de Goiás

Maria de Lourdes Alves dos Santos
lourdesalves9@gmail.com
Universidade Estadual de Goiás

Jean Carlos Vieira Santos
svcjean@yahoo.com.br
Universidade Estadual de Goiás

As melodias em seus diferentes gêneros tornam-se atrativos turísticos de cidades, valorizando e promovendo territórios, lugares e paisagens. Versos que também estão intimamente associados a uma relação hodierna que será apresentada neste trabalho. Diante desse contexto investigativo, convém salientar que as origens pouco claras do fado remontam ao século XIX, a episódios vivenciados nas vielas de Lisboa, ou nos salões aristocráticos, entre os marginais e os fidalgos. Assim, transformado em produto comerciável, o fado é, igualmente, representativo de um Patrimônio Imaterial da Humanidade da UNESCO, desde 2011, e numa viagem de descoberta contínua, essa música aboliu fronteiras. Essa arte sonora lusitana alcançou todos os continentes do mundo, ganhou diferentes paisagens e territórios do espaço global. Nessa escalada de internacionalização, este artigo tem-se como objetivo central analisar a imagem do fado como componente de promoção de destinos urbanos em cenários do agronegócio no Cerrado brasileiro. Diante desse interesse pela temática fado no Cerrado brasileiro, este trabalho foi preparado a partir do método qualitativo, privilegiando principalmente os pormenores teóricos de obras físicas e eletrônicas. Essa busca bibliográfica eletrônica foi um dos primeiros passos para alcançar os resultados apresentados, os relatos/divulgações/reportagens sobre a existência da tradicional música portuguesa nos espaços urbanos do Cerrado, no que diz respeito, exatamente, a gastronomia portuguesa alicerce fundante no acolhimento da música fado, que vem adquirindo uma identidade própria, provocada por novas relações com os conteúdos de ruralidades presentes em receitas e cozinhas do Cerrado, fazendo surgir nesses núcleos urbanos, territórios e paisagens culturais peculiares novos pratos associando as ruralidades da cozinha do Cerrado com a cultura lusitana.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Palavras-chaves: Gastronomia Lusitana; Cozinha Rural; Cerrado; Música

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

SESSÃO 8

A vinha e o vinho na longa duração: uma perspetiva agregadora da biologia, história e arqueologia.

Herlander Azevedo

herlander@gmail.com

Departamento de Biologia, Faculdade de Ciências, Universidade do Porto; CIBIO, Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos, InBIO Laboratório Associado, Universidade do Porto; BIOPOLIS Program in Genomics, Biodiversity and Land Planning, CIBIO, Campus de Vairão, Porto)

Dulce Freire

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares e Faculdade de Economia

João Pedro Tereso

jptereso@gmail.com

CIBIO-BIOPOLIS, Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos, Universidade do Porto; Centro de Estudos Interdisciplinares, Universidade de Coimbra; UNIARQ - Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Linha Temática 5: A inovação e complexidade no plano metodológico, nomeadamente no que diz respeito ao uso do quantitativo, à relevância dos recursos digitais, ou à busca da interdisciplinaridade

O cultivo da vinha e a produção de vinho têm, desde há milénios, originado impactos sociais, económicos e ambientais muito marcados em diferentes áreas do mundo. Consequentemente, a relevância da vinha tem fomentado ampla investigação em diferentes áreas, incluindo Biologia, Agronomia, História e Arqueologia. A investigação de base biológica visa aspetos tão diversos quanto a adaptação climática, a prevenção de pragas e doenças e a otimização de estratégias produtivas. Visa também a compreensão da biodiversidade da videira, desde a sua domesticação até ao desenvolvimento das variedades modernas, passando pela expansão do cultivo no mundo, pelos impactos sociais e culturais de produção e consumo em diferentes formatos, no que se cruza com a investigação sobre o passado económico e social. Contudo, raramente investigadores destas disciplinas, com formações e perfis científicos diferentes, têm interagido de forma efetiva e promovido pesquisas interdisciplinares, o que tem aumentado as dificuldades de comunicação e alimentado equívocos científicos.

A relevância histórica da vinha em Portugal tem sido confirmada por numerosos estudos, estando também expressa na grande diversidade genética da videira. Todavia, verifica-se que ainda existem centenas de variedades sub-caracterizadas e sub-valorizadas. Um aproveitamento mais completo desta diversidade genética só poderá ser alcançado através de um profundo e abrangente conhecimento científico, nomeadamente através das pistas retidas no ADN desta espécie. A pesquisa recente indica que essa riqueza resulta de uma história de domesticação complexa, que decorre durante uma cronologia longa. Atualmente, os avanços tecnológicos na sequenciação de ADN (tecnologias NGS) estão a revolucionar a capacidade de decifrar a biodiversidade, quer sob uma perspectiva moderna (genómica) quer ancestral (paleo/arqueogenómica). O projeto GrapeVision - Genómica de DNA moderno e antigo para potenciar os recursos genéticos da vinha em Portugal – financiado pela FCT (PTDC/BIA-FBT/2389/2020; DOI 10.54499/CEECIND/00399/2017/CP1423/CT0004), tem promovido a utilização de estratégias genómicas avançadas na caracterização da diversidade nacional e Ibérica da videira, incluindo o seu papel na história mais global da domesticação desta espécie. No âmbito deste projeto, uma equipa interdisciplinar, incluindo biólogos, historiadores e arqueólogos procura contribuir para um melhor conhecimento da história da vinha, interrelacionando a componente genómica com os dados económicos e sociais que ficaram registados na documentação escrita produzida nos últimos séculos.

Nesta sessão apresentam-se algumas das perspetivas que têm estado em discussão no âmbito do projeto GrapeVision. Começa-se por apresentar um estado da arte do estudo

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

da história da vinha e do vinho em Portugal. De seguida, aborda-se a genética e biodiversidade das vinhas nacionais atuais, caracterizando-as e sustentando a inexistência de uma domesticação independente no espaço ibérico. Numa perspetiva arqueológica e arqueobotânica, apresentam-se os vestígios mais antigos de cultivo de vinha na Península Ibérica, relacionando-os com a história da sua expansão ao longo do Mediterrâneo por influência grega e fenícia. Por fim, aborda-se a história recente do cultivo da vinha em Portugal, relacionando-o com dinâmicas económicas, sociais e políticas.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

História da vinha e do vinho em Portugal: problemáticas e dinâmicas de investigação

Joana Ramos

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares

Ana Isabel Ribeiro

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares e Faculdade de Letras

Numerosos vestígios indicam que o cultivo da vinha e a produção de vinho têm um longo passado no território que se tornou Portugal, ganhando crescente relevância económica, social e política nos últimos séculos. Esta relevância tem suscitado a publicação de uma literatura diversificada, estando disponíveis milhares de títulos com interesse. De facto, vinho e a vinha não são um objeto de estudo recente em Portugal, sendo extensa a produção historiográfica sobre o assunto. Partindo das discussões em curso no âmbito do projeto interdisciplinar GrapeVision (PTDC/BIA-FBT/2389/2020; DOI 10.54499/CEECIND/00399/2017/CP1423/CT0004), nesta comunicação procede-se a uma revisão da literatura mais recente, explorando duas metodologias de pesquisa. Por um lado, identificam-se as publicações sobre a História da vinha e do vinho em livro e em revistas de referência neste campo científico. Esta metodologia recorre sobretudo aos índices das revistas e às obras disponíveis nas bibliotecas nacionais. Por outro lado, identificam-se os títulos que têm por temática a vinha e o vinho em Portugal publicados em revistas associadas a diversos campos científicos (Biologia, Agronomia, Enologia, Arqueologia, etc.). Neste caso, a metodologia assenta no uso de um *software* especializado para pesquisa bibliométrica aplicado a bases de dados de referência (Scopus e Web of Science). O recurso a duas metodologias para realizar esta revisão da literatura, decorre da constatação de que os títulos disponíveis nas bases de dados internacionais não permitem compreender cabalmente as tendências da produção no campo da História, uma vez que a indexação de revistas e livros ainda não oferece garantias de acompanhar o ritmo das publicações. Verifica-se que estas práticas de indexação são relativamente recentes e desigualmente aplicadas no campo científico da História. Combinando estas abordagens metodológicas, é possível perceber como é que as tendências de pesquisa da História se relacionam com as que estão a decorrer em outras disciplinas que têm estudado a vinha e do vinho em Portugal. Assim, torna-se possível identificar as problemáticas e as dinâmicas dos estudos sobre Portugal, colocando-os em relação com a produção internacional e os debates em curso.

Palavras-chave: Vinha, Vinho, Portugal, Biodiversidade

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Genómica da videira e o papel da biodiversidade Ibérica na domesticação da espécie

Herlander Azevedo

Departamento de Biologia, Faculdade de Ciências, Universidade do Porto; CIBIO, Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos, InBIO Laboratório Associado, Universidade do Porto; BIOPOLIS Program in Genomics, Biodiversity and Land Planning, CIBIO, Campus de Vairão, Porto

Sara Freitas

Departamento de Biologia, Faculdade de Ciências, Universidade do Porto; CIBIO, Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos, InBIO Laboratório Associado, Universidade do Porto; BIOPOLIS Program in Genomics, Biodiversity and Land Planning, CIBIO, Campus de Vairão, Porto

João Pedro Tereso

CIBIO, Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos, InBIO Laboratório Associado, Universidade do Porto; Centro de Estudos Interdisciplinares, Universidade de Coimbra; UNIARQ - Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa

As tecnologias de sequenciação de DNA de última geração têm vindo a transformar profundamente as ciências biológicas, incluindo a investigação em espécies de interesse agronómico. Estão também a afetar disciplinas aparentemente distantes, como a História e Arqueologia, levando ao nascimento, por exemplo, da paleo/arqueogenómica. Nenhum outro sector beneficia tanto da contextualização histórica como o setor vitivinícola, no qual a história das variedades e práticas vitivinícolas faz parte de um forte vínculo emocional ao vinho, que relaciona produtores e consumidores. É, pois, neste contexto que estudos interdisciplinares que integrem genómica, história e arqueologia se tornam fundamentais. O projeto GrapeVision (PTDC/BIA-FBT/2389/2020; DOI 10.54499/CEECIND/00399/2017/CP1423/CT0004) tem vindo a caracterizar a paisagem genómica portuguesa, ancorado no trabalho de excelência de conservação e caracterização da diversidade nacional de videira exercido pelas principais coleções nacionais (INIAV/PNAC e ISA/PORVID). Uma das abordagens do projeto envolve a caracterização da biodiversidade existente em Portugal por sequenciação completa de genomas de variedades domesticadas e de génotipos selvagens. Daqui resultou já um estudo genómico importante, que identificou um grande evento de cruzamento entre videiras selvagens locais e videiras domesticadas, que permeia muitas variedades da Europa Ocidental, e que poderá ter ocorrido na Península Ibérica após a domesticação inicial da espécie. Este cruzamento deverá ter trazido um valor de

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

adaptação ambiental a certas castas. Esta investigação aponta para um papel potencialmente muito relevante das castas Ibéricas, nomeadamente das castas associadas à região dos Vinhos Verdes, na história global da domesticação da vinha, que poderá impactar o conhecimento que temos sobre a história da cultura da vinha e do vinho na Europa Ocidental.

Palavras-chave: adaptação, castas, introgressão, sequenciação de DNA, vinha

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Introdução do cultivo da vinha na Península Ibérica: dados arqueobotânicos de Portugal no contexto mediterrânico

João Pedro Tereso

CIBIO-BIOPOLIS, Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos, Universidade do Porto; Centro de Estudos Interdisciplinares, Universidade de Coimbra; UNIARQ - Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa

A história da vinha e do vinho não se pode desassociar das grandes dinâmicas económicas, tecnológicas, ambientais e sociais ocorridas no mundo mediterrânico e no Sudoeste Asiático ao longo da Pré-história e primeiros períodos históricos. A domesticação da videira, a expansão do seu cultivo ao longo do Mediterrâneo, bem como a sua introdução na Península Ibérica e posterior afirmação nos sistemas agrícolas e modelos sociais das comunidades que aqui viviam ocorreram ao mesmo tempo e em consequência de alterações profundas em sociedades que se sucederam, e por vezes coexistiram, no tempo e no espaço. A história da vinha e da viticultura enquadra-se, por isso, nos processos de domesticação e expansão de outros cultivos - cereais, leguminosas e árvores de fruto - no Sudoeste Asiático e a sua expansão pelo Mediterrâneo e no espaço ibérico acompanhou outras plantas domésticas e práticas de consumo, no âmbito de contactos comerciais multiculturais que impactaram de forma decisiva diferentes comunidades. Enquadrado nos trabalhos do projeto GrapeVision (PTDC/BIA-FBT/2389/2020; DOI 10.54499/CEECIND/00399/2017/CP1423/CT0004), vamos aqui contar, de forma sumária, esta história, abordando três principais períodos: 1) domesticação, 2) expansão pelo Mediterrâneo até à Península Ibérica e 3) afirmação no espaço ibérico, não esquecendo, porém, que os frutos das videiras eram consumidos bem antes da sua domesticação, por toda a sua área de distribuição natural. Para tal faremos uso de diferentes tipos de evidências, com especial destaque para o registo arqueobotânico.

Palavras-chave: Vinha, Arqueobotânica, Mediterrâneo, Península Ibérica, Carpologia

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Tendências de especialização produtiva na Região Demarcada dos Vinhos Verdes em meados do século XX

Alexandre Macedo João

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares

Dulce Freire

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares e Faculdade de Economia

Nos inícios do século XX, foram legalmente reconhecidas em Portugal várias regiões demarcadas para a produção de vinhos. A par de vinhos associados a designações geográficas específicas de Dão, Douro, Bucelas, Carcavelos, Colares, Setúbal e Madeira, estabeleceu-se no Noroeste a Região Demarcada dos Vinhos Verdes. Nessa época, a demarcação destas regiões ambicionava contribuir para redesenhar o panorama da produção vitivinícola em Portugal. Todavia, durante décadas, os impactos destas demarcações na economia local e nacional parecem ter sido menores do que o ambicionado. No âmbito do projeto GrapeVision (PTDC/BIA-FBT/2389/2020; DOI 10.54499/CEECIND/00399/2017/CP1423/CT0004), esta comunicação visa avaliar o peso da vinha no conjunto da produção agrícola dos concelhos inseridos na Região Demarcada dos Vinhos Verdes na década de 1950. Os dados concelhios, disponíveis para a década de 1950, permitem caracterizar e cartografar com mais detalhe a vitivinicultura regional. Esta análise torna-se particularmente relevante por duas razões principais. Por um lado, ajuda a discutir as transformações e as permanências que se revelavam na vitivinicultura regional cerca de 50 anos depois da demarcação oficial. Por outro lado, contribui para fazer um retrato das especificidades agrícolas de cada um dos concelhos desta ampla região demarcada antes das mudanças estruturais na economia e sociedade portuguesas que se verificam a partir da década de 1960.

Palavras-chave: Agricultura, Vinha, Vinhos Verdes, Portugal

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

SESSÃO 9

**Agricultura e novas sementes na Península Ibérica desde o século XVI:
debates, fontes e desafios**

Dulce Freire

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares e Faculdade de
Economia

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Linha temática 5: A inovação e complexidade no plano metodológico, nomeadamente no que diz respeito ao uso do quantitativo, à relevância dos recursos digitais, ou à busca da interdisciplinaridade.

A partir do século XV, novas sementes mudaram a agricultura, as paisagens e a alimentação em toda a Europa. Embora as tendências gerais já sejam conhecidas, falta explicar como ocorreram localmente os processos de introdução e disseminação de cada nova espécie cultivada. Conectando novos e velhos mundos, a Península Ibérica tornou-se um território privilegiado para cruzar práticas, conhecimentos e genes. Considerando a Península Ibérica como laboratório de observação interdisciplinar, o projeto ReSEED *”Rescuing seed’s heritage: engaging in a new framework of agriculture and innovation since the 18th century”* (GA760090; DOI 10.3030/760090) tem vindo a recolher e analisar dados sobre questões biológicas, ambientais e sociais que permitam compreender as condições de receção e os impactos locais dessas novas espécies cultivadas. A par das espécies que se tornaram marcantes na agricultura e na alimentação regionais (pimento, milho, batata-doce, tomate, feijões, abóbora, batata, arroz, etc.), interessa também identificar as sementes que foram esquecidas ou desapareceram. Nesta sessão discutem-se os processos de “construção de fontes históricas”, os instrumentos de pesquisa criados durante o projeto e, ainda, as condições de circulação e cultivo das novas espécies. Os resultados obtidos permitem aprofundar o conhecimento histórico não só sobre as mudanças agrárias e da vida quotidiana, como também abrem mais possibilidades para explicar as dinâmicas de biodiversidade e ambientais a longo prazo.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Sementes cultivadas na Península Ibérica: uma ferramenta digital para potenciar a análise do passado

Dulce Freire

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares e Faculdade de Economia

Alexandre Macedo João

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares

No âmbito do projeto ReSEED, foi desenvolvida uma nova ferramenta digital assistida por inteligência artificial para recolher, sistematizar e consultar informações relevantes sobre as sementes cultivadas na Península Ibérica desde o século XVI. Esta comunicação visa discutir os objetivos e as funcionalidades desta ferramenta no contexto dos debates em curso sobre mudanças na agricultura, alimentação e biodiversidade na longa duração. A pesquisa realizada durante a execução do projeto ReSEED permitiu demonstrar que é possível identificar milhares de plantas alimentares que foram cultivadas localmente desde o século XVI. Todavia, esses dados estão dispersos em milhões de documentos históricos (como, manuscritos produzidos por senhorios laicos e religiosos, cientistas, viajantes ou órgãos governamentais; mas também livros de farmácia, agricultura, culinária ou botânica) guardados em arquivos e bibliotecas de Portugal, Espanha e outros países. Na maior parte dos casos, são informações pequenas e dispersas, que é necessário sistematizar e relacionar para obter sentido e capacidade de análise. Esta nova ferramenta permite analisar esses dados de diversas perspetivas, nomeadamente através da representação no tempo e no espaço. Esta é uma ferramenta relevantes para a pesquisa desenvolvida por várias ciências, podendo ser utilizada em outras geografias e períodos cronológicos.

Palavras-chave: Sementes, ReSEED, Agricultura, Biodiversidade, Interdisciplinaridade

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Produção, circulação e usos de leguminosas em Portugal: uma perspetiva de longa duração

José Luís Barbosa

jlsb101088@gmail.com

ReSEED - Universidade de Coimbra

Reconhece-se que, historicamente, as leguminosas se têm constituído como produtos importantes na alimentação humana e na produção agrícola e pecuária. Utilizadas como grãos secos ou vagens verdes, a partir do século XVI estariam a ser cultivadas, quer leguminosas há muito conhecidas na Europa (como lentilha, ervilha, grão-de-bico, favas, chícharo, fava ou tremço), quer a diversidade de feijões trazidos das Américas. Contudo, apesar da relevância, continua a existir pouco conhecimento disponível sobre produção, circulação e usos dessas leguminosas no passado. Diversos investigadores têm procurado contribuir para colmatar estas lacunas. Verifica-se que, por um lado, são escassos os vestígios biológicos em contexto arqueológico e, por outro, os documentos escritos raramente fazem referências diretas às leguminosas (sobretudo antes do século XX). Focada na análise de documentos escritos produzidos entre os séculos XVI e XIX, nesta comunicação discutem-se os fatores que podem ter contribuído para a invisibilidade das leguminosas nos vestígios do passado e apresentam-se alguns dos novos resultados obtidos. Combinando a exploração de novas fontes escritas, com o “regresso” a outras já conhecidas, a análise desenvolvida incluiu descrições geográficas, livros de registo de compra e venda em mosteiros e conventos, registos de alfândegas e registos de preços municipais. Argumenta-se que, recorrendo a um leque alargado de fontes de âmbito local, regional e nacional, é possível obter dados para avaliar as funções a das velhas e novas leguminosas no sistema produtivo (como consociação ou rotação de cultivos), identificar a distribuição regional de diferentes espécies, desenhar os calendários agrícolas, as dinâmicas de agrobiodiversidade e as tendências do consumo humano.

Palavras-chave: Agricultura; ReSEED, Leguminosas; Biodiversidade; Interdisciplinaridade

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

O Centeio

Alberto González Remuiñán

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares

O centeio é um cereal multifuncional, que tem prestado importantes serviços às comunidades rurais, como fornecedor de alimentos, para pessoas e animais, e também como matéria-prima para fabrico de objetos ou para construção de edifícios. Este é um cereal resistente, com maior tolerância à seca ou a baixas temperaturas e que apresenta um melhor desenvolvimento em solos ácidos ou empobrecidos do que outras gramíneas domesticadas. No passado, estas características tornaram-no num recurso indispensável em algumas zonas da Península Ibérica.

Embora o centeio apresente características atrativas, verifica-se que os contextos sociais em que historicamente se moveu permitiram a construção de interpretações que valorizaram outros aspetos e se tornaram dominantes, influenciando tanto as visões populares, como as orientações da investigação científica. Geralmente, essas interpretações depreciativas tendem a desvalorizar o centeio no conjunto dos cereais disponíveis na Península Ibérica. Do ponto de vista nutricional, o consumo de diferentes cereais contribuiu para a criação de identidades alimentares derivadas do pão consumido em cada agregado familiar, associando geralmente o centeio à pobreza. Noutras áreas, como a literatura botânica e agronómica, esta perceção manifesta-se num interesse menor pelo estudo do centeio. Esta falta de atenção dos estudiosos resultou em más descrições e falta de análise das variedades, afetando a qualidade dos estudos sobre este cereal, especialmente no século XIX. Posteriormente, esta situação afetou as bases da investigação moderna do centeio no século XX porque, ao contrário de outras gramíneas, nunca houve uma preocupação anterior em identificar as características essenciais necessárias para possíveis programas de melhoramento.

Baseada em fontes escritas e orais, esta comunicação centra-se na explicação da valorização social de um cereal que alcançou no passado uma notável expansão territorial e um sucesso produtivo em Espanha e Portugal. A análise destas questões é necessária porque ajuda a compreender alguns dos pontos cruciais da trajetória deste cultivo no passado agrícola e alimentar Ibérico e, também, como foi objeto de estudo e experimentação.

Palavras-chave: Centeio, Península Ibérica, ReSEED, Biodiversidade

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Circulação de sementes e as funções das mulheres: processo de construção das fontes históricas

Leonor Salguinho Ferreira
salguinhoferreira@fe.uc.pt
ReSEED - Universidade de Coimbra

Estima-se que entre o século XVI e XIX, as mulheres rurais representassem sensivelmente metade da população portuguesa. Ainda assim, verifica-se que têm sido ignoradas pela historiografia portuguesa, que, nas últimas décadas e no âmbito da História das Mulheres, tem dedicado mais atenção às mulheres da elite e do espaço urbano. Em parte, esta ausência de estudos sobre as mulheres da ruralidade decorre da escassez de informações oferecida pela documentação histórica disponível. Nos espaços rurais a informalidade e oralidade seriam ainda mais dominantes, havendo menos oportunidades para a profusão burocrática característica do espaço urbano. A menor produção documental dificulta o estudo dos habitantes destes espaços, realidade que, aplicada às mulheres, é ainda mais evidente devido ao anonimato a que muitas vezes estavam destinadas, sobretudo no estado de casadas. Todavia, apesar de mais difícil, o estudo das mulheres da ruralidade moderna e oitocentista não é impossível, como se discutirá nesta comunicação. Nesta comunicação apresentam-se fontes históricas que possibilitam o conhecimento das vivências femininas de então. Entre os fólios da documentação que se elenca, é possível encontrar algumas das mulheres que povoavam os campos portugueses, muitas vezes em atividades que se conectavam, direta ou indiretamente, com a agricultura. O processo de construção das fontes, inclui documentação em que as mulheres de antanho se apresentem como trabalhadoras, transportadoras e transformadoras de produtos agrícolas. Entre as fontes consideradas pertinentes constam escrituras notariais, processos judiciais, registos lavrados nas alfândegas e documentação camarária, monástica e senhorial. Através da análise cruzada das informações destas diferentes tipologias de documentos, procura-se consolidar o conhecimento empírico sobre as funções das mulheres, demonstrando a relevância que tinham na economia rural e no desenrolar das atividades agrícolas antes do século XX.

Palavras-chave: mulheres, agricultura, fontes históricas, rural, ReSEED

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Notas Curriculares

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Ailson da Silva Fernandes

Mestrando em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Economista e Bolsista CNPq.

Alan Dutra Cardoso

É doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (2023). Atua como pesquisador em estágio pós-doutoral na Universidade Federal do Pará (UFPA). Seus interesses de pesquisa incluem fronteiras, conflitos de terra, propriedade da terra e patrimônio material. Durante sua formação, foi intercambista na Universidad del Rosario, na Colômbia, e integra o INCT Proprietas, como pesquisador júnior e coordenador de projetos.

Alba Díaz Geada

Alba Díaz Geada é licenciada em História e doutorada em História Contemporânea pela Universidade de Santiago de Compostela. Atualmente é Investigadora Ramón y Cajal na Faculdade de Humanidades (Universidade de Santiago de Compostela – Terra Campus). Tem pesquisado nas áreas de História Agrária, História Social, movimentos sociais e mudança social e cultural entre o franquismo e a democracia.

Alberto González Remuiñán

Alberto González Remuiñán es doctor en Historia Contemporánea por la Universidad de Santiago de Compostela (España, 2019). Licenciado en Historia (2011), posee además un máster en Historia Contemporánea (2012) y otro en Educación Secundaria (2013) por la misma institución. Sus líneas de investigación incluyen la historia ibérica rural, agraria, social y económica de los siglos XVIII-XX, prestando especial atención a las comunidades campesinas, los cambios socioeconómicos de las sociedades rurales en los momentos finales del Antiguo Régimen, el estado de la agricultura y las actividades campesinas, o la conflictividad social contra el sistema fiscal, incluyendo ocultaciones y resistencias. Actualmente forma parte del equipo del proyecto “ReSEED - Rescuing seed's heritage: engaging in a new framework of agriculture and innovation since the 18th century”, financiado por el European Research Council, y es miembro integrado del Centro de Estudios Interdisciplinares - CEIS20.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Alexandre da Mata Faquim

Arquiteto e Urbanista, Mestrando em Ciências Sociais e Humanidades pela Universidade Estadual de Goiás, no Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Expressões Culturais no Cerrado. TECCER-UEG.

Alexandre Macedo João

Licenciado e Mestre em Economia pela Universidade de Coimbra, estando a fazer o doutoramento no Programa Interuniversitário em História Económica na Universidade Carlos III (Madrid). Tem colaborado em vários projetos, incluindo o GrapeVSION, sendo bolseiro no projeto ReSEED_”*Rescuing seed’s heritage: engaging in a new framework of agriculture and innovation since the 18th century*” (GA760090). Tem apresentado comunicações em encontros científicos e concluiu a dissertação de mestrado “A Produção de Trigo em Portugal: discutir a Estratégia Nacional através da análise de dados e perspectivas para o futuro” (2023).

Alexandre Ramos

Alexandre Ramos é licenciado em História variante Arqueologia pela Universidade de Évora, é mestre em Gestão e Valorização do Património pelo programa Master Erasmus Mundus Techniques, Patrimoine et Territoires de l’Industrie coordenado e lecionado nas Universidades de Paris 1 (Panthéon-Sorbonne), Évora e Pádua. Concluiu o seu doutoramento na Universidade de Évora, como bolsheiro da FCT, ao abrigo do programa doutoral HERITAS – Estudos do Património. A sua tese - “Non, ou a Vã Glória de Filmar. História e património cinematográfico no contexto colonial português (1897-1975)” -, tem como objetivos centrais demonstrar o valor documental e patrimonial do cinema colonial português. Nos últimos anos tem publicado em várias revistas internacionais, por exemplo: “Cinéma colonial portugais et belge. La filmographie de deux importants petits pays en Afrique” no Cahiers Africaines; “Luanda e Sua Gente, Cidade Feiticeira: Representations of an Eternal Empire” no Canadian Journal of History; e “Felipe de Solms, um cineasta espanhol em Portugal na Revista Internacional de Historia de la Comunicación”. Em 2023, publicou o livro “Biografias do Cinema Colonial: Moçambique (1951-1975). Desde 2024, é membro integrado do CIDEHUS – Universidade de Évora.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Ana Cardoso de Matos

Ana Cardoso de Matos é Professora na Universidade de Évora, ECS Departamento de História e investigadora do Centro de investigação CIDEHUS/UE. Desde 2007 é a coordenadora na Universidade de Évora do mestrado Erasmus Mundus Master TPTI - Techniques, patrimoines, territoires de l'industrie, um programa lecionado nas Universidades Paris 1- Panthéon Sorbonne, Évora (Portugal) e Padova (Itália) e que integra 6 outras universidades. É desde 2012 membro do Comité d'histoire de l'électricité et de l'énergie da Fondation EDF, desde 2013 membro do board da International Railways History Association (IRHA) e desde 2016 Membro da direcção da Associação Ibérica de História Ferroviária. É membro do editorial board da revista TST- Transportes, Servicios y Telecomunicaciones e Journal of Energy History (JEHRHE), e membro do Comité Científico das revistas Patrimonio Industriale AIPAI (Italy); e-Phasistos. Revue d'histoire des techniques; Midas-Museus e Estudos Interdisciplinares. Integra vários projectos nacionais e internacionais e publica e livros de reconhecidas editoras.

Ana Isabel Coelho Silva

Ana Isabel Coelho Silva é Licenciada em História (2004), especializada em Ciências Documentais, vertente Arquivo (2006) e Doutorada em Altos Estudos em História, ramo Época Contemporânea (2018), pela Universidade de Coimbra, com a tese Assistência social em Portugal na Monarquia Constitucional (1834-1910): da doutrina à prática no Alto Alentejo. É Professora Auxiliar convidada da FLUC, desde 2020, lecionando no Mestrado em Património Cultural e Museologia e na Licenciatura em História. Enquanto Técnica Superior do Município de Ponte de Sor (desde 2009), foi responsável pela criação do Arquivo Histórico Municipal (2013) e do Museu Municipal de Ponte de Sor (2022). É Investigadora Integrada do Centro de Estudos Interdisciplinares – CEIS-20, da Universidade de Coimbra. Tem publicadas monografias, capítulos de livros e artigos nos campos da História da Assistência e da Saúde, com destaque para o tema das Misericórdias portuguesas, e da História Local, principais áreas de interesse e investigação.

Ana Isabel Reis

Doutora em História pela Universidade Federal do Ceará. É professora adjunta do Departamento de História da URCA, do ProfHistória URCA e do Programa de Pós-graduação em História (PPGH/UFC). É membro do INCT Proprietas e duas vezes foi Bolsista BPI da Funcap.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Ana Isabel Ribeiro

Licenciada em História, Mestre em História Moderna e Doutorada em História Moderna na Universidade de Coimbra. É Professora Auxiliar do Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da FLUC, investigadora integrada do Centro de Estudos Disciplinares (CEIS20) e colaboradora do Centro de História da Sociedade e Cultura. As suas áreas investigação enquadram-se na História Moderna de Portugal, mais especificamente estudo da nobreza local e regional portuguesa no Antigo Regime e na Didática da História e Formação de Professores de História. Tem desenvolvido, também, atividade relevante no âmbito das Humanidades Digitais, nomeadamente, na utilização bases de dados relacionais aplicadas à História e análise de redes sociais. Tem feito parte das equipas de vários projetos, incluindo o *GrapeVision*. As suas publicações incluem estudos nestas diferentes áreas científicas e pedagógicas. Desempenha atualmente funções de vice-diretora da FLUC.

Ana Sara Cortez Irffi

Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará - UFC. Possui Mestrado e Doutorado em História Social pela UFC. É bolsista do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa da Fundação Biblioteca Nacional. Coordenadora do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Ceará UFC. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Sociedade de Estudos do Brasil Oitocentista. É pesquisadora vinculada ao INCT-PROPRIETAS.

Andrea Rivas Fiel

Andrea Rivas Fiel (A Coruña, 1996) é licenciada em História (2018) e mestra em História Contemporânea (2020) pela Universidade de Santiago de Compostela, com uma estadia de um ano académico na Università di Bologna (2016-2017) com a bolsa Erasmus+. Foi financiada pela Cátedra Juana de Vega para a realização da sua tese de mestrado, *Traballadoras do campo, traballadoras do mar. Aproximación de xénero á Galiza rural contemporánea (1880-1940)*. Atualmente é investigadora de pré-doutoramento no Programa de Doutoramento em História Contemporânea da Universidade de Santiago de Compostela, com uma bolsa de investigação da Xunta de Galicia. Fez uma estadia de investigação na Universidade de Coimbra (UC, 2024). As suas linhas de interesse centram-se na história social, de género e feminista, estudando as dinâmicas de mobilidade, sociabilidade, trabalho e cuidado com e entre géneros na Galiza rural contemporânea. Na sua tese de investigação está a ampliar e desenvolver o estudo efectuado na sua dissertação sobre as relações entre mulheres, classe social e trabalho rural no período de introdução e desenvolvimento do capitalismo industrial, bem como o tratamento dado pela historiografia a estas questões.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Andreia Fidalgo

É Doutorada em História pelo ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa e desempenha atualmente funções docentes como Professora Auxiliar Convidada na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais e também na Faculdade de Economia da Universidade do Algarve. É Mestre em História do Algarve (2013) e licenciada em Património Cultural (2009), pela Universidade do Algarve. É investigadora do Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta (CEG-UAb) e investigadora colaboradora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL). Atualmente, integra como investigadora a equipa do projeto “CONVENTUS: Novos olhares sobre o edifício do antigo convento de São José, em Lagoa”, coordenado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC). A sua investigação mais recente tem-se focado na Época Moderna, mais especificamente nos finais do Antigo Regime e nas políticas reformistas ilustradas da época, seus impactos e repercussões socioeconómicas.

Antonio Candeias Martins

Investigador do Centro de Investigación en Pensamiento Contemporáneo e Innovación para el Desarrollo Social (COIDESO) (Universidad de Huelva, Espanha) e do Laboratório de Inovação em Desenvolvimento Regional e Empreendedorismo (LIDERE) (Instituto Politécnico de Beja, Portugal). Licenciado em Geografia e Planeamento Regional (2003) e Mestre em Desenvolvimento Comunitário e Empreendedorismo (2023).

Antonio Gamero-Ruiz

Agricultor e criador de gado regenerativo. Presidente da cooperativa "Naturales del Sierro", em Morón de la Frontera, Sevilha.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

António R. Telles Costa

Licenciado em História (NOVA FCSH, 2019), mestre em História Contemporânea (NOVA FCSH, 2021), com a dissertação «*José Pereira Palha Blanco (1854-1937): um cacique e um lavrador da lezíria ribatejana*», e doutorando em História Contemporânea (NOVA FCSH), desenvolvendo uma investigação em torno da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa. Investigador integrado do História, Territórios e Comunidades, um pólo na Nova FCSH do Centro de Ecologia Funcional - Ciência para as Pessoas e o Planeta - da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, e bolseiro de investigação para doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

António Valério Maduro

Doutor em História Contemporânea pela Universidade de Coimbra (2007). Colaborador do CHSC-FLUC, do CETRAD-UTAD e do CEDTUR-U. Maia. Secretário Editorial da *PASOS. Revista de Turismo Y Patrimonio Cultural* (Universidad de La laguna/Universidade da Maia). Redator da revista *Anais Leirienses Estudos & Documentos* e coordenador científico da *Alkhatima, Revista de Estudos Regionais de Fátima*. Vogal da Direção da Rural Report (Rede de História Rural em Português). Integra o Grupo de Trabalho de Arqueologia Pré-Industrial (APAI). Membro da comissão técnico-científica do Museu do Vinho de Alcobaça (Museu Nacional do Vinho). Tem cerca de 20 livros publicados, 20 artigos/capítulos com peer-reviewed, e cerca de 60 participações em atas e capítulos de obras, coordenou 7 edições de livros e atas de conferências. Desenvolve investigação na área da História Rural, História da Alimentação, História das Pescas, Estudos Cistercienses, Património Cultural e Industrial.

Armando Quintas

Armando Quintas é Doutorado em História pela Universidade de Évora (2021), Mestre em Gestão e Valorização do Património Cultural e Industrial pelas Universidades de Paris I, Pádua e Évora (2012) e licenciado em Património Cultural pela Universidade de Évora (2008). Tem desenvolvido estudos sobre o património cultural e industrial, nomeadamente sobre a indústria dos mármore, no âmbito da sua história, património, turismo industrial e sustentabilidade. É autor de diversos capítulos de livro e artigos científicos.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Aryanne Cristinne de Paula Alencar

Graduada em Direito e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER).

Bernardo de Souza

Licenciado em História pela Universidade do Porto e atualmente inscrito no mestrado em História e Património, no 2º ano. Tenho procurado contribuir, numa perspetiva interdisciplinar geo-histórica para o estudo dos mapas antigos, da cartografia temática e a história local, participando em diferentes congressos nacionais e internacional.

Carlos Filipe

Carlos Filipe é Gestor cultural, curso de Gestão – Especialização em Organização de Eventos (ESG-IPCB), possuindo ainda uma Pós-Graduação em História: Património e Projetos Culturais (ISCTE-IUL) e um Mestrado em História, Moderna e Contemporânea (ISCTE-IUL). Atualmente, é Doutorando em História da Arte na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL). É investigador integrado do Centro de Estudos CECHAP; investigador colaborador do ARTIS-IHA e CLEPUL da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; do CIDEHUS - Universidade de Évora e do Centro de Estudos Globais - Universidade Aberta. Diretor do Centro de Estudos de Cultura, História, Artes e Patrimónios – CECHAP e do Instituto da Padroeira de Portugal para os Estudos da Mariologia - IPPEM. Membro da Sociedade Portuguesa de História da Construção – SPEHC; do MINOM - Movimento Internacional para uma Nova Museologia e Associação Portuguesa de Historiadores da Arte – APHA. Autor e coautor de projetos de investigação: «Rota do Mármore AE», «Património e História da Indústria dos Mármore», «CallipoArtes – Personalidades Insignes Calipolenses», «Artes & Letras Alentejo. Roteiro de Turismo Literário nos concelhos de Borba, Estremoz e Vila Viçosa» e Gabinete de estudos: «CAUMAR - Mármore entre literaturas e património cultural».

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Carlos Manuel Faísca

Carlos Manuel Faísca é Licenciado em História (2007) pela Universidade Nova de Lisboa e Doutoramento em Economia pela Universidad de Extremadura (2019). A sua tese de Doutoramento, intitulada *El negocio corchero en Alentejo: explotación forestal, industria y política económica, 1848-1914*, aborda o desenvolvimento do negócio corticeiro ibérico Oitocentista. A mesma obteve o Premio Extraordinario de Doctorado da Universidad de Extremadura e a primeira Menção Honrosa atribuída pela Sociedad de Estudios de Historia Agraria à melhor tese de doutoramento do espaço ibero-americano. Atualmente, é Investigador Auxiliar do Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra (CEIS20), fazendo parte da Coordenação Científica do referido centro de investigação; Professor Auxiliar Convidado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; e Presidente da Associação Portuguesa de História Económica e Social (APHES). As suas mais recentes publicações abordam diferentes aspetos do desenvolvimento do setor agrícola e agroindustrial na Península Ibérica numa análise interdisciplinar de longo prazo em revistas como *Historia Agraria*, *Rubrica Contemporanea*, *Ler História*, *Mundo Agrario*, *Revista de História da Sociedade e da Cultura* e *Revista Portuguesa de História*.

Conceição Rego

Departamento de Economia, CEFAGE, Universidade de Évora.

Danilo Pereira Barbosa

Matemático. Dr. em Estatística Aplicada e Biometria.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

David Augusto Amorim

David Augusto Amorim é licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2019-2022), na qual frequenta o Mestrado em História e Património, com especialização em Mediação Patrimonial, estando a desenvolver um projeto de dissertação sobre a comunidade de Argoncilhe na segunda metade do século XVIII. Membro do NAHUP (Núcleo Académico de História da Universidade do Porto) e membro da Comissão Editorial da obra *Omni Tempore – Atas dos Encontros da Primavera 2022* (Porto: Biblioteca Digital – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2023. <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/19771.8.pdf>). Participou no I Congresso Ibero-americano de História Local (2023), no VII Congresso de História Local (2023) e na 17.^a e 16.^a Edição dos Encontros de Investigação Jovem da Universidade do Porto (IJUP, 2023 e 2024). Tem como interesses centrais a história local, de uma forma comparativa, testando os conceitos e as práticas reconstitutivas de comunidade(s) nas suas diferentes dimensões e na longa duração.

David Fontán Bestilleiro

Universidade de Santiago de Compostela.

Desirêe Francielle Galvão

Mestranda finalista em Economia e Gestão do Ambiente. Pós-graduada em Práticas Contemporâneas da Comunicação, em 2018, pela Faculdade Cásper Líbero, mesmo ano em que iniciou os estudos da licenciatura em Economia na Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Bacharel em Jornalismo pela Universidade Federal de Mato Grosso, desde 2016. Foi distinguida pelo Prêmio Severino Meirelles, de iniciação científica, em 2014, com a investigação História da Propaganda em Mato Grosso. Atuou como discente monitora na disciplina História do Jornalismo no ano de 2013/2014. Exerceu profissionalmente o jornalismo nas editorias Ambiental e de Sustentabilidade e de Economia, entre 2014 e 2020.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Diana Henriques

É licenciada em História e Arqueologia - especialidade em História, pela Universidade de Évora desde 2023. Concluiu o curso de Especialização em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural na Universidade de Évora, em junho de 2024. Atualmente, é bolseira de investigação no projeto *Sharing Memories: voices from community* no CIDEHUS- Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora e mestranda em História na Universidade de Évora.

Divina Aparecida Leonel Lunas

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Fundação do Ensino Superior de Rio Verde (1993), mestrado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal de Uberlândia (2001), doutorado em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP (2010) e pós-doutorado em Economia pela UNICAMP (2012). Atua como professora efetiva da Universidade Estadual de Goiás. Na Universidade Estadual de Goiás desenvolve atividades no quadro de professores do Curso de Ciências Econômicas - Unidade Universitária de Anápolis - CSEH Nelson de Abreu e no Programa em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Crescimento e Desenvolvimento Econômico, atuando principalmente nos seguintes temas: cotonicultura, agricultura familiar, sojicultura, agroindústria canvieira e desenvolvimento territorial. Atua em atividades de extensão com a agricultura familiar, a política de desenvolvimento dos territórios rurais no Brasil desde 2015 e no ano de 2024 iniciou as ações de extensões com a temática de educação previdenciária.

Dulce Freire

Licenciada em História e Doutorada em História Económica e Social Contemporânea (Universidade Nova de Lisboa). É investigadora integrada no Centro de Estudos Interdisciplinares e Professora Auxiliar na Faculdade de Economia, ambos da Universidade de Coimbra. Desde os anos 90, tem desenvolvido pesquisa, no âmbito da História Moderna e Contemporânea, focada nas mudanças agrárias e rurais em Portugal e Península Ibérica. Nos últimos anos, tem coordenado a equipa interdisciplinar do projeto ReSEED_”*Rescuing seed’s heritage: engaging in a new framework of agriculture and innovation since the 18th century*” (GA760090; DOI 10.3030/760090), financiado pelo *European Research Council*, que visa identificar os impactos locais das novas sementes alimentares que começaram a chegar à Península Ibérica a partir do século XV. É co-Coordenadora do Grupo de Investigação *Changing Landscapes* do CEIS20. Publicou mais de 150 artigos, capítulos de livro e livros, incluindo a co-coordenação (com Pedro Lains) da obra coletiva “Uma História Agrária de Portugal, 1000-2000. Desenvolvimento económico na fronteira da Europa” (Imprensa de Ciências Sociais, 2024).

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Durval Dourado Neto

Agrônomo. Dr em Agronomia Universidade de São Paulo.

Emilia Moreno Sánchez

Universidad de Huelva, Espanha.

Eva Gamero- Ruiz

Estudante de doutoramento na Universidade de Sevilha.

Fábio Roberto Krzyszczak

Pós Doutorando em História (Universidade Federal da Fronteira Sul); Doutor em História (Universidade de Passo Fundo, 2020); Mestre em Ambiente e Desenvolvimento (Universidade do Vale do Taquari, 2010); Graduado em Direito (Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, 2005); Licenciado em História (Centro Universitário Internacional, 2019). Servidor técnico administrativo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul- Campus Erechim. Membro da Rede de História Rural em Português (RuralRePort). Pesquisador do grupo do CNPQ Núcleo de Estudos Históricos do Mundo Rural (NEHMuR/UPF). Pesquisador Líder do Grupo Multidisciplinar de Estudos e Pesquisa em Educação, Trabalho e Cidadania (IFRS). Pesquisador do grupo CNPQ Movimentos Sociais na Fronteira Sul (UFFS). Pesquisador do grupo CNPQ Water Grabbing e financeirização da natureza: estudo da exploração hidrelétrica na bacia do rio Uruguai. Vice coordenador do GT História Rural ANPUH/RS. Possui interesse em: Direito Ambiental, Direito Agrário, História Rural, História Ambiental e Ambiente e Desenvolvimento.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Fernando Mouta

(Ph. D.) é investigador integrado de pós-doutoramento no UNIARQ-FLUL, no projeto “ECOFREEDOM - Ecologias da Liberdade: Materialidades da Escravidão e Pós-emancipação no Mundo Atlântico”, e colaborador do CTICEM-FLUP. É bacharel e licenciado em Marketing e Publicidade. Completou a licenciatura em História em 2015, é Mestre em Estudos Medievais desde 2017, e termina a especialização em Estudos Africanos em 2018, tudo na FLUP. Foi bolseiro de doutoramento da FCT, com o projeto de investigação “Comércio, Cooperação e Conflito na Costa Ocidental Africana (sécs. XV e XVI). Para além do Tráfico Transatlântico de Escravos” (SFRH/BD/139662/2018). É co-editor do livro “Boas Práticas para Políticas Públicas de Memória, Ciência e Património” e autor de “João Martins Ferreira, Mercador-Cavaleiro”, uma biografia do mercador portuense. Publicou vários artigos e capítulos sobre a logística naval do tráfico transatlântico de escravos, memória e património colonial, e relacionamentos afro-europeus no litoral atlântico africano.

Francivaldo Alves Nunes

Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (2011), com Estágio Pós-Doutoral na Universidade Nova de Lisboa (2014). Pesquisador Produtividade do CNPq (PQ-2). Mestre em História Social da Amazônia (2008) pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Atua nos cursos de graduação do Campus de Ananindeua, nos programas de pós-graduação em História Social da Amazônia (Campus de Belém) e Ensino de História (Campus de Ananindeua). É atualmente Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da UFPA. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Rural da Amazônia, com os seguintes temas: conflito de terra, apropriação territorial, agricultura, educação rural, núcleos coloniais e migração. Integra a Rede Proprietas, hoje INCT - Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, projeto internacional: História Social das Propriedades e Direitos de Acesso, sendo Coordenador da Regional Norte.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Frederico Ágoas

Sociólogo, doutorado em sociologia (2011) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. É investigador auxiliar do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA FCSH), ao abrigo de um contrato de investigação financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Foi pesquisador-bolsista na Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC FGV), no Rio de Janeiro. Trabalha no âmbito da sociologia histórica, da história das ciências humanas e da sociologia do conhecimento. Os seus interesses de pesquisa incluem a história da investigação social, a construção do Estado moderno e a ciência colonial. É membro do ISA Research Committee on the History of Sociology (ISA RC08) e membro da Network for the History of Empirical Social Research (NHESR). No CICS.NOVA co-organiza o seminário permanente de investigação Cultura, Ciência e Política em Portugal no Século XX.

Herlander Azevedo

Licenciado em Biologia Aplicada e Doutorado em Ciência Biológicas pela Universidade do Minho, é investigador desde 2013 no Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos (BIOPOLIS-CIBIO) da Universidade do Porto, onde coordena o grupo de biologia de plantas (PLANTBIO). Desde 2023, é Professor Auxiliar no Departamento de Biologia da Universidade do Porto. Ao longo dos anos, tem desenvolvido investigação na área da biologia molecular de plantas, com ênfase na utilização de modelos funcionais e na incorporação de abordagens de sequenciação de DNA de última geração. O seu trabalho inclui a descoberta de novas funções de genes associados à adaptação das plantas a stresses ambientais, bem como o estudo em larga escala do DNA e RNA para compreender a domesticação, biodiversidade, fisiologia e adaptação das plantas. Publica com regularidade em revistas de referência na área da biologia de plantas.

Iana Cândido Cunha

Graduada em Nutrição pela Universidade Federal de Goiás (UFG/Brasil) e em Educação Física pela Universidade Estadual de Goiás (UEG/Brasil). Mestrado em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Goiás (UEG). Atualmente, é docente efetiva da Universidade Estadual de Goiás, UnU Caldas Novas.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Inês Gomes

Licenciada em Biologia, mestre em Georrecursos e doutorada em História e Filosofia das Ciências. No seu doutoramento cruzou abordagens metodológicas da história das ciências, história das coleções e dos estudos patrimoniais. Posteriormente, alargou os seus objetivos e interesses de investigação à História Ambiental e Rural, colaborando com o Instituto de História Contemporânea, e como investigadora do Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra e do Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia. Recentemente tem estado interessada nas relações entre ciência e governança, em particular no que diz respeito à gestão dos recursos naturais.

Janes Socorro da Luz

Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU/Brasil). Docente do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Expressões Culturais no Cerrado, da Universidade Estadual de Goiás, TECCER-UEG.

Jean Carlos Vieira Santos

Professor da Universidade Estadual de Goiás (UEG/Brasil), nos Mestrados Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG/Anápolis) e Geografia (PPGEO/UEG/Campus Cora Coralina). Docente nos cursos de graduação da UEG/UnU Caldas Novas. Pós-doutoramento em Turismo pela Universidade do Algarve e Doutoramento em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (IGUFU). Autor dos livros: “Região e destino turístico: sujeitos sensibilizados na Geografia dos lugares. São Paulo: Allprint, 2013”; e “Vidas Oleiras: uma viagem pela tradição e arte. São Paulo: Allprint, 2021”.

Jesiel Souza Silva

Geógrafo, Dr. em Geografia. Instituto Federal Goiano.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Joana Pereira Ramos

Licenciada em História, Mestre em História Contemporânea e Mestre em Ensino da História, pela Universidade Nova de Lisboa. É bolsista no projeto *GrapeVision*, colaborando na contextualização histórica da vitivinicultura em Portugal. Os seus interesses centram-se nos estudos rurais, sobretudo relacionados com reforma agrária, agricultura e trabalhadores. A experiência profissional passa pela genealogia Medieval e Moderna e por projetos em História Contemporânea, tais como o levantamento documental e produção de conteúdos para exposições. Em 2024, concluiu a dissertação de mestrado intitulada *A Reforma Agrária no concelho de Odemira – pensar e construir as Unidades Coletivas de Produção (1975-1977)*.

Joana Sousa

Investigadora do Centro de Estudos Sociais (Universidade de Coimbra), tem centrado o seu trabalho no cruzamento entre a ecologia e a antropologia, interdisciplinaridade que aprofundou com o doutoramento e a pesquisa na Guiné-Bissau e Quênia. Prossegue com o trabalho na Guiné-Bissau em temáticas relacionadas com o arroz de mangal e os efeitos do aquecimento global, agora no âmbito de um projeto interdisciplinar que atravessa ciências políticas, ecologia e antropologia (MARGINS). Recentemente interessou-se também pelas realidades do fogo. Neste âmbito, é membro do projeto FIREUSES - “Paisagens de fogo: Uma história política e ambiental dos grandes incêndios em Portugal (1950-2020)”, que estabelece uma análise que cruza modos de vida rurais, economias globais e alterações climáticas, permitindo uma aproximação à história, à memória e antropologia dos fogos em Portugal.

João Horta Marques

Licenciado em Agronomia (UÉvora), Mestre em Eng. Agronómica (ISA – ULisboa) e finalista de Mestrado em Tecnologias em Agricultura de Precisão (UÉvora/UNovaLisboa). Os seus interesses focam-se na história e política agrícola, fertilidade do solo e culturas mediterrânicas (sobreiro, medronheiro, pastagens e leguminosas). Foi bolsista de investigação dos projectos Go-Fósforo (MED-UÉvora), DRESIL (CEF-ISA-ULisboa) e FWUME (CEF-ISA-ULisboa) e colaborou no projecto REMAS-SUDOE (CEABN-ISA-ULisboa). Atualmente trabalha como técnico superior de solos do MED (UÉvora), através do projecto Montados-Net-Zero, dividindo o seu tempo entre trabalho de campo, laboratório e sessões de partilha de conhecimento. Ganhou, em colaboração, o prémio Compromiso Medioambiental com uma comunicação no VII Seminario ibérico de investigación en Juventud (Badajoz, 2024).

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

João Pedro Tereso

Licenciado em História, variante Arqueologia, mestre em Ecologia da Paisagem e Conservação da Natureza, doutorou-se em Biologia na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto em 2012. Atualmente é Investigador Auxiliar no Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos (CIBIO-BIOPOLIS) da Universidade do Porto, onde coordena o grupo de Arqueologia Ambiental. É ainda Professor Auxiliar Convidado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Especializado em Arqueobotânica, nomeadamente no estudo de macrorrestos vegetais recolhidos em sítios arqueológicos, tem usado estes vestígios como ponto de partida para o estudo da evolução da paisagem e história da agricultura, tentando compreender a relação entre grandes dinâmicas ambientais, sociais e económicas numa perspetiva diacrónica. Neste âmbito, estudou mais de uma centena de sítios arqueológicos, sendo autor de cerca de 120 publicações e mais de 150 comunicações em eventos internacionais e nacionais.

Jorge Miguel Soares

Jorge Miguel Soares entrou no curso de Licenciatura em História na Universidade do Minho entre 2017-2020 tendo, depois, ingressado e completado o Mestrado em História na mesma instituição entre 2020-2023, acabando com uma média de 18. A sua dissertação focou-se em História Económica e História do Direito intitulada “Práticas Creditícias em Braga (1695-1705): os censos consignativos”. Correntemente, está inserido no primeiro ano do Mestrado em Ensino de História no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário na mesma Universidade. Em 2022, foi bolseiro de uma bolsa de investigação do Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra “Verão com Ciência 2022” financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. Publicou o artigo: Soares, Jorge M. 2023. «Crédito Privado em Braga (1697-1705): Entre Obrigações e Censos Consignativos». Em *Los caminos de la Historia Moderna*, coordenado por Ofelia Rey Castelao e Francisco Cebreiro Ares, 849-856. Santiago de Compostela: Edicións USC.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

José Alberto Ferreira

Docente convidado da Universidade de Évora, onde leciona disciplinas da área da história e teoria do teatro, da estética e da programação cultural. Desenvolve investigação na área do teatro, teatro de marionetas, performance, curadoria e programação. Tem colaboração dispersa em vários jornais e revistas, nacionais e internacionais. Dirigiu e produziu o Festival Escrita na Paisagem (2004-2012), projecto internacional de âmbito transdisciplinar. Foi Director Artístico do Centro de Arte e Cultura da Fundação Eugénio de Almeida entre 2018 e 2023. Além de textos dispersos por catálogos e revistas, publicou os livros *Uma Discreta Invenção* (2004), sobre Gil Vicente; *Da Vida das Marionetas*, sobre os Bonecos de Santo Aleixo (2015); *Teatro do Vestido. Um dicionário* (2018). Colabora com várias organizações ministrando cursos e seminários.

José Humberto da Rocha

Graduado em Estudos Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Possui Especialização em Metodologia do Ensino de História e Geografia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões e Mestrado em História Regional pela Universidade de Passo Fundo. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Professor Associado no Curso de Licenciatura em Ciências Sociais e no Mestrado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Líder do Grupo de Pesquisa "Movimentos Sociais na Fronteira Sul" (UFFS/CNPq). Pesquisador Grupo de Pesquisa: Movimentos, lutas e organizações sociais: cultura, política, estado e sociedade (UPF/CNPq). Pesquisador do grupo CNPQ Water Grabbing e financeirização da natureza: estudo da exploração hidrelétrica na bacia do rio Uruguai.

José Luís dos Santos Barbosa

José Luís dos Santos Barbosa é doutorado em História Moderna na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, tendo como tema de tese *O modelo de financiamento da Universidade de Coimbra (1772 -1836)*. É licenciado em História (com menor em Estudos Europeus) e mestre em História Moderna pela mesma instituição e é colaborador do Centro de História da Sociedade e da Cultura. É autor de vários artigos e comunicações nas áreas da História económica, financeira, fiscal e institucional. Atualmente, é investigador no projeto *ReSEED – Rescuing seed's heritage: engaging in a new framework of agriculture and innovation since the 18th century*, Centro de Estudos Interdisciplinares (UIDB/00460/2020), financiado por fundos europeus através do European Research Council (ERC) (grant agreement n°760090).

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

José Miguel Ferreira

Licenciado em História (NOVA-FCSH, 2009) e mestre em História Moderna (FCSH-NOVA, 2011). Concluiu o doutoramento em História no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa, 2021), no âmbito do programa doutoral PIUDHist. A sua tese procurou analisar os esforços das autoridades coloniais portuguesas para transformar, rentabilizar e governar o mundo natural e as populações do interior montanhoso e densamente florestado de Goa, entre o final do século XVIII e o século XIX. No projeto FIREUSES, a sua investigação centra-se nas múltiplas interações entre o estado, os cientistas e o meio natural em torno do tema do fogo.

Kátia Favilla

Em 1998 finalizei minha licenciatura em Antropologia pela Universidade de Brasília e no mesmo ano ingressei como Antropóloga na Fundação Cultural Palmares no Brasil. De 1999 a 2010 trabalho como antropóloga no governo brasileiro, tendo por nove anos atuado na Amazônia brasileira. Em 2006 participei com interlocutores dos movimentos sociais da construção do processo de conceituação de povos e comunidades tradicionais na legislação brasileira e da própria política nacional. De 2007 a 2018 coordeno política nacional no Brasil voltada a Povos e Comunidades Tradicionais. Em 2015 entro no Mestrado em Desenvolvimento Sustentável na Universidade de Brasília, um mestrado pautado no diálogo intercultural com povos indígenas e comunidades tradicionais. Já no doutoramento em Antropologia realizei investigação no Centro História, Territórios e Comunidades da FCSH junto às Reservas da Biosfera de Portugal. Atualmente realizo pesquisa de terreno em Arganil sobre como se organizam as “florestas” e pessoas após os incêndios de 2017.

Koldo Trapaga Monchet

Es actualmente profesor titular en el área de Historia Moderna de la Universidad Rey Juan Carlos. En la actualidad su principal línea de investigación es el análisis de las políticas forestales para la conservación de las masas forestales en Portugal desde varios enfoques. Ha trabajado sobre las dinámicas de provisión de madera para la construcción naval y los bosques reales de Portugal entre los siglos XV y XVII. Es autor de una monografía, coordinador de varios monográficos de revista y libros, así como autor de artículos y capítulos de libro. Entre otros trabajos, cabe destacar la obra que ha coordinado “Roots of Sustainability in the Iberian Empires: Shipbuilding and Forestry, 14th-19th Centuries”. Estos trabajos se han desarrollado en el marco de varios proyectos de investigación, de los cuales ha sido investigador principal de dos de ellos que han abordado los orígenes materiales e inmateriales de la sostenibilidad en la Península Ibérica.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Leonor Salguinho Ferreira

Leonor Salguinho Ferreira é Licenciada em História, com menor em Estudos Europeus (2021), pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e Mestre em História da Época Moderna (2023), pela mesma instituição, onde exerce atividade como Assistente Convidada. Correntemente, é Bolseira de Investigação do projeto ReSEED - Rescuing seeds' heritage: engaging in a new framework of agriculture and innovation since the 18th century, financiado pelo European Research Council. As suas principais áreas de interesse e investigação são a História Social, com foco na História das Mulheres, e a História Rural, para as quais tem contribuído com publicações e comunicações em eventos científicos em Portugal e Espanha. A sua investigação pretende dinamizar o estudo das mulheres da ruralidade moderna portuguesa, demonstrando o seu impacto e ação na economia das suas localidades, bem como a sua presença neste meio e no interior das suas famílias.

Lucía Alvaredo

At this moment, I am awaiting the defense of my PhD thesis, conducted as a cotutelle between the Autonomous University of Madrid (UAM, Spain) and the University of Évora (UÉ, Portugal). This PhD thesis was supported by an International PhD Scholarship from the public research institution Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) of Portugal, awarded in March 2021. Prior to this experience, I obtained a Master's Degree in Contemporary History from the Autonomous University of Madrid in 2018, with a distinguished grade of 9.27 (equivalent to 19 in Portugal) and a Master's Thesis Scholarship granted by Fundación Juana de Vega (Spain). Between 2016 and 2024, I have participated in various international conferences, workshops, and research seminars. As part of my complementary background, I hold a Teaching Certificate (currently Master's Degree in High Education). I am fluent in English and Portuguese, with Spanish and Galician as my native languages.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Manuela Oliveira

É licenciada em Geografia pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1970); pós-graduada em Administração Pública e Planeamento Regional na perspetiva das comunidades europeias- Universidade de Évora (1991/92).

Trabalhou com várias entidades, das quais se destacam a Câmara Municipal de Portel, como Presidente; Câmara Municipal de Évora, nomeadamente nas Chefias da Divisão de Equipamento Urbano e Ambiente, do Gabinete Económico e de Planeamento Integrado e do Departamento do Centro Histórico, Património e Cultura. Tem desenvolvido trabalhos em redes transnacionais de Planeamento Estratégico das Cidades Médias, nos Instrumentos de Gestão Municipal; da participação dos cidadãos em processos de decisão local, bem como acerca do despovoamento dos centros históricos.

Márcia Maria Menendes Motta

Professora visitante do PPGH da Universidade Federal do Ceará e Professora Titular em História Moderna pela Universidade Federal Fluminense. Doutora em História pela UNICAMP, autora de inúmeros livros, artigos e coletâneas sobre história agrária, grande especialista em História das Propriedades é fundadora e coordenadora geral do INCT Proprietas. Bolsista de Produtividade pelo CNPq e Cientista do Nosso Estado pela FAPERJ.

Marcio Antônio Both da Silva

Professor do Curso de Graduação e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Pós-doutor em História pela Universidade Federal Fluminense, pesquisador Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CNPq), coordenador da Regional Sul do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Proprietas (INCT-Proprietas) e do Grupo de Trabalho História Agrária da Associação Nacional de História, sessão Paraná.

Marcos Olímpio Santos

CICS- Universidade Nova de Lisboa.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Marcus Dezemone

Possui formação em Direito pela UFRJ, e graduação, mestrado e doutorado em História pela UFF. Atualmente faz estágio pós-doutoral na UFCE, sob supervisão da profa. Dra. Márcia Motta, sendo bolsista do CNPq. É professor associado de História do Brasil República na UFF, atuando na graduação e na pós-graduação acadêmica, no PPGH-UFF. É também professor associado de História do Brasil na UERJ, na graduação e na pós-graduação profissional, no ProfHistória, no mestrado e doutorado em Ensino de História. É consultor dos setores privado e público, sendo que desde 2010 é colaborador do INEP. É autor de artigos e organizador de obras sobre a questão agrária, cidadania, e ensino de história no Brasil. Desde 2016, participa dos eventos do Rural Report, estando presente em Lisboa, Santiago de Compostela, Faro, e Coimbra. É pesquisador do INCT-Proprietas.

Margarida Sobral Neto

Margarida Sobral Neto é professora catedrática jubilada da faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. É membro integrado do CHSC. Foi editora da Revista Portuguesa de História., consultora da *Proprietas* e coordena o Centro de Estudos de História Local e Regional Salvador Dias Arnaut.

A sua principal área de interesse é História Rural principalmente na vertente da história institucional e social dos direitos de propriedade. A propriedade e os usos comunitários têm sido objeto da sua investigação ao longo da sua carreira, assumindo agora um particular interesse.

É coordenadora da Rural Report.

<https://www.cienciavitae.pt/cv/>

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Maria Ana Bernardo

Professora auxiliar na Universidade de Évora e investigadora do Centro de investigação CIDEHUS/UÉ. É doutorada em História pela Universidade de Évora. Os seus interesses de investigação estão centrados na História Urbana, Práticas de Sociabilidade, História do Lazer e do Turismo, Elites Políticas e Estratificação Social.

Tem participado em alguns projetos financiados pela Fundação de Ciência e Tecnologia de Portugal, entre os quais: "Cidades em Rede: Infraestruturas urbanas em Portugal 1850-1950" e "Vida cultural em cidades de província. Espaço público, sociabilidade e representações (1840-1926)". Publica tanto em revistas nacionais como internacionais e é autora ou coautora de alguns livros e participou em livros coletivos.

Maria da Saudade Baltazar

Departamento de Sociologia, CICS.NOVA, Universidade de Évora.

Maria de Lourdes Alves dos Santos

Mestranda em Ciências Sociais e Humanidades pelo Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado, da Universidade Estadual de Goiás. Graduação em Administração em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GOIÁS/Brasil). Especialização em Docência na Educação Profissional, Técnica e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). Membro do Núcleo de Pesquisa dos Saberes Tradicionais e Ambientais do Cerrado, NuSACER (TECCER-UEG).

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

María Fernández Blanco

María Fernández Blanco (Mondariz, 2000) é graduada em História (2022) e Máster de Historia Contemporánea (2023) pola Universidade de Santiago de Compostela. Actualmente está cursando estudos de doutoramento no Programa de Doutoramento de Historia Contemporánea da USC. A súa tese céntrase no discurso de xénero e a participación política da muller rural no nacionalismo galego radical da Unión do Pobo Galego e o sindicalismo nacionalista de Comisións Labregas durante a Transición Democrática. As súas liñas de interese céntranse na Historia de Xénero, a Historia Social e o Feminismo. Principalmente, no papel real da muller na Transición Democrática como axente social, político e de cambio, así como, a participación feminina nos partidos políticos, as relacións destes co Movemento Feminista, e a construción de discursos de xénero. Sobre esta temática desenvolveu o seu traballo de Fin de Máster baixo o título Transición en feminino: Das organizacións de mulleres da ditadura franquista ao feminismo antifranquista e democrático (1960-1989), o cal é o punto de partida da súa tese de investigación.

Maria Inês Faria

CIEQV/ Instituto Politécnico de Beja, Portugal.

Marina Monteiro Machado

Professora Associada, atual Vice-Diretora, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Coordenadora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em História. Marina Monteiro Machado é doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense e membro fundadora do INCT Proprietas. É bolsista do Programa Prociência da UERJ/FAPERJ e Jovem Cientista do Nosso Estado pela FAPERJ. Compõe a equipe editorial da Revista Maracanan e a Revista de História Agraria. Autora de artigos e organizadora de coletâneas em sua área de estudo, publicou o livro "Entre Fronteiras: posses e terras indígenas nos sertões (Rio de Janeiro, 1792-1824)".

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Marta Nunes Silva

Investigadora do Instituto de História Contemporânea da NOVA FCSH, atualmente contratada pelo projeto FIREUSES - “Paisagens de fogo: Uma história política e ambiental dos grandes incêndios em Portugal (1950-2020)”. Obteve o doutoramento em História, também pela FCSH (2022), com uma tese sobre emigração clandestina em contexto rural e a figura do intermediário nos últimos 30 anos do Estado Novo. Tem privilegiado a pesquisa em áreas rurais de baixa densidade, nos distritos de Viseu e da Guarda, onde observa o papel de agentes mediadores no interior das relações de força e as dinâmicas sociais locais em relação com o poder central e os seus representantes “periféricos”. No desenvolvimento do seu trabalho tem recorrido a metodologias qualitativas (como a história oral), procurando que a investigação histórica dialogue com outras disciplinas. Participou em vários projetos multidisciplinares que abordaram momentos de transgressão, resistência, conflito e mudança social.

Mary Anne Vieira Silva

Doutora em Geografia pela Universidade federal de Goiás UFG/IESA – Docente da UEG - e do Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER).

Milena D’ayala Valva

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Católica de Goiás (1995), mestrado em Arquitetura pela Universidade Federal de Minas Gerais (2001) e doutorado em Projeto, Espaço e Cultura pela Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (2011) com estágio sanduiche no Instituto Universitário de Arquitetura de Veneza IUAV-Veneza (2008-2009). Experiência na área de Revitalização urbana e arquitetônica e gestão de planos diretores com ênfase nas questões das áreas centrais e da forma das cidades. Professora e pesquisadora da Universidade Estadual de Goiás no curso de Arquitetura e Urbanismo desde 2001 e no Mestrado Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER), desde 2013. Atua com ênfase em pesquisas e discussões sobre a história da arquitetura e do urbanismo e suas relações com as dinâmicas urbanas. É membro do grupo de pesquisa Cidades, Sistema, Habitar e Meio ambiente.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Milene Anjos

Milene dos Anjos licenciada em História com mestrado em História (na área de Demografia Histórica pela Universidade do Minho. Foi bolsista de investigação do CITCEM onde desenvolveu competências no âmbito da demografia histórica, com a construção de bases de dados que integram o Repositório Genealógico Nacional. Atualmente encontra-se a desenvolver o projeto de doutoramento «Padrões de migração nos séculos XVIII e XIX. Famílias em movimento, demografia, economia e sociedade no concelho de Fafe», na universidade do Porto e no CITCEM. Beneficia de uma bolsa de doutoramento atribuída pela FCT, financiada pelo orçamento português e pelo orçamento comunitário através do Fundo Social Europeu (ref. 2021.05346.BD).

Mônica Ribeiro de Oliveira

É Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense, professora titular de História do Brasil no Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora, pesquisadora da FAPEMIG. Tem pós-doutorado na UFRJ (2008) e na Universidad Pablo de Olavide de Sevilla (2015). Foi Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa da Universidade Federal de Juiz de Fora de 2016 a julho de 2023. No Programa de Pós-graduação em História da UFJF faz parte da linha "Historia global, micro-história e diálogos epistêmicos", orientando projetos de mestrado e doutorado de temas correlatos à escravidão, população livre de cor, história de família e sociedades agrárias.

Nívia Pombo

Nívia Pombo é Professora Adjunta e do Programa de Pós-Graduação em História do IFCH-UERJ, Rio de Janeiro. É Doutora e Pós-doutora em História Social pelo Instituto de História da UFF e pela FFLCH-USP, respectivamente. Publicou o livro "D. Rodrigo de Sousa Coutinho: pensamento e ação político-administrativa no Império Português (1778-1812)" em 2015. Integra o INCT-Proprietas como pesquisadora (Disponível em: www.proprietas.com.br). Integra também a Rede Brasileira de Estudos em História Moderna, a H_moderna. <https://modernistas.hypotheses.org/> e co-coordena o Núcleo de Estudos de História Moderna (NEHMO-UERJ). Participa do projeto SILB, Sesmarias do Império Luso-Brasileiro (<http://plataformasilb.cchla.ufrn.br/>). É uma das editoras da Revista *Intellectus* (<https://www.e-publicacoes.uerj.br/intellectus>), atuação que reforça interesses em divulgação científica em História. Entre seus temas de interesse, destacam-se cultura escrita, tipografias, estudos de trajetória, história global, sesmarias, direitos de propriedade e história ambiental.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Pedro Abel Vieira Junior

Agrônomo. Dr em Fitotecnia. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

Pedro Parga Rodrigues

Pedro Parga Rodrigues é atualmente professor Assistente na área de História do Brasil da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Ele atua como pesquisador nesta instituição, bem como no INCT Propriedas e no Núcleo de Pesquisa Propriedade e suas Múltiplas dimensões (NUPEP). Realizou seus pós-doutoramentos na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Realizou o seu mestrado nesta última instituição de ensino e o seu doutorado na Universidade Federal Fluminense (UFF). Atuou como professor da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Tem pesquisado sobre a questão proprietária, com foco no Brasil Império, mas também participou de projetos de pesquisa envolvendo o Período Colonial. Escreveu textos científicos sobre ambos os períodos, assim como publicou poesias.

Rafael Laguardia

Possui graduação (2008), mestrado (2011) e doutorado (2015) em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Realizou, em 2013, estágio de doutorado em Stanford University (EUA). Foi professor do Departamento de História da Universidade do Estado de Minas Gerais (2017-2018.) Concluiu, em 2021, Pós-doutorado com bolsa FAPESP (Processo: 19/19112-0) na Universidade Federal de São Paulo (USP). Atualmente é professor da Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira. Atua em projetos de História Moderna, Contemporânea e Historiografia. Nas pesquisas, faz uso metodológico das novas tecnologias digitais, especialmente do Sistema de Informações Geográficas, tal como o SIG histórico, para a pesquisa e o ensino de História.

Rafaelle Gonçalves dos Santos Pessôa

Professora de Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, Rafaelle Gonçalves dos Santos Pessôa é doutoranda em História Política pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH-UERJ), graduada e mestra em História pela mesma instituição. É bolsista de doutorado pela Capes. Integra a Rede Proprietas, hoje INCT - Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, projeto internacional: História Social das Propriedades e Direitos de Acesso (Disponível em: www.proprietas.com.br). É membro-estudante do NUPEP (Núcleo de Pesquisa Propriedade e suas Múltiplas Dimensões).

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Reynaldo de Oliveira Pessôa

Professor de Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, Reynaldo de Oliveira Pessôa é doutorando em História Política pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH-UERJ), graduado e mestre em História pela mesma instituição. É bolsista de doutorado pela Capes. Integra a Rede Proprietas, hoje INCT - Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, projeto internacional: História Social das Propriedades e Direitos de Acesso (Disponível em: www.proprietas.com.br). É membro-estudante do NUPEP (Núcleo de Pesquisa Propriedade e suas Múltiplas Dimensões). Organizador, juntamente com Márcia Motta, Marina Machado e Alan Dutra, da obra "Novo Dicionário da Terra".

Roque Sanfiz Arias

Roque Sanfiz Arias es graduado en Historia (2018) y máster en Historia Contemporánea pola Universitat Autònoma de Barcelona (2019). Actualmente cursa el Programa de Doctorado de Historia Contemporánea en la Universidad de Santiago de Compostela, dentro del grupo de investigación Histagra y está inscrito en el CISPAC (Centro de Investigación del Paisaje Atlántico Cultural). Su investigación busca entender los distintos modelos de innovación en la agricultura gallega durante el siglo XX, prestando especial atención al desarrollo de la innovación pecuaria y biológica.

Roseli Martins Tristão Maciel

Doutora em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento – UFRJ - Docente da UEG - Unidade Universitária de Anapólis Nelson de Abreu de Ciências Socioeconômicas e Humanas (CCSEH) e do Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER).

Sara Freitas

Departamento de Biologia, Faculdade de Ciências, Universidade do Porto; CIBIO, Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos, InBIO Laboratório Associado, Universidade do Porto; BIOPOLIS Program in Genomics, Biodiversity and Land Planning, CIBIO, Campus de Vairão, Porto.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Sandra Domingues Gomes

(Ph.D.) é investigadora integrada de pós-doutoramento no UNIARQ-FLUL, no projeto FCT “ECOFREEDOM – Ecologias da Liberdade: Materialidades da escravidão e Pós-emancipação no Mundo Atlântico”, e membro da equipa do Projeto FCT Hydroshifts, IPMA. É licenciada em biologia e, pós-graduada em Geociências. É também Mestre em Quaternário e Arqueologia e Arte-Rupestre pela UTAD. Foi bolsista de doutoramento FCT com o projeto de investigação “Climatic instabilities of the last 70,000 years in the subtropical eastern North Atlantic: exploring vegetation and hydrological responses on the SW Iberian Margin using a land-sea direct comparison”, realizado na Universidade de Manchester em colaboração com o IPMA. É especialista em palinologia e co-autora de vários artigos científicos multidisciplinares nas áreas de paleoecologia e paleoclimatologia. É também consultora na área de bioestratigrafia para a indústria ao longo da escala geológica. Colabora também com a Universidade de Manchester, Reino Unido, como Assistente de Ensino.

Sarita Mota

(PhD) atualmente é Investigadora integrada no CIES-Iscte, onde coordena o projeto "Terra, Poder e Territorialidades na América Portuguesa, Séculos XVI-XIX", e o ciclo de seminários "Cidades e Impérios: Dinâmicas Locais, Fluxos Globais". Desde 2018, colabora como professora convidada no Mestrado em Estudos Brasileiros, da Universidade de Lisboa. Atua na área de História Moderna e Contemporânea, principalmente em temas relacionados com a história agrária e ambiental, posse da terra, direitos de propriedade e administração da justiça. Publicações destacadas: "Terra, poder e riqueza: estudos sobre a formação das sociedades agrárias no Sudeste do Brasil, séculos XVIII e XIX", com V. Schettini e C. Malaquias (2024); "A terra e seus historiadores: lições de história agrária na América Latina, com M. V. Secreto e C. Christillino (2023); "Criminalidades, Direito e Justiça no Mundo Ibérico", com J. Subtil e C. Atallah (2022).

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Sheila Palomares Alarcón

Sheila Palomares-Alarcón. É arquiteta, doutora internacional e doutora em História com competências específicas em Património Cultural. Atualmente é investigadora de pós-doutoramento no programa Margarita Salas da Universidade de Jaén; pertence ao Grupo de Investigação de Estudos Históricos sobre a Empresa (GEHESE) e é colaboradora do CIDEHUS-Universidade de Évora.

As suas linhas de investigação são a arquitetura, a história e o património cultural. O seu principal interesse é o património industrial na área geográfica do sul da Península Ibérica e da bacia do Mediterrâneo.

Silvia Ferreira Marques Salustiano

Economista. Dr.^a. em Economia. Instituto Federal Goiano.

Sofia Pina

Investigadora integrada do HTC - História, Territórios e Comunidades / NOVA FCSH, investigadora do CEHL – Centro de Estudos Históricos da Lourinhã e do CIJVS - Centro de Investigação Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, em 2022 foi galardoada por este centro com o Prémio “Águas de Santarém” pela investigação Da fábrica de gasosas, pirolitos e licores ao Café Avenida de Sabino José Mara, Lourinhã, 1908.

Mestre de Preservação Digital em Arquivos, licenciada em História, exerce actualmente funções de *Data Controller e Corporate Records Manager* do Grupo Benfica, tendo como áreas de intervenção a implementação do Regulamento Geral de Protecção de Dados, a execução do levantamento do fluxo documental e processual e a formação em *Safety, Security and Compliance*. A convite da ESTGA-UA, participou em diversas palestras subordinadas à temática da Gestão Documental & Arquivos, Segurança de dados & *Compliance*.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Sofia Teives Henriques

Sofia Teives Henriques é Professora Auxiliar na Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Doutora em História Económica pela Universidade de Lund em 2011, com mestrado em Economia da Energia e Políticas Ambientais pela Universidade de Lisboa (2006) e licenciatura em Economia pelo ISCTE (2001). Antes da FEP, Sofia foi investigadora na Universidade de Lund e na Universidade Sul da Dinamarca e investigadora visitante nas universidades de Cambridge e Munique. Seus interesses abrangem a energia, os recursos naturais, o crescimento económico e a sustentabilidade ambiental. Tem o seu trabalho publicado em revistas de topo na área da Energia e História Económica. Sofia leciona Economia da Energia e Política no Mestrado de Economia e Gestão do Ambiente e História Económica na Licenciatura de Economia da FEP. Ela também organiza o Programa de Seminários da FEP e orienta alunos de mestrado em temas de energia e sustentabilidade.

Suzana Magalhães de Almeida

Graduada em Ciências Sociais pela Fundação Dom André Arcoverde (Valença, Rio de Janeiro, Brasil). Graduada em Turismo e Patrimônio pela Universidade Estadual de Goiás (UEG/Brasil). Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG, Campus Cora Coralina). Recebeu pela Prefeitura Municipal da Cidade de Goiás, em 2019, o Troféu Brasilete Ramos Caiado com destaque feminino por relevância na área de Turismo e Patrimônio. Presidente do COMTUR da Cidade de Goiás vigência 2018/21.

Tânia Márcia de Freitas

Administradora. Dr.^a. em Administração. Instituto Federal Goiano.

Thiago Alves Dias

Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP); Professor Adjunto de História Moderna na Universidade de Pernambuco (UPE) e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Pesquisador Associado do INCT-Proprietas, do Laboratório de Experimentação em História Social da UFRN e líder do grupo de pesquisa “Observatório dos Sertões” da UPE.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

Thiago Souza dos Reis

Doutor em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. É professor no curso de Graduação em Direito e em História da Universidade Veiga de Almeida e nos cursos de graduação em Pedagogia, Direito e Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estácio de Sá. Desenvolve pesquisa de pós-doutoramento no PPGH da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É pesquisador do INCT Proprietas.

Vera Lúcia Gonçalves Ferreira

Mestranda em Ciências Sociais e Humanidades pela Universidade Estadual de Goiás (UEG); Geógrafa e Pesquisadora CAPES.

Vitor Gustavo Ribeiro de Matos

Vitor Gustavo Ribeiro de Matos é graduado pelo programa de Bacharelado em Filosofia pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC (2022) e mestre pelo programa de Mestrado em História e Análise Sociocultural pela Universidade de Oviedo – UNIOVI (2023). Atualmente desenvolve a sua tese de doutoramento no âmbito do programa de Doutorado em História Contemporânea da Universidade de Santiago de Compostela – USC.

Vitória Schettini

Bolsista Jovem Cientista do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ/2019). Líder do Grupo de Pesquisa “Sociedade, cultura e trabalho na região da Zona da Mata mineira, séculos XVIII-XX” e “Política, sociedade e economia no Brasil oitocentista”. Conselheira Sudeste da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (2021/2023 e 2024/2025). É graduada em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Santa Marcelina (1990) e em História na Universidade Estácio de Sá (2021). Pós-Graduação em Fundamentos Educacionais (1991), Mestrado em História pela Universidade Severino Sombra (2006). Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2011), com Estágio Doutoral na Universidade do Minho, onde também realizou o Pós-Doutorado, bolsista CAPES e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente é professora da Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira. Atua nas seguintes áreas: História de Minas Gerais, História Regional, História Demográfica, Brasil Império e História Comparada.

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores